

MESTRADO EM SOCIOLOGIA
ESPECIALIZAÇÃO EM ESTRUTURAS E DINÂMICAS SOCIAIS

“A Praça” é nossa
Etnografia urbana num contexto de intervenção
comunitária juvenil em Campanhã

Leonor Medon

M

2025



Leonor Medon

“A Praça” é nossa

Etnografia urbana num contexto de intervenção comunitária juvenil em Campanhã

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Sociologia, orientada pela Professora Doutora Lígia Ferro

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2025



Este trabalho está licenciado ao abrigo de uma licença CC BY 4.0

A quem dedica vida à comunidade.

Sumário

Declaração de honra / <i>Declaration of Honour</i>	6
Agradecimentos	7
Resumo.....	8
Abstract	9
Índice de Imagens	10
Índice de Tabelas.....	11
Introdução.....	12
1. Reflexões teóricas sobre juventude(s), participação e políticas públicas.....	17
1.1. Juventude ou juventudes? Breve percurso além da “unidade social”	18
1.1.1. Juventude como construção social.....	18
1.1.2. Jovens todos diferentes e todos iguais? Tensões entre homogeneidade e heterogeneidade.....	19
1.1.3. Juventudes marginalizadas, periferias e segregação urbana	20
1.2. Tensões nas formas e práticas de participação juvenil	22
1.3. Políticas públicas e as juventudes periféricas	27
1.4. Campanhã e a construção simbólica das margens urbanas.....	35
2. Desenho metodológico: compreender para transformar.....	45
2.1. Bem-vindos ao “Na Praça!”	48
2.2. Etnografia urbana: motivações, fontes e possibilidades.....	50
2.3. Roteiro da prática etnográfica.....	55
2.3.1. Primeira fase - “Exploração”: Definir o contexto.....	55
2.3.2. Segunda Fase - “Aproximação”: Entrar em campo e integrar o projeto	56
2.3.3. Terceira fase - “Familiarização”: Pertencer ao grupo e participar nas assembleias ...	58
2.3.3.1. Assembleias juvenis - participação em direto?.....	60
2.3.4. Quarta fase - “Confiança”: Realização das entrevistas e preparação da saída de campo	64
2.4. Ouvir discursos de “dentro” e de “perto”: desenho e implementação das entrevistas....	66
2.4.1. Condições de realização das entrevistas	69
2.4.2. Guiões e dimensões em análise.....	71
3. “Sou Praça”: Resultados da recolha de dados	73
3.1. Quem são e onde vivem os jovens do “Na Praça!”?	74

3.2. Como é que os jovens do “Na Praça!” pensam a escola e o emprego?	76
3.3. Como é que os jovens do “Na Praça!” passam o tempo livre?	77
3.4. Porque é que os jovens do “Na Praça!” frequentam o projeto?	80
3.5. Como é que os jovens do “Na Praça!” definem a participação?	82
3.6. Qual a relação dos jovens do “Na Praça!” com a equipa técnica?	85
3.7. Quais as preocupações de futuro dos jovens do “Na Praça!”?	87
4. Discussão	90
4.1. “Na Praça!” – uma segunda casa	90
4.2. Participação – dissociação entre discursos e práticas	95
4.3. Representações sociais dos jovens sobre o futuro	100
5. Conclusões	104
5.1. Projeto como segunda casa: efeito “Na Praça!”	105
5.2. As encruzilhadas no caminho para a participação juvenil	106
5.3. O efeito “Na Praça!” não supera todos os obstáculos	106
Recomendações e pistas de investigação para o futuro	107
Referências Bibliográficas	110
Anexos	118
Anexo 1 - Guião entrevista jovens	119
Anexo 2 - Guião entrevista dinamizadora comunitária	122
Anexo 3 - Guião entrevista equipa técnica	125
Anexo 4 - Guião Focus Group	128
Anexo 5 – Declaração de consentimento informado	130

Declaração de honra / *Declaration of Honour*

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizada previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (textos, trabalhos, ideias) respeitam escrupulosamente as regras de atribuição de autoria e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto - plágio constitui um ilícito académico.

I hereby declare that this dissertation is of my authorship and has not been used previously in another course, degree, curricular unit or subject, at this or any other institution. References to other authors (statements, ideas, thoughts) scrupulously respect the rules of attribution and are duly indicated in the text and bibliographical references, in accordance with the rules of referencing. I am aware that the practice of plagiarism and self - plagiarism is an academic offence.

Declaro, ainda, que não utilizei ferramentas de inteligência artificial generativa (chatbots baseados em grandes modelos de linguagem) para realização de parte(s) da/o presente tese/dissertação/relatório.

I further declare that I have not used generative artificial intelligence tools (chatbots based on large language models) to carry out part(s) of this thesis/dissertation/report.

Porto, 30 de setembro de 2025

Leonor Medon

Agradecimentos

Estas páginas são fruto de todo um percurso e o seu valor deve-se, também, a todas as pessoas que me acompanharam em cada etapa deste trabalho.

O meu primeiro e maior agradecimento é dirigido aos jovens e à equipa do projeto “Na Praça!”. Obrigada por me receberem não apenas como investigadora, mas também como amiga, partilhando comigo os vossos dias, conquistas e inquietações. Esta dissertação é, em primeiro lugar, vossa.

À minha orientadora, Professora Lígia Ferro, pela orientação incansável, pelos desafios que me lançou e pela confiança que sempre depositou em mim. Obrigada por me ter guiado com rigor, dedicação e disponibilidade.

À equipa do *Pericreativity*, pela inspiração e partilha, com um agradecimento muito especial à Beatriz, amiga e colega, cujo apoio, trabalho e amizade foram um farol constante ao longo de todo este processo.

Aos professores e professoras que marcaram o meu percurso académico e me desafiaram a pensar de forma crítica. Em especial, ao Professor João Teixeira Lopes, pela generosidade e pelas oportunidades que me proporcionou.

Aos meus amigos e colegas de trabalho, pela paciência e motivação nos momentos de cansaço e pelos abraços que nunca faltaram.

À minha família, pelo apoio absoluto e incondicional, por acreditarem sempre em mim e me permitirem sonhar mais alto.

Por fim, ao meu companheiro, André, pelo apoio constante em todas as fases do trabalho, por me manter focada e motivada, e por acreditar em mim mesmo quando eu própria não o fazia.

Resumo

Esta dissertação incide sobre as formas de participação juvenil no projeto “Na Praça!”, em Campanhã, na cidade do Porto, através do acompanhamento das práticas, discursos e significados atribuídos à participação pelos próprios jovens.

A presente investigação adotou uma abordagem qualitativa e etnográfica, baseada em observação participante e entrevistas semiestruturadas a jovens e técnicos, enquadrada por uma reflexão teórica que integra perspetivas críticas sobre juventude, participação e desigualdades sociais. Os resultados indicam que o “Na Praça!” é experienciado como um espaço seguro e de pertença, funcionando como “segunda casa” e território de afirmação identitária, apresentando-se como lugar de refúgio socioemocional e como oportunidade para a construção de redes sociais. A análise revela uma tensão entre o discurso institucional sobre participação e empoderamento e a experiência vivida pelos jovens, que tendem a interpretar a participação como mera presença ou execução de atividades. Embora participem em deliberações práticas, nomeadamente em assembleias semanais, esta participação permanece confinada a uma “arena circunscrita”, sem repercussão efetiva em instâncias externas de decisão e participação cívica. Em relação ao futuro, as aspirações dos jovens são condicionadas pela incerteza e pela reprodução das condições sociais dos pais, enquanto o projeto atua como ferramenta de promoção da transformação e confiança.

Assim, o “Na Praça!” desempenha um papel central na construção de capital social e simbólico dos jovens, mas o seu potencial emancipatório requer reforço de estratégias de participação, articulação com cidadania ativa e políticas públicas. Esta dissertação contribui para a reflexão crítica sobre intervenção comunitária e políticas de juventude, evidenciando a importância de espaços como este e como podem mediar a participação, fomentando trajetórias de inclusão e transformação social.

Palavras-chave: Participação juvenil; Etnografia; Periferia; Transformação social; Intervenção comunitária

Abstract

This dissertation focuses on the forms of youth participation in the “Na Praça!” project in Campanhã, Porto, by monitoring the practices, discourses, and meanings attributed to participation by the young people themselves.

This research adopted a qualitative and ethnographic approach, based on participant observation and semi-structured interviews with young people and technicians, framed by a theoretical reflection that integrates critical perspectives on youth, participation, and social inequalities. The results indicate that “Na Praça!” is experienced as a safe space and a place of belonging, functioning as a “second home” and a territory for identity affirmation, presenting itself as a place of socio-emotional refuge and an opportunity for building social networks. The analysis reveals a tension between the institutional discourse on participation and empowerment and the experience of young people, who tend to interpret participation as mere presence or execution of activities. Although they participate in practical deliberations, namely in weekly assemblies, this participation remains confined to a “circumscribed arena,” with no effective repercussions on external instances of decision-making and civic participation. Regarding the future, young people's aspirations are conditioned by uncertainty and the reproduction of their parents' social conditions, while the project acts as a tool for promoting transformation and confidence.

Thus, “Na Praça!” plays a central role in building social and symbolic capital among young people, but its emancipatory potential requires strengthening participation strategies, coordination with active citizenship, and public policies. This dissertation contributes to critical reflection on community intervention and youth policies, highlighting the importance of spaces such as these and how they can mediate participation, fostering trajectories of inclusion and social transformation.

Key - words: Youth participation; Ethnography; Periphery; Social transformation; Community intervention

Índice de Imagens

IMAGEM 1 - MAPA REPRESENTATIVO DA CIDADE DO PORTO	41
IMAGEM 2 - REPRESENTAÇÃO VISUAL DA PLATAFORMA DE VOTAÇÃO	63
IMAGEM 3 - DIA DE ASSEMBLEIA - MOMENTO DE ANÁLISE DAS PONTUAÇÕES SEMANAIS DE PARTICIPAÇÃO E COMPORTAMENTO.....	64
IMAGEM 4 - REPRESENTAÇÃO VISUAL DOS PRINCIPAIS ESPAÇOS DE CONVÍVIO E USO DO TEMPO LIVRE.....	79

Índice de Tabelas

TABELA 1 - PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO E DE CONTEXTO TERRITORIAL	74
TABELA 2 - TRAJETÓRIA ESCOLAR E ASPIRAÇÃO PROFISSIONAL	76
TABELA 3 - USO DOS TEMPOS LIVRES	77
TABELA 4 - PARTICIPAÇÃO NO PROJETO “NA PRAÇA!”	80
TABELA 5 - DEFINIÇÃO DO CONCEITO DE PARTICIPAÇÃO E ENVOLVIMENTO EM ATIVIDADES.....	82
TABELA 6 - RELAÇÃO COM OUTROS PARTICIPANTES	85
TABELA 7 - PREOCUPAÇÕES COM O FUTURO E SUGESTÕES DE MELHORIA PARA O PROJETO	87

Introdução

“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre.”

Paulo Freire, “A importância do ato de ler”, São Paulo, Cortez, 1989

Um dos pontos de partida desta dissertação nasce de uma percepção pessoal sobre como a sociedade portuguesa, no seu discurso quotidiano, propaga a ideia de que os jovens não participam, que se encontram desligados da vida cívica, política e comunitária, e não estão interessados em mudar ou participar. Esta visão, tantas vezes repetida, nomeadamente no discurso mediático, contrasta com a minha própria experiência enquanto jovem já que ao longo da minha vida, participei em múltiplas atividades, associações, movimentos culturais e espaços de intervenção coletiva, que me levaram desde sempre a questionar esta generalização de uma suposta apatia juvenil.

A minha experiência despertou o interesse em compreender como se criam dinâmicas de participação juvenil, de que forma estas se mantêm no tempo e em que medida podem contribuir para a transformação social. Mais do que confirmar estereótipos ou percepções do senso comum, tinha o desejo de analisar as condições concretas em que os jovens se envolvem e as potencialidades que surgem quando lhes são garantidos contextos seguros e significativos de participação.

Ao longo do meu trajeto académico fui amadurecendo a percepção de que a juventude, sobretudo quando associada a outras camadas de desigualdade como a questão territorial, de género, racial ou de classe, continua a ser objeto de discursos penalizadores e práticas sociais que frequentemente reduzem o seu potencial de participação cívica e política.

Este interesse por explorar mais esta temática ganhou ainda mais expressão quando surgiu a oportunidade de integrar o projeto “Pericreativity - Criatividades Periféricas:

juventude, arte e políticas públicas em territórios segregados”¹², co-coordenado pela minha orientadora de mestrado. A oportunidade para participar neste projeto representou uma forma de me aproximar do meu próprio anseio de compreender a participação juvenil e possibilitou não apenas o acesso a um enquadramento teórico e empírico sólido, como também a inserção num terreno de investigação em que a juventude, a arte e as políticas públicas se cruzam de forma particularmente relevante, através do contacto direto com uma equipa de investigação altamente experiente composta por investigadores de diferentes instituições académicas e com percursos multidisciplinares.

O projeto Pericreativity, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e sediado no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, tem como objetivo central compreender o papel da criatividade e das expressões artísticas na vida de jovens de territórios segregados das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Parte do pressuposto de que estas expressões funcionam simultaneamente como um meio através do qual os jovens conferem sentido às suas vidas e constroem trajetórias profissionais e como um recurso potente para a inclusão social e a participação cívica. O projeto propõe-se a estudar a criatividade e a arte juvenil periférica como elementos dinâmicos e retroalimentados, enquadrados por processos que influenciam subjetividades e estratégias políticas.

Um dos seus eixos de análise foca-se precisamente em políticas públicas, como o Programa Escolhas (PE), que apropriam estas dinâmicas criativas para estimular o desenvolvimento local, a participação cidadã e a inclusão social. O Pericreativity visa, assim, analisar criticamente em que medida estas práticas artísticas e as políticas que as integram favorecem ou não a emancipação social dos jovens, contribuindo para o

¹ “PERICREATIVITY – Criatividades Periféricas: juventude, arte e políticas públicas em territórios segregados” é um projeto de investigação (10.54499/2022.08993.PTDC; março 2023 - março 2026) que se “propõe a estudar os modos de produção criativa e artística (...), em articulação com a análise das políticas públicas que visam estimular o desenvolvimento local, a participação - cidadã e a inclusão social”. O projeto é coordenado por Otávio Raposo (ISCTE - IUL/CIES) com co - coordenação de Lígia Ferro (FLUP/IS - UP). <https://Pericreativity.iscte-iul.pt/pt/>

² Doravante, designado apenas por *Pericreativity*.

debate sobre políticas de juventude mais interseccionais, participativas e orientadas para a garantia de um direito efetivo à cidade.

Foi neste enquadramento teórico e empírico mais vasto que a presente dissertação se foi definindo. O diálogo com o projeto Pericreativity orientou o foco inicial da investigação para a cultura e as artes como veículo privilegiado de participação juvenil, o que, por sua vez, direcionou a seleção do caso de estudo para um projeto que integrava esta dimensão na sua intervenção. Além de ter proporcionado a oportunidade de conhecer mais de perto o funcionamento do Programa Escolhas – quer através da visita exploratória a quatro projetos do PE, quer através do trabalho reportado pela equipa que contactou com 80% destes projetos na Área Metropolitana do Porto. Desta sinergia, e por fatores que serão apresentados adiante, surgiu a escolha do projeto “Na Praça! – EG9”³ como caso empírico para esta dissertação de mestrado.

O objeto central desta incursão consiste em analisar as práticas e os modos de participação juvenil promovidas no contexto do projeto “Na Praça!”, procurando compreender tanto os discursos, como as representações sociais dos seus participantes. Mais do que avaliar e mensurar os níveis de participação, espera-se compreender como estes jovens definem, vivem e reconfiguram a participação nos seus quotidianos.

Importa salientar que este não é um estudo de impacto, mas sim uma investigação sobre o que estes projetos deixam para o futuro no presente, explorando as experiências e perceções dos jovens envolvidos e os potenciais que daí podem decorrer e influenciar as suas trajetórias individuais e coletivas.

Se, por um lado, a literatura nacional tem vindo a dedicar uma crescente atenção às dinâmicas de participação juvenil, por outro, persiste uma lacuna significativa no que respeita a estudos de cariz mais crítico que se debrucem diretamente sobre os intervenientes destes projetos e como estes processos são por eles vividos e significados, sobretudo no contexto da cidade e distrito do Porto. Esta dissertação

³ Doravante, designado apenas por *Na praça!*.

posiciona-se também para ajudar a colmatar esta lacuna, assumindo como objeto de estudo precisamente um caso onde podem ser encontradas dinâmicas de participação juvenil num contexto periférico da cidade do Porto.

Partindo deste enquadramento, e tomando o projeto “Na Praça!” como espaço de análise, esta dissertação procura responder à seguinte questão central – De que forma os jovens envolvidos no projeto “Na Praça!” experienciam e percecionam a sua participação, e quais são os principais desafios e oportunidades que enfrentam nesse processo?

Esta questão desdobra-se em objetivos mais específicos, que passam por: 1) Analisar as dinâmicas de participação juvenil no projeto estudado; 2) Compreender as motivações, expectativas e perceções dos jovens envolvidos; 3) Identificar os principais desafios enfrentados na promoção da participação; 4) Refletir sobre a participação no desenvolvimento pessoal e social dos jovens; 5) Discutir o papel do projeto na promoção da cidadania ativa e inclusão social.

A presente dissertação organiza-se em cinco grandes capítulos. No primeiro, é apresentado o enquadramento teórico, organizado nos eixos que norteiam esta pesquisa, como são a concetualização de juventude(s), a participação juvenil, e as políticas públicas para a intervenção juvenil, com foco no caso do Programa Escolhas, assim como a caracterização da Freguesia de Campanhã - o local de operacionalização do projeto – enquanto território periférico. O segundo capítulo é dedicado à metodologia, onde exponho a abordagem qualitativa e etnográfica, bem como os instrumentos de recolha e registo de dados, as condições de entrada no terreno e as etapas que marcaram o trabalho de campo. Os resultados são apresentados no terceiro capítulo, em articulação com as dimensões analíticas previamente definidas. No quarto capítulo, discuto esses resultados à luz do trabalho de campo, das entrevistas realizadas e do enquadramento teórico, organizando a análise em torno de três eixos: o papel do projeto “Na Praça!” como espaço seguro, os sentidos atribuídos à participação e as representações de futuro. Finalmente, o quinto capítulo reúne as conclusões,

destacando as aprendizagens, limitações e recomendações que decorrem deste trabalho.

Com esta dissertação, espero contribuir para uma reflexão crítica sobre a participação juvenil em contextos periféricos, evidenciando tensões, ambiguidades e potencialidades que atravessam projetos destinados a este público.

A reflexão apresentada no início deste capítulo sintetiza a perspectiva adotada nesta dissertação: “Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre” (Freire, 1989) - as lentes que orientam esta análise da participação juvenil, assumem aqui que os jovens não são meros recipientes de conhecimento, mas sim agentes ativos, com saberes, experiências e expectativas que contribuem para a construção coletiva de práticas significativas. Tal como Freire enfatiza, a aprendizagem e a participação implicam troca, reconhecimento e valorização do conhecimento de todos os envolvidos, princípios que orientam a observação, análise e interpretação do projeto Na Praça! e das dinâmicas de participação que nele se desenvolvem, assim como orientam o próprio projeto no seu cotidiano. Esta dissertação não procura falar apenas sobre os jovens, mas dar-lhe a palavra, explorando os sentidos plurais e, por vezes, contraditórios, que atribuem à sua participação. Não apenas para contribuir para um mapeamento crítico das políticas de juventude, mas também para a co-construção do conhecimento.

1. Reflexões teóricas sobre juventude(s), participação e políticas públicas

Para a análise da realidade social, em constante mudança, é não só crucial recorrer às lentes sociológicas basilares, mas mais ainda à sua interligação e dinamismo. Para compreender o fenómeno proposto a ser estudado aqui - dinâmicas de participação juvenil num projeto de intervenção comunitária - começou por se mapear os diferentes conceitos que integram este recorte. Ao longo deste percurso, as motivações teóricas têm sido um ponto de partida e de chegada, em constante diálogo com a prática etnográfica e a análise de resultados. Nesse sentido, e evitando a tentação de florear este enquadramento com tradições teóricas *à la carte*, apresentamos o trajeto que foi moldando toda esta investigação.

Começamos por discutir o conceito de juventude a partir do seu potencial construtivista, seguindo para um enfoque acerca das juventudes marginalizadas - expostas a maiores desigualdades socioterritoriais e consequentes riscos de segregação.

Num próximo ponto, refletimos acerca das potencialidades, desafios e tensões da participação juvenil, que embora esteja a adquirir mais protagonismo - académico, institucional e mediático - não está livre de tensões entre a sua concetualização e depois os modelos onde é implementado e ou observado.

Este debate é depois enquadrado no plano das políticas públicas portuguesas para a juventude, onde focamos o caso singular do Programa Escolhas (que acolhe o projeto aqui estudado) e o modo como este tem operado - simbólica e metodologicamente - nas práticas de intervenção nacional em diferentes contextos com juventudes marginalizadas.

Por fim, apresentamos um recorte sintético sobre a freguesia de Campanhã, como território ainda relegado, não apenas nas políticas públicas, mas no imaginário social coletivo da cidade do Porto. Ainda que esteja em mudança veloz, Campanhã, onde se situa toda esta pesquisa, reúne um conjunto de especificidades e dinâmicas sociais que ainda mantém este território à margem.

1.1. Juventude ou juventudes? Breve percurso além da “unidade social”

1.1.1. Juventude como construção social

A juventude é uma categoria socio-etária cuja definição varia de acordo com o enquadramento onde é produzido, sendo, tal como outros conceitos socialmente construídos, passível de inúmeras leituras. Os debates sobre juventude(s) oscilam, primeiramente, entre uma leitura mais focada na transição e outra nas culturas juvenis (Woodman & Bennett, 2015), e entre a constante tensão sobre um pendor mais homogêneo e outro mais heterogêneo na definição do conceito (Pais, 2003).

Além dos parâmetros bio-médicos e políticos que enquadram os jovens como aqueles que deixaram a infância sem ainda chegar à idade adulta, a tradição dos estudos da transição tem focado as trajetórias sociais da juventude, como processos desiguais e contextualmente situados que contribuem para novas leituras sobre gerações, por exemplo considerando o prolongamento do período de formação escolar e a precariedade laboral que atrasam processos de autonomização socio financeira (Ferreira, 2020). Há, no entanto, cada vez mais propostas que criticam o potencial cristizador desta tradição, ao confundir “autonomia”, com “independência” e “liberdade” (Singly, 2005), ocultando novas formas de transição para a idade adulta, e assumindo uma visão mais determinista e definitiva sobre o que implica esta transição, como reforça Pappámikail (2010, p.404) “a dependência material de muitos jovens das suas famílias pode inibir o reconhecimento público da sua autonomia (identitária), mas não impede a sua construção”.

A outra tradição da sociologia da juventude prende-se com o estudo das culturas juvenis, que, muito sumariamente, recua até às obras da Escola de Chicago no modo como destacavam os grupos juvenis a partir das suas práticas de resistência e desviância e aos estudos culturais britânicos que analisaram os consumos culturais dos jovens das classes trabalhadoras (Filho, 2005; Blackman, 2005).

Filho (2005) argumenta que estas duas escolas – americana e britânica – foram importantes por considerar estes “novos” grupos sociais passíveis de análise sociológica específica, e pelas associações, ainda hoje comuns, embora cada vez mais

complexificadas, entre juventude(s) e contracultura(s). A Escola de Chicago fê-lo através do estudo do território como produtor de comportamentos desviantes, mas necessários para a integração e sobrevivência destes atores, e os Estudos Culturais Britânicos trouxeram uma análise (perigosamente homogênea) sobre o crescimento de uma nova e economicamente rentável de “classe juvenil de lazer (...) símbolo de ‘modernidade’ e ‘prazer descomprometido’ (...) [e] prenúncio da prosperidade que logo estaria ao alcance de todos” (Filho, 2005, p.140).

Os anos setenta viriam marcar uma nova fase nos estudos da juventude por via do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos da Universidade de Birmingham (CCCB) que propôs uma análise mais fina sobre as variáveis diversas que compõe o “efeito geração” na criação de novas culturas – e agora subculturas – juvenis, que não apenas a pertença de classe (Filho, 2005). Categorias como o gênero, pertença étnico-racial e os estilos de vida começam a ser mais proeminentes na discussão sobre a(s) juventude(s), contribuindo para uma estilização coletiva das subculturas juvenis (e urbanas), construída em “guerrilha simbólica contra o ‘sistema’ – aqui entendido como ‘ordem social’ opressora” (Guerra & Quintela, 2016, p.198). Até aos anos noventa somam-se novas leituras sobre a modernidade “reflexiva” (Giddens, 2002) e a fragmentação e liquidificação identitária (Bauman, 2001).

1.1.2. Jovens todos diferentes e todos iguais? Tensões entre homogeneidade e heterogeneidade

Como vimos, tal como outros conceitos socialmente construídos, o debate sobre Juventude é por vezes manipulado para fins de interesses específicos (Pais, 2003). Essa “manipulação” usualmente transparece em alguns discursos político-institucionais e mediáticos, que simplificam e homogeneízam todas as pessoas que partilham a mesma faixa etária, numa "unidade social", pertencente a um grupo com "interesses comuns" (Pais, 2003, p. 140).

Nesse sentido, se nas várias representações sociais os jovens são, não raras vezes, vistos como parte de uma mesma cultura, o principal desafio da sociologia da juventude é explorar não apenas as possíveis semelhanças entre os jovens ou grupos de jovens (em

termos de situações, expectativas, aspirações, consumos, etc.), mas também, e principalmente, as diferenças sociais entre eles existentes. É essencial a desconstrução da “juventude como representação social” e compreender como fora socialmente construída (Pais, 1990, p. 146). Não é fácil compreender indivíduos que, embora sejam contemporâneos e compartilhem o sentimento de pertença a uma mesma geração na sociedade global, pertencem a classes sociais, grupos ideológicos ou profissionais diferentes, e não podem ser agrupados num único grupo, porque como referem Guerra & Quintela (2016, p.199) “A juventude não constitui (...) um objeto unitário e é, por isso mesmo, necessário ir além da sua definição administrativa e governamental”. Não podendo assim falar-se de juventude, mas sim de juventude(s) (Pappámikail, 2010), enquanto categoria socialmente construída e plural.

Assim, podemos desconstruir a ideia de uma "juventude" monolítica, revelando-a como uma etapa cujas características, expectativas e vivências são profundamente moldadas pelos contextos sociais e históricos específicos em que os jovens se inserem. A mesma visão permite conceber o conceito de "juventudes periféricas", onde se percebe que as condições socioeconómicas, territoriais e as relações de poder a que estes jovens estão sujeitos não são meros panos de fundo, mas elementos que constituem ativamente a sua própria experiência de ser jovem e a diversidade das juventudes nas periferias urbanas.

1.1.3. Juventudes marginalizadas, periferias e segregação urbana

O foco nas juventudes periféricas permite evidenciar como fatores estruturais, como a classe e as condições de vida nas periferias urbanas, impactam diretamente as trajetórias escolares, sociais, entre outras esferas da vida dos jovens. Deste modo, há duas principais correntes teóricas sobre a juventude: a corrente geracional e a corrente classista (Guerra & Quintela, 2016, p. 204). A corrente geracional enfatiza as relações intergeracionais e a influência mútua entre as gerações, enquanto a corrente classista foca-se nas relações de classe na formação das culturas juvenis e na reprodução social. Ambas oferecem perspectivas distintas sobre a juventude e suas relações com as gerações mais velhas e as estruturas sociais. No caso desta dissertação, dar-se-á mais importância à corrente classista, uma vez que o lugar de classe e de segregação espacial,

social, económica e política é central para a discussão das políticas públicas. Contudo a corrente geracional não é deixada de parte, dada a importância concedida à reprodução. É importante compreender as interações intergeracionais, que variam desde uma socialização contínua até ruturas e conflitos entre as gerações, ao mesmo tempo que se observam as culturas juvenis como produtos das relações de classe, muitas vezes caracterizadas como formas de resistência à cultura dominante. Assim, há uma necessidade de uma abordagem dinâmica e multifacetada para compreender adequadamente a complexidade das culturas juvenis e as questões sociais enfrentadas pelos jovens (Pais, 1990).

O trabalho de Oliveira & Oliveira (2019) aborda a interface entre "juventudes e periferias urbanas". O próprio conceito de juventude, e a sua delimitação etária, pode "diferenciar muito dependendo do país e de suas condições sociais e culturais" (2019, p.41), assumindo múltiplas configurações. Ao sublinhar esta variabilidade contextual, Oliveira & Oliveira (2019) legitimam a abordagem desta investigação centrada nas "juventudes periféricas", argumentando implicitamente que as condições de vida nesses territórios moldam de forma distinta a experiência juvenil, exigindo, por isso, uma análise que vá além de definições homogêneas.

Associado à sociologia da juventude, há uma necessidade de desconstruir os estereótipos a ela associados, tais como problemas de inserção profissional, uso de drogas e delinquência. Embora estes temas destaquem a complexidade desta fase da vida, faz com que muitas vezes a juventude seja percebida como um problema social, quando na realidade há uma diversidade de experiências e identidades entre os jovens.

Esta percepção da juventude como problema social alimenta e é alimentada por discursos públicos penalizadores, essencialistas e assistencialistas. Os discursos penalizadores focam-se quase exclusivamente na associação entre juventude e delinquência, sobretudo quando se fala de juventudes "marginais", construindo uma narrativa de ameaça e perigo que legitima respostas de controlo. Os discursos essencialistas homogeneízam e reduzem a identidade dos jovens à sua condição, ignorando as suas múltiplas dimensões. Além disso, os jovens são também tratados, nos vários meios de discussão, por abordagens assistencialistas, aparentemente mais benevolentes, que os

tratam como seres à espera de salvação, negando-lhes a agência e capacidade de participação plena. Estes discursos, predominantes nos media, no debate político, no senso comum e até nas políticas públicas de juventude, contribuem para que se gere um “pânico moral” (Cohen, 1999) em torno das juventudes periféricas.

Além disso, as novas correntes de estudo da infância e juventude procuram desafiar as perspetivas “adultocêntricas”, que frequentemente definem os mais novos por aquilo que lhes falta e não pela sua capacidade de ação como ator social. “In other words, the vision of youth based on adult standards, modelled on the type of relationship with politics forged by previous youth cohorts, fails to acknowledge young people as full citizens” (Malafaia et al., 2021). Assim, estas novas visões contribuem para uma postura que reconhece a complexidade e a diversidade de ser jovem. Defendem que a idade não é elemento suficiente para depreender informação acerca da maturidade, aspetos culturais ou sociais, permitindo que se evite cair em generalizações e estereótipos redutores frequentemente aplicados às juventudes periféricas (“inúteis”, “possíveis criminosos”, “vítimas”) e valorizar a agência e os saberes dos jovens. A perspetiva da construção social permite, assim, ir além de modelos normativos, “criança-aluno ou da criança-utente”, que não consideram a “dimensão enquanto ator social”.

1.2. Tensões nas formas e práticas de participação juvenil

A participação juvenil refere-se ao envolvimento ativo dos jovens na vida cívica, social, política e cultural da sociedade. Nesse sentido, os jovens não são apenas consumidores passivos, mas são também participantes ativos na criação, discussão e distribuição de conteúdos relevantes para as suas comunidades e para a sociedade em geral. Envolve a capacidade dos jovens em expressarem as suas opiniões, contribuírem para o desenvolvimento de políticas e programas, e participarem em atividades que promovam o bem-estar coletivo (Garcia et al., 2019).

Nesse sentido, a participação juvenil é uma componente essencial para o desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva e democrática, uma vez que a sua participação seja a nível cívico/institucional como: votar em eleições, participar em debates, envolver-se em grupos/movimentos cívicos ou trabalhar em prol da

comunidade; social: inserindo-se em diferentes grupos, participando em eventos culturais, de criação e fruição, atividades desportivas, religiosas ou outras formas de interação social que promovam a coesão e o sentimento de pertença a um grupo; ou mesmo a nível político, expressando suas opiniões, reclamações e preocupações por meio de manifestações, petições, protestos, assembleias, etc. A participação juvenil não se limita apenas a pequenos espaços e áreas da vida em sociedade, mas dá oportunidade aos jovens de influenciar o seu ambiente quotidiano e contribuir para a transformação social. Costa (1999) tem vindo a desenvolver a ideia do “protagonismo juvenil” como o princípio que deve reger a criação de espaços efetivos e legitimados de participação, motivados por uma pedagogia política emancipatória que retira o foco assistencialista nos adultos que dizem aos jovens como participar (Costa, 1999; 2000). Este processo está intrinsecamente ligado ao empoderamento juvenil, processo que visa capacitar os jovens para controlar as suas próprias vidas e influenciar as decisões que os afetam. Isso inclui fornecer aos jovens os recursos, ferramentas e oportunidades necessárias para que eles possam exercer o seu papel de forma eficaz, enfrentando desafios e atingindo objetivos pessoais e coletivos. O empoderamento juvenil vai além do simples fornecimento de recursos materiais, envolvendo também o fortalecimento da confiança, da autonomia e da capacidade de gestão de relações interpessoais dos jovens.

Os jovens são capacitados quando têm autonomia para tomar decisões sobre as suas próprias vidas, incluindo escolhas educacionais, profissionais, relacionamentos e estilo de vida. É importante que, para isso, se desenvolvam capacidades práticas, sociais e emocionais que permitam aos jovens enfrentar os desafios do dia-a-dia e alcançar os seus objetivos. Contudo, isso só é possível se tiverem acesso a recursos essenciais, como uma educação de qualidade, serviços de saúde, oportunidades de emprego, habitação digna e apoio à saúde mental, nomeadamente. Daí que, para se falar de participação e empoderamento, necessita-se inevitavelmente de falar sobre as condições sociais da sua produção.

O empoderamento juvenil não é apenas um percurso individual, é também um contributo para o desenvolvimento sustentável das comunidades e sociedades como

um todo, uma vez que capacita os jovens a tornarem-se agentes de mudança nos seus ambientes, através da participação. É necessário que haja espaços em que os jovens possam expressar as suas opiniões, contribuam para o desenvolvimento de políticas e programas (para eles e para a sociedade) e se envolvam na resolução de problemas das suas comunidades.

Contudo, nas últimas décadas, o conceito de "participação" tornou-se um "jargão", um termo onnipresente na retórica institucional e burocrática. Praticamente todas as candidaturas a financiamentos públicos ou privados, planos estratégicos e programas sociais reivindicam integrar mecanismos de participação juvenil, frequentemente acompanhados de métricas quantitativas específicas (número de jovens envolvidos, número de sessões realizadas, etc.). As instituições educativas têm frequentemente momentos de "participacionismo pedagógico" e "juvenil", onde se encenam momentos de decisão coletiva, num esforço demonstrativo dos potenciais da participação, sem que se traduza em qualquer tomada de decisão efetiva (Carrano, 2012). Esta instrumentalização e quantificação palpável do conceito, analisada por autores como Hugo Cruz (2023), esvazia-o frequentemente do seu potencial transformador e simbólico, sendo utilizado como mera formalidade burocrática, como que uma "caixa" a preencher para aceder a recursos. Tal é possível de verificar através da própria formatação da candidatura de um projeto ao Programa Escolhas que em relação aos objetivos específicos, aos indicadores e instrumentos de avaliação, situam-se principalmente no número de participantes, nas assinaturas das folhas de presença, nos resultados escolares, embora por vezes se proponha a criar também grelhas de observação de competências.

Nesta lógica, a participação corre o risco de se tornar um fim em si mesma, e não um meio para a emancipação. Até porque, muitas vezes, os processos participativos são desenhados de forma a validar decisões pré-estabelecidas pelas instituições, confinando a contribuição juvenil a temas específicos ou a formatos rígidos e pré-determinados, não permitindo uma crítica substancial ao modelo de participação. O resultado é uma participação ilusória onde a presença dos jovens serve principalmente para legitimar

ações institucionais, sem que haja uma real transferência de poder ou uma incorporação significativa das suas vozes nos processos de decisão.

As temáticas da participação juvenil têm sido pautadas pelo “efeito geração” que pressupõe um efeito grupal (e etário) que mobiliza os jovens a rebelarem-se contra a ordem social estabelecida (Mannheim, 1973), como o caso dos movimentos estudantis nas lutas sociais (tantas vezes considerados epítomes da participação) (Foracchi, 1977). Já os modelos de participação estudantil foram sendo reatualizados à luz da “crise da capacidade mobilizadora estudantil” (Bohgossian & Minayo, 2009, p.416), que acompanhou a transformação generalizada da perda de participação política e cívica massiva (Sposito, 2000). Têm surgido novos indicadores e grelhas de análise que situam este debate nas novas formas de viver e pensar a juventude e a “condição juvenil” (Bohgossian & Minayo, 2009), relacionando-a também com o “efeito período”, ou seja, interdependente da conjuntura sociopolítica vigente (Campos & Sarrouy, 2020).

Perante este cenário, é premente pensar em outras formas de conceber e praticar a participação. É necessário passar de um modelo de participação como consultoria, ou mero adorno, para um modelo de participação com verdadeiro protagonismo.

Isto implica valorizar, mesmo nos meios mais institucionais, formas não convencionais de participação que já são praticadas pelas juventudes nos seus quotidianos, seja através da cultura e das artes, ou até também nas discussões criadas online nas redes sociais. Estas são formas de participação que, muitas vezes, escapam às métricas tradicionais, mas que são essenciais na construção da identidade dos jovens. Tal como reconhecem Carla Malafaia, Pedro Ferreira e Isabel Menezes, “Youth civic and political participation occurs in different ways and contexts, is triggered by diverse factors and unfolds in a range of combinations and patterns. The study of youth civic and political engagement is currently punctuated by two intertwined discourses: i) the current political upheavals call for an active participation of citizens in public affairs for the sake of a well-functioning participatory and representative democracy; and ii) young people are estranged from institutional politics whilst presenting progressively complex patterns of engagement that can no longer be grasped by black-and-white kinds of analysis” (Malafaia et al, 2021).

Como bem notou Pais (2005), a cidadania cumpre-se globalmente quando é exercida localmente. A vitalidade da democracia vem de baixo, da rua, dos espaços onde a vida social acontece de forma mais orgânica. Uma perspectiva *bottom-up* de participação, que valorize estas formas de cidadania cultural, reativas (Blackman, 2005) que emergem das margens (Pais, 2005), é fundamental para criar processos genuínos de inclusão e empoderamento que mitiguem os efeitos da segregação social e construam comunidades mais justas e coesas.

Representando uma fase crucial do ciclo de vida, a juventude é, como exposto acima, frequentemente afetada seja pelas disparidades sociais e económicas e os problemas sociais presentes nas áreas urbanas, seja pelo acesso a recursos educacionais, oportunidades de emprego ou de participação. As baixas taxas de participação cívica e política frequentemente observadas entre os jovens das periferias são um reflexo direto deste contexto multidimensional de exclusão. Esta aparente apatia não é uma característica inerente a este grupo, mas sim o resultado de um sistema que sistematicamente os ignora, inferioriza ou estigmatiza. Quando as instituições falham em criar canais significativos de escuta e influência dos jovens, estes vão criando cada vez mais distância àquilo que consideram como “não é para nós”, alheio e hostil.

Mesmo quando existem espaços formais de participação destinados aos jovens, normalmente ligados à escola, o que frequentemente ocorre é um processo de “tokenização”. Isto é, a participação é concedida a um número muito restrito de jovens que já se encontram integrados nos circuitos institucionais de sucesso, tipicamente os “bons alunos” e que dominam os códigos linguísticos e culturais valorizados. Estes jovens, ainda que sejam legitimamente representantes de uma parte da sua geração, tornam-se símbolos que servem para validar a narrativa de que “a juventude é ouvida”, mascarando a exclusão dos milhares que não se encaixam nesse modelo. Desta forma, estes espaços, em vez de cumprirem o seu potencial democrático de inclusão, acabam por reproduzir as mesmas desigualdades sociais que existem no espaço urbano mais amplo. A participação para ser inclusiva exige um questionamento sobre quem define as agendas, quem tem direito de fala e que formas de conhecimento e expressão são valorizadas. Implica criar mecanismos que vão ao encontro dos jovens nos seus

territórios, nos seus termos, e que reconheçam as suas formas específicas de organização e de expressão política, que muitas vezes ocorrem fora dos circuitos institucionais e tradicionais.

1.3. Políticas públicas e as juventudes periféricas

“A política de juventude deverá ter como objetivos prioritários o desenvolvimento da personalidade dos jovens, a criação de condições para a sua efetiva integração na vida ativa, o gosto pela criação livre e o sentido de serviço à comunidade.”

Constituição da República Portuguesa, Artigo 70

A abertura deste capítulo com o Artigo 70.^o da Constituição da República Portuguesa não constitui um mero elemento decorativo, mas sim o guião normativo que estabelece os fundamentos para a conceção, e conseqüentemente análise, das políticas públicas para a juventude.

O Programa Escolhas é um programa governamental de âmbito nacional, atualmente supervisionado pela Secretaria de Estado da Igualdade e Migrações, integrada no Alto Comissariado para as Migrações, que desempenha um papel fundamental na promoção da integração social e na igualdade de oportunidades para crianças e jovens em situações de vulnerabilidade socioeconómica em Portugal, incluindo contextos de segregação urbana como os referidos anteriormente.

O Programa Escolhas, ao longo das suas várias gerações, tem sido fundamental na implementação de políticas de inclusão social direcionadas à juventude em Portugal. A sua estrutura abrangente e financiamento mais ou menos estável proporcionam uma base sólida para análises críticas e avaliações de eficácia das intervenções governamentais no campo da juventude em Portugal.

Nesta sua nona geração, foram financiados 105 projetos em todo o país, abrangendo diferentes regiões e municípios. O Programa é financiado pelo Orçamento do Estado e pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento através do Programa Pessoas 2030 e Programa Algarve 2030.

Desde a sua criação em 2001, o programa tem vindo a evoluir e adaptar-se, abrangendo novas áreas como a educação, emprego, participação cívica e dinamização comunitária. A sua missão central é promover a inclusão social e a igualdade de oportunidades para crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos vulneráveis, particularmente descendentes de imigrantes e comunidades ciganas, embora a sua ação se estenda a todos os jovens em situação de exclusão. Os seus objetivos estratégicos desdobram-se em três áreas de intervenção principais: 1) Educação, Inclusão Digital, Formação e Qualificação: que pretende melhorar o sucesso escolar, combater o abandono escolar e promover competências digitais; 2) Emprego e Empreendedorismo: facilitar o acesso ao mercado de trabalho e fomentar iniciativas empreendedoras; 3) Dinamização Comunitária, Saúde, Participação e Cidadania - área com especial relevo para esta dissertação - com o objetivo de promover estilos de vida saudáveis, a intervenção cívica e o associativismo juvenil, fortalecendo o capital social das comunidades.

Um dos pilares fundamentais da missão do Programa Escolhas, explicitado na sua área de "Participação e Cidadania", é o aumento da participação cívica e comunitária dos jovens. O programa propõe-se a criar condições para que os jovens se assumam como agentes de mudança positiva nas suas comunidades, promovendo uma cidadania ativa e participativa. Essas participações são, muitas vezes, medidas através das folhas de presença dos jovens nas atividades, o número de ações ou o número mínimo obrigatório da realização de assembleias juvenis. No n.º 6 do artigo 29.º do Regulamento do Programa Escolhas é explícita a necessidade de os projetos organizarem assembleias de jovens com os seus participantes diretos e indiretos, com uma periodicidade não superior a bimestral, recolhendo a avaliação dos jovens de forma a incorporá-la nos relatórios de autoavaliação, bem como de forma a validar os planos de atividade. Estes atos são apelidados de "Assembleias de Jovens Locais".

A implementação prática deste objetivo esbarra nas desigualdades profundas da participação já analisadas no capítulo anterior. A pressão institucional para apresentar resultados quantificáveis (métricas de participação) em relatórios de financiamento,

pode, paradoxalmente, incentivar uma lógica e modelo de participação que não tem em conta múltiplas dimensões.

A análise crítica das políticas de inclusão social da juventude em contextos vulneráveis em Portugal, onde se insere o Programa Escolhas, revela uma série de desafios e contradições inerentes aos programas de intervenção governamental. Embora estas políticas tenham sido desenvolvidas com o objetivo declarado de promover a inclusão e combater a marginalização, a sua eficácia e impacto são frequentemente questionados.

Um dos principais pontos levantados é a tendência para adotar uma abordagem individualista, que coloca grande ênfase no empoderamento individual dos jovens em detrimento de uma análise estrutural das desigualdades sociais. Esta abordagem ignora frequentemente as condições sistémicas de marginalização e subalternidade enfrentadas pela juventude, focando apenas em estratégias de capacitação individual. Nesta lógica, o risco é o de se responsabilizar o jovem pela sua própria integração, desresponsabilizando as estruturas sociais mais amplas.

A análise crítica das políticas de inclusão social tem vindo a incidir sobre várias dimensões que podem contribuir para eventuais contradições e desafios inerentes aos programas de intervenção governamental, a título de exemplo, a partir da observação de projetos para a juventude racializada em Portugal, compreende-se que as mesmas críticas se podem estender a outros grupos marginalizados, nomeadamente económica e socialmente.

Um aspeto especialmente preocupante é a falta de autonomia e participação real dos jovens nas atividades promovidas pelo Programa Escolhas. Apesar de serem incentivados a envolver-se em atividades comunitárias, a sua participação muitas vezes é artificial e controlada pelas equipas do projeto, o que limita a sua capacidade de expressar necessidades e aspirações. Assim, Raposo (2022) apontou a necessidade de ser feita uma revisão profunda de programas públicos como o Programa Escolhas, a fim de garantir que abordam adequadamente as raízes estruturais da marginalização e promovem genuinamente o empoderamento e a participação dos jovens nas decisões que afetam as suas vidas e comunidades.

Ao mesmo tempo, importa analisar criticamente o papel que políticas públicas como o Programa Escolhas atribuem aos jovens. Apesar do seu discurso emancipatório, existe o risco de estas iniciativas, em vez de abordarem as adversidades estruturais que afetam as comunidades, estarem a transferir para os jovens a responsabilidade de as resolver (Wetering, 2023). Esta dinâmica, como nota Raposo (2022, p. 102), pode transformar a perceção das "juventudes problemáticas" em "juventudes-solução" (solution youth), integrando-os em projetos que focam a prevenção da delinquência sem questionar as causas sociais do problema.

Perante este contexto e o "declínio da participação social e cívica" amplamente documentado (Putnam, 2000), torna-se crucial perceber que tipo de participação é efetivamente promovida, utilizando por exemplo a "escala da participação cívica" de Sherry Arnstein (1969), um modelo que permite categorizar e avaliar o grau de poder e de decisão que é verdadeiramente concedido aos cidadãos, neste caso, aos jovens. Este modelo que vai desde situações de "não-participação", em que o envolvimento é simbólico, passando por formas intermediárias, como a informação ou a consulta, em que as instituições continuam a deter o poder efetivo de decisão, até chegar aos patamares mais exigentes, de delegação de poder ou de controlo pleno. Olhar para este quadro conceptual permite não só situar práticas concretas, mas também compreender as tensões, os obstáculos e os potenciais que atravessam processos participativos.

A discussão sobre a importância da participação e do empoderamento para os jovens em contextos urbanos segregados é ainda mais fundamental, dado que há desafios extra enfrentados por esses jovens e é necessário identificar estratégias eficazes para promover o seu desenvolvimento positivo (Queirós & Gros, 2002). Não raras vezes, em contextos urbanos segregados, os jovens enfrentam múltiplas formas de exclusão e marginalização, resultantes das desigualdades socioeconómicas, raciais, étnicas e territoriais (Queirós, 2022).

A segregação é um conceito que descreve a separação ou divisão de grupos sociais com base em características específicas, como raça, etnia, classe social, religião, género, idade ou orientação sexual. Essa separação pode ocorrer em diversos contextos, incluindo habitação, educação, emprego, acesso a serviços e interações sociais. Desde a

formação das cidades que surgem contextos urbanos segregados, isto é, áreas dentro de uma cidade onde grupos sociais distintos tendem a residir ou interagir separadamente, muitas vezes devido a diferenças socioeconômicas, étnicas, raciais ou culturais. Essa segregação pode ocorrer de várias formas e em diferentes níveis, resultando em espaços urbanos caracterizados por homogeneidade demográfica e socioeconômica (Wacquant, 2017).

Nesses contextos, a participação juvenil e projetos que incentivem a mesma desempenham um papel crucial ao dar palco à voz dos jovens e permitir que eles expressem as suas preocupações, necessidades e aspirações. Envolver os jovens em processos de decisão que afetam as suas vidas e comunidades, pode ajudar a promover mudanças sociais positivas, influenciando políticas e programas que lhes estão inevitavelmente ligados. Além disso, o empoderamento dos jovens em contextos urbanos segregados é essencial para ajudá-los a superar os desafios e adversidades que enfrentam. Esse trabalho pode ser feito através de caminhos menos formais, mas não excluindo, por exemplo, a instituição escolar e, através de programas de educação não formal, mentoria, desenvolvimento de competências para a vida, entre outros (Abrantes et al., 2013; Roldão, 2013).

A literatura revela que envolver os jovens em processos decisórios contribui não apenas para o desenvolvimento individual, mas também para a construção de comunidades mais inclusivas. Essa participação ativa pode desempenhar um papel fundamental na mitigação da segregação social, dando voz aos jovens nas decisões que afetam diretamente as suas vidas, uma vez que enfrentam diferentes níveis de exclusão (Menezes, 2011) e hierarquia, desde logo pelos critérios legais e etários que associam o seu cumprimento pleno à "maioridade" e às tradicionais formas de participação (Campos & Sarrouy, 2019; Pais, 2005).

“Tradicionalmente, o conceito de cidadania estabelece fronteiras e margens entre sociedades e grupos. Uns são enquadrados (os ‘incluídos’), outros desenquadrados (os excluídos, os marginais). Mas as margens são definidas a partir do centro, isto é, de valores que são próprios de ‘nós’ (os enquadrados) por contraposição a ‘eles’ (os excluídos). Evidentemente que há uma cidadania

de direitos estabelecidos que, legitimamente, são olhados como estáveis, consensuais, constantes. (...) Mas há também uma cidadania de novos direitos conquistados, cuja premência é justificada pelas circunstâncias ou necessidades mutáveis da vida. Neste caso podemos falar de uma cidadania inovadoramente participada” (Pais, 2005, p. 57).

A cidadania participada garante aos jovens um envolvimento ativo na vida cívica, social, política e cultural, não sendo apenas consumidores passivos, mas também participantes ativos na criação e distribuição de conteúdos. Como tal, importa reconhecer sempre que a juventude " umas vezes apontada como apática, outras como apolítica, não deixa de ser profundamente política, na medida em que revela (...) vias diversas para a participação" (Campos & Sarrouy, p.36, 2019).

Um modelo *bottom-up* por contraposição às cidades planeadas de modo *top-down* é o que garante “a vitalidade das cidades”, do “espaço público da cidade: a rua. A magia da cidade vem de baixo e não dos arranha-céus onde a vida social parece estar enjaulada” (Pais, 2005, p. 57). Na verdade, “a cidadania apenas se cumpre globalmente quando localmente é exercida” (Pais, 2005, p. 59).

A discussão sobre a importância da participação ativa na mitigação da segregação social é crucial para abordar as desigualdades e promover a inclusão em contextos urbanos segregados. A segregação social, muitas vezes presente em áreas urbanas, resulta em comunidades marginalizadas que enfrentam um acesso desigual a recursos e oportunidades. Isso pode-se manifestar em disparidades a nível educacional, económico, de saúde, de segurança, entre outras áreas. A participação ativa dos membros dessas comunidades pode desempenhar um papel significativo na mitigação dessas disparidades, uma vez que procuram fazer ouvir as suas vozes, defender os seus interesses e contribuir para a tomada de decisões que afetam as suas vidas, seja a nível do planeamento, participação em organizações comunitárias, participação em atividades educacionais e culturais ou em iniciativas de desenvolvimento local.

A segregação socioeconómica envolve a divisão de grupos com base em sua posição socioeconómica. Por exemplo, a segregação pode ser evidente em áreas urbanas onde

bairros de rendas altas estão separados de bairros de rendas baixas, resultando em disparidades no acesso a recursos e oportunidades (Queiróz & Gros, 2002).

Ao envolverem-se ativamente na identificação de problemas, no desenvolvimento de soluções e na implementação de iniciativas, os membros podem contribuir para a criação de comunidades mais coesas, resilientes e inclusivas, ajudando até a construir pontes entre diferentes grupos dentro de uma comunidade segregada, promovendo a compreensão mútua, o respeito pelas diferenças e a solidariedade. Isso pode contribuir para a construção de relações mais positivas e colaborativas, reduzindo os preconceitos e estereótipos que muitas vezes perpetuam a segregação social (Barbosa et al., 2015).

A identificação dos desafios enfrentados pelos programas de intervenção juvenil em contextos urbanos segregados é essencial para desenvolver estratégias eficazes de inclusão e promoção do bem-estar dos jovens nessas comunidades. Alguns dos principais desafios incluem: a estigmatização e marginalização, o acesso desigual a recursos, violência e criminalidade, falta de investimento e apoio governamental e desconfiança institucional (Raposo, 2022).

Os jovens que vivem em áreas urbanas segregadas muitas vezes enfrentam estigmatização e marginalização devido à sua origem territorial, étnica, socioeconómica ou racial. Isso pode dificultar a participação ativa desses jovens em programas de intervenção, pois podem-se sentir excluídos ou discriminados (Wacquant, 2017). A falta de recursos para uma educação de qualidade para todos, serviços de saúde ou espaços públicos seguros, tendem a reforçar essas dificuldades. Acrescendo a tudo isto, muitas vezes, as áreas urbanas segregadas são as que mais enfrentam uma falta de investimento e apoio por parte do governo, o que pode limitar a disponibilidade de programas e serviços para os jovens. A falta de financiamento adequado pode dificultar a implementação e sustentabilidade de programas de intervenção, bem como a capacidade de alcançar um grande número de jovens. Todos estes aspetos funcionam em bola de neve e, devido a experiências passadas de discriminação e exclusão, os jovens podem desconfiar de instituições governamentais e outras organizações que oferecem programas de intervenção ou segurança.

Superar esses desafios requer uma abordagem holística e colaborativa que envolva não apenas os jovens, mas também as suas famílias, comunidades, organizações da sociedade civil e autoridades governamentais. É essencial adotar uma abordagem centrada na comunidade, que valorize as perspectivas e experiências dos jovens e promova parcerias inclusivas e sustentáveis para criar mudanças significativas e duradouras (Raposo, 2022).

Com o avançar dos anos em que este e outros projetos têm sido implementados e operacionalizados, afirma-se como fundamental refletir sobre as perspectivas para a promoção da participação e do empoderamento juvenil por meio de projetos como o Programa Escolhas. Esses programas desempenham um papel crucial na construção de comunidades mais inclusivas e no fortalecimento do potencial dos jovens para influenciar positivamente as suas vidas e as suas comunidades (Raposo, 2022).

À medida que os desafios enfrentados pelos jovens evoluem, os projetos de intervenção precisam ser inovadores e adaptáveis para atender às necessidades em constante mudança. Isso pode envolver a incorporação de novas tecnologias, abordagens de aprendizagem flexíveis e estratégias criativas de engajamento para garantir que os programas permaneçam relevantes e eficazes. O empoderamento dos jovens deve permanecer no centro das iniciativas de intervenção. Isso significa não apenas fornecer recursos e oportunidades, mas também capacitar os jovens com as habilidades, conhecimentos e confiança necessários para assumir um papel ativo nas suas comunidades e na sociedade em geral (Roldão, 2013).

Para isso, os programas de intervenção devem adotar uma abordagem holística que tenha em consideração não apenas as necessidades imediatas dos jovens, mas também os contextos sociais, económicos e culturais mais amplos em que vivem. Isso pode incluir parcerias com outras organizações, governamentais e não governamentais, para garantir que os jovens tenham acesso a uma gama completa de serviços e apoios, nomeadamente com as comunidades locais, escolas, organizações da sociedade civil, empresas e autoridades governamentais.

Para que tudo faça sentido, é importante que os programas de intervenção incorporem processos robustos de avaliação e aprendizagem contínuos para avaliar a sua eficácia e identificar áreas para melhoria. Isso pode envolver a coleta e análise de dados, *feedback* dos participantes e avaliações de impacto para garantir que os resultados sejam alcançados.

A presente dissertação pretendeu assim abordar a interseção entre a juventude contemporânea, a participação cívica, o empoderamento juvenil e as políticas públicas em contextos urbanos segregados, com um enfoque especial num projeto do Programa Escolhas, no Porto.

Para tal, importa compreender o empoderamento como o processo de capacitar os jovens para controlar as suas vidas e influenciar as decisões que os afetam, tal como a teoria da pedagogia crítica de Paulo Freire enfatiza. Examinar as políticas públicas é crucial para entender como os governos abordam as necessidades da juventude em contextos urbanos segregados. A análise de programas específicos, como é o caso do Programa Escolhas, é essencial para ler a complexidade de juventude(s) e como estas se representam em território segregado. “Sugerimos que as margens podem ser produtoras de resistência, de criatividade, de formas “re-ativas” de cidadania cultural (Blackman, 2005) que se rebelam contra formas arcaicas de cidadania imposta. No entanto, se é certo que as margens culturais de onde emergem as mais criativas culturas juvenis se podem constituir em territórios de crítica aos poderes estabelecidos, também podem por estes ser absorvidas, como acontece com boa parte das criações musicais” (Pais, 2005, p. 62).

1.4. Campanhã e a construção simbólica das margens urbanas

As cidades são espaços em constante co-construção,

“em torno de uma disponibilidade instrumental de poder social. Elas constituem-se em centros de controlo, sendo desenhadas para proteger e dominar, pondo em jogo uma subtil geografia de limites e confinamentos” (Pais, 2005, p. 58),

sendo assim fundamental compreender o que são os centros, para começar a interpretar as periferias urbanas e os processos de segregação territorial.

O espaço urbano sempre foi disputado, transformado e produzido por diferentes processos complexos, de ordem social, político-institucional, ambiental e cultural, que se refletem, inevitavelmente, nas paisagens da cidade e a partir dos quais se podem analisar as desigualdades sociais e o fenómeno da segregação urbana (Fernandes, 1995; Guerra, 2017; Queirós, 2022; Wacquant, 2004). A segregação urbana surge na materialização das diferentes desigualdades sociais - económicas, culturais, políticas, étnico-raciais, de género, entre outras – nos desiguais usos e apropriações do território, através de hierarquias de poder que condicionam a participação plena na vida comum e restringem “o pleno direito à cidade: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade” (Harvey, 2012, p.74).

No âmbito da presente dissertação, revela-se fundamental uma reflexão sobre o espaço urbano, o espaço público e as suas periferias, para além da sua natureza jurídica, como uma construção social e política e um palco de confronto político, onde é crucial analisar os espaços onde os jovens estudam, vivem, se inserem e interagem. O trabalho de Alexandra Castro (2002) oferece uma perspetiva essencial ao destacar a complexidade e a multiplicidade de sentidos que caracterizam o conceito de espaço público, ultrapassando a sua dimensão meramente física ou jurídica, atribuindo-lhe uma vertente simbólica que molda as modalidades e conteúdos das interações. O espaço público pode ser entendido como uma construção social e política resultante da combinação de vários fatores: os usos a que se destina, o sentido que lhe é atribuído por diferentes grupos, a acessibilidade e as dinâmicas de proximidade/distância física e social (Andrade & Batista, 2015). O espaço público, enquanto entidade multifacetada, constitui um lugar de confronto político onde a sociedade se define e institui, funcionando como palco onde atores, eventos e problemas ganham visibilidade.

Estas noções permitem contextualizar as experiências das juventudes periféricas, não apenas nos territórios marcados por desigualdades sociais, territoriais e de segregação, mas também por dinâmicas específicas de apropriação e interação nos espaços que habitam, dando importância à forma como estes jovens vivenciam, utilizam e são moldados pelos espaços urbanos em que se inserem.

A complexidade do espaço público permite a compreensão de que a proximidade física não se traduz automaticamente em proximidade social, e importa compreender como a proximidade territorial com outras áreas da cidade não garante a construção de laços, embora em termos de acesso físico seja relativamente fácil, destacando a importância de construir pontes entre zonas da cidade (Alves, 2013; Le Borgne, 2022).

Além disso, Alexandra Castro (2002) discute também a negligência histórica do espaço público decorrente de uma lógica urbanística focada na integração económica-funcional, que negligenciou a sua função enquanto lugar de sociabilidade urbana. Este abandono contribuiu para uma "crise do laço social e da crise de cidadania" (Castro, 2003, p.53) e na consequente fragmentação do espaço público, muitas vezes impulsionada pela busca por segurança através da privatização. A proliferação de comunidades fechadas ou de centros comerciais que mimetizam espaços públicos tradicionais, mas sob controlo privado e com acessibilidade seletiva, são exemplos apresentados pela autora desta tendência (Idem). Esta análise da "crise do espaço público" é de extrema relevância quando estamos a trabalhar o contexto em que operam projetos de intervenção social.

Territórios frequentemente marcados pela falta de investimento e carência em termos de espaços de socialização de qualidade, fazem com que os espaços onde operam projetos de intervenção comunitária possam assumir um papel crucial, uma vez que, apesar de não se configurar como um espaço público no sentido tradicional, emerge como um local complementar e seguro, que oferece oportunidades de socialização e participação aos jovens, preenchendo uma lacuna deixada pela "crise da sociabilidade" e pela falta de espaços públicos inclusivos e dinamizadores, tão necessários em contextos de periferia e vulnerabilidade social (Idem).

Tal como sugere a reflexão de Florence Weber (1995), "l'utilisation de statistiques nationales peut aider à approfondir un travail ethnographique en permettant d'énoncer les conditions de possibilité des phénomènes observés à une échelle monographique", os dados estatísticos sobre Campanhã ajudam a fornecer um retrato do quadro estrutural essencial para a investigação etnográfica. Estes números e taxas não só contextualizam o território no panorama nacional e da cidade, como também objetivam

as condições sociais que uma abordagem monográfica poderá observar e interpretar em profundidade.

De acordo com os Censos 2021 (INE, 2021), a freguesia de Campanhã possui cerca de 30 mil habitantes, sendo uma das freguesias com menor taxa de atração para os residentes (6,3%). Além disso, verifica-se que 11 681 pessoas usufruem de prestações sociais.

A partir dos dados dos censos de 2011 e 2021 é possível verificar que a freguesia de Campanhã acompanhou a tendência da cidade do Porto com uma redução no número de habitantes - 9,16% (taxa de variação). Trata-se de um território que acompanha a tendência nacional de desemprego, existindo 2139 desempregados à data de 2021, refletindo-se no índice de dependência dos jovens (19,26%), além de ser também essa a faixa etária mais atingida pelo desemprego (20 e 34 anos). A maioria da população residente empregada ou estudante tem de realizar movimentos pendulares diários para outras freguesias do município ou para outro município e o número de pessoas que trabalha na freguesia teve uma redução de 5085 para 3778. O principal meio de transporte continua a ser o automóvel, seguindo-se-lhe o andar a pé e a seguir o autocarro, mas deu-se uma grande redução do uso do mesmo de 2011 para 2021.

A maioria da população empregada está no setor terciário. O ensino básico (37,12%) continua a ser o nível de escolaridade com maior registo, embora haja uma diferença acentuada do aumento de pessoas com ensino secundário e superior face a 2011, há ainda 3,21% da população que é analfabeta.

De acordo com informações dadas pelo próprio projeto “Na Praça!”, com ligação institucional ao aparelho escolar da freguesia, dos 1841 alunos inscritos no Agrupamento de Escolas do Cerco 783 beneficiam do escalão A e 290 do escalão B da Ação Social Escolar. Além disso, foram também apresentados ao projeto dados relativos a ocorrências disciplinares, entre janeiro e junho de 2023, pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) que acompanhou em média 248 processos e no Agrupamento de Escolas do Cerco do Porto, em que no ano letivo 2022/2023, se verificaram 1206 ocorrências disciplinares. O Gabinete de Intervenção registou 344 ocorrências, envolvendo 296 crianças e jovens, por absentismo escolar e indisciplina.

O próprio coordenador do projeto Na Praça!, na candidatura à nona geração do Programa Escolhas, através de uma escuta ativa de participantes e das entidades locais, revelou que “existe uma elevada taxa de desocupação juvenil que se traduz num aumento de comportamentos de risco e delinquência, verificável nas imediações dos bairros sociais. No discurso dos participantes surge um espaço caracterizado por comportamentos de adição, violentos e desadequados, sendo necessária uma intervenção específica que previna os comportamentos referidos e que potencie uma maior participação e exercício da cidadania. Também a poluição é identificada como uma problemática, uma vez que ao longo de todo o território de intervenção é verificável a acumulação de resíduos em locais impróprios e de livre acesso, acabando por implicar a utilização dos espaços” (retirado do documento de candidatura do projeto ao PE).

Virgílio Borges Pereira tem desempenhado um papel central na sociologia urbana portuguesa, particularmente no estudo da cidade do Porto, constituindo uma referência incontornável para o estudo das desigualdades sociais e culturais no espaço urbano contemporâneo. Destacando-se pela sua análise bourdiana das classes sociais e dos processos urbanos, o autor explora como as práticas quotidianas e as representações simbólicas das diferentes classes sociais se manifestam no espaço urbano portuense. Através de metodologias como a análise de correspondências múltiplas, o autor revela as divisões sociais e simbólicas que estruturam a cidade, oferecendo uma compreensão profunda das dinâmicas urbanas e das desigualdades sociais presentes no Porto. No seu artigo “Urban Distinctions: Class, Culture and Sociability in the City of Porto” (2018), Borges Pereira utiliza uma abordagem inspirada nos estudos de morfologia social e da sociologia de classes para produzir um retrato heurístico da cidade do Porto, relacionando-a com o raciocínio de Pierre Bourdieu sobre a pertinência de uma abordagem relacional à estrutura social da cidade nomeadamente através dos conceitos de habitus, capital (económico, cultural, social) e de campo. Este estudo sobre a cidade utilizou várias metodologias combinando o trabalho etnográfico (com visitas a 18 bairros de habitação social da cidade e mais de 100 entrevistas semiestruturadas), inquéritos (a

uma amostra representativa de mais de 1000 agregados familiares) à população, e análise estatística.

Esta investigação permitiu o mapeamento das posições sociais e as práticas culturais de agentes em contextos urbanos diferenciados, evidenciando padrões duradouros de desigualdade e distinção social. No caso específico da cidade do Porto, Borges Pereira identifica eixos estruturantes do espaço social que articulam capital económico e cultural com estilos de vida, práticas simbólicas e formas de sociabilidade. A sua leitura do território urbano revela que, apesar da cidade concentrar agentes qualificados, apresenta cenários e dinâmicas de segregação socioespacial associadas à reconfiguração da cidade pós-industrial, terceirizada e desindustrializada, que cria grandes “clivagens sociais, desemprego e complexos processos de divisão socioespacial” (2018, p.128). Um exemplo paradigmático dessas dinâmicas é a zona de Campanhã, caracterizada por uma significativa diversidade funcional e morfológica, fruto de sucessivas transformações históricas. Esta área apresenta uma justaposição de zonas residenciais e industriais, interligadas com vestígios de antigas propriedades rurais e terrenos agrícolas. Historicamente percebida como periferia funcional da cidade, Campanhã serviu sobretudo como ponto de entrada de mercadorias, e não como centro nevrálgico urbano, o que contribuiu para o seu relativo isolamento face ao centro do Porto. Este afastamento foi ainda intensificado por um profundo processo de desindustrialização, gerador de um “vazio de atividades”, abandono do parque edificado industrial e consequente depopulação, que reforça o papel desta zona enquanto espaço de expressão concreta da segmentação socioespacial observada por Borges Pereira.

No seu mapeamento da cidade, tal como se pode verificar na figura seguinte, a zona oriental do Porto é vista como fruto desse fenómeno de segregação urbana tendo criado as suas próprias dinâmicas de padrões duradouros de desigualdade e distinção social que estruturam a freguesia de Campanhã, em particular, a Corujeira.

É a partir da leitura de Borges Pereira que a análise deste território relevar-se-á decisiva, já que o objeto de estudo desta dissertação incide nesta zona em particular. Assim, a compreensão dos padrões de desigualdade é chave para entender a potencial aplicação de programas de intervenção social.

Imagem 1 - Mapa representativo da cidade do Porto

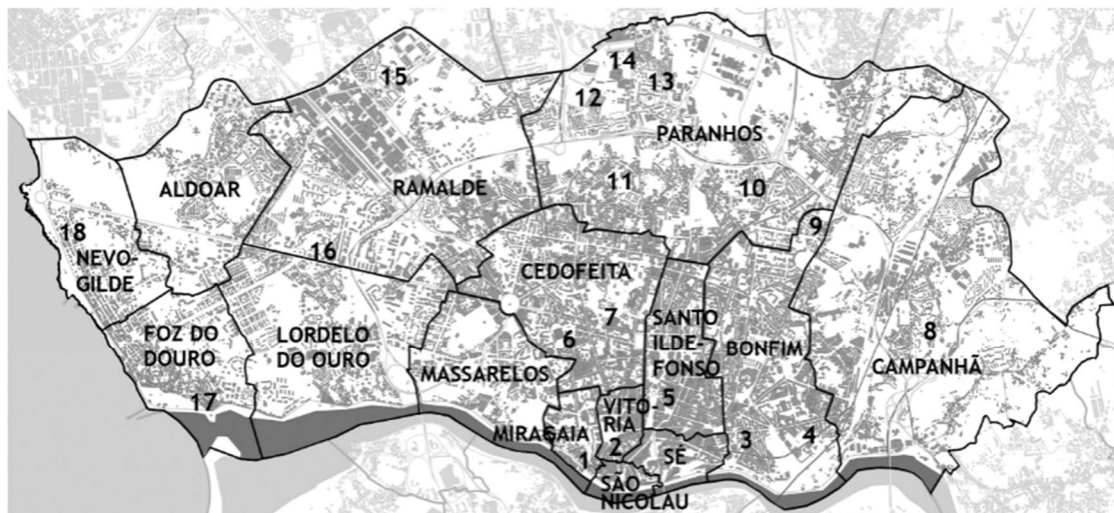


FIGURE 1 Map of the city of Porto and approximate location of surveyed neighbourhoods (source: author's own work; see also Pereira, 2016)

Neighbourhoods—name and area in the city: 1—Miragaia (Historical Centre); 2—Vitória (Historical Centre); 3—S. Vitor (Central Area); 4—Bonfim and Campanhã (Central Area, in transition to the Eastern Periphery); 5—Sto. Ildefonso (Central Area); 6—Cedofeita (Central Area); 7—Lapa and Constituição (Central Area); 8—Corujeira and S. Roque (Eastern Periphery); 9—Antas (Central Area, in transition to the Eastern Periphery); 10—Salgueiros (Periphery); 11—Arca d'Água (Periphery); 12—Amial (Periphery); 13—S. Tomé (Periphery); 14—Carriçal (Periphery); 15—Viso (Periphery); 16—Foco and Boavista (Periphery); 17—Foz do Douro (Atlantic bank); 18—Nevogilde (Atlantic bank)

Fonte: “Urban Distinctions: Class, Culture and Sociability in the City of Porto” (2018), Borges Pereira

A cidade do Porto é fruto desse fenómeno tendo criado as suas próprias dinâmicas de segregação; a zona oriental da cidade corresponde a cerca de 8 quilómetros quadrados, cerca de 20% de todo o território portuense.

Campanhã, uma freguesia com reminiscências industriais, que deu abrigo a muitos dos que vinham para a cidade em busca de uma vida melhor, cresceu a grande velocidade que não foi acompanhada de uma oferta habitacional na zona, dando lugar às várias ilhas⁴ conhecidas na cidade.

É demarcada materialmente por infraestruturas de mobilidade (a linha do metro, comboio e autoestradas), a degradação visível de certos espaços públicos e edifícios como alguns bairros de habitação social e a dificuldade no acesso a determinados

⁴ Tipo de habitação, normalmente construídas nas traseiras de habitações de classe média, em fileira de cerca de uma dezena de casas, ou mais, de um piso, à qual se acede através de um corredor comum e que, sobretudo durante as primeiras décadas, carecia de infraestruturas sanitárias individuais, dando lugar a retretes exteriores e balneários coletivos. Este tipo de habitação albergava cerca de 20% da população ainda em 1939.

serviços, nomeadamente à cultura. Embora seja uma das freguesias que tem sido alvo de mais intervenções públicas, através de políticas autárquicas, com o objetivo de a tornar mais “mercantilizável”, como se pode perceber pelo projeto municipal “Plano de Urbanização de Campanhã” - “Apesar dos problemas de coesão social e territorial, Campanhã é a freguesia com mais potencialidades de desenvolvimento da cidade do Porto”, acrescentou o então presidente da câmara municipal do Porto. Por isso, este projeto permitirá eliminar barreiras físicas à mobilidade, melhorar as acessibilidades e estabelecer ligações entre áreas verdes: “[Campanhã] Tornar-se-á mais atrativa para o investimento público e privado em habitação, em comércio, serviços e start-ups, em iniciativas culturais ou em projetos ambientais”, reconheceu o autarca portuense” (Expresso, 2023)

Importa, do mesmo modo, analisar os discursos institucionais sobre Campanhã e, em particular, sobre a Corujeira, já que traduzem uma visão que, em si mesma, é mediadora, produtora e/ou influenciadora de política(s) pública(s) e das próprias representações que se criam sobre o local.

A caracterização e diagnóstico do Município do Porto, efetuada em março de 2018, para a Área de Reabilitação Urbana (ARU) da Corujeira, na Freguesia da Campanhã, inicia-se imediatamente com a identificação de que estamos perante uma “área periférica da cidade do Porto, onde a presença industrial, outrora muito marcante, não foi substituída por novas atividades económicas, e onde a concentração de bairros municipais é bastante expressiva”. Aponta-se, imediatamente, como consequência “uma significativa presença de problemas de exclusão social que influenciam a imagem do território e que promovem a estigmatização da população residente” (Município do Porto, 2018, p.52).

Tal estatuto é amplamente reforçado ao longo do documento. Aliás, a análise SWOT da ARU, apontada para os “motores de transformação” do território chega a colocar nos seus “pontos fracos” a segregação social, a “conotação negativa da ARU associada à imagem do território” e a “concentração de vulnerabilidades sociais”: “O processo de inclusão dos bairros no tecido urbano, que ocorreu nas várias zonas do Porto, não se manifestou neste território, tendo um certo reflexo nas condições de vida da população.

Esta questão acentua o carácter de zona deprimida e isolada” (Município do Porto, 2018, p. 165).

Paula Guerra (2000) conceptualiza a zona de Campanhã como uma periferia social significativa no contexto urbano da cidade do Porto, descrevendo especificamente a freguesia onde se insere o Bairro do Cerco como "uma das freguesias mais estigmatizadas e periféricas da cidade", identificando-a como "Alvo de múltiplos processos de exclusão social, segregação urbana e social" (s.p.). A sua investigação concentra-se frequentemente na "Zona Oriental da cidade", que abrange fisicamente a freguesia de Campanhã, sublinhando o seu estatuto de área reconhecidamente problemática que exige intervenção direcionada. O trabalho de Guerra é particularmente relevante para esta tese, dado que o projeto em estudo se desenvolve precisamente nesse território, partilhando o mesmo contexto urbano de vulnerabilidade e exclusão identificado pela autora.

A análise dos instrumentos, lógicas e paradigmas da Câmara Municipal enquanto ator responsável pela recomposição socioespacial da cidade é abordada no trabalho de Paula Guerra, que reflete sobre esse campo de intervenção como um local onde “se jogam interesses, recursos, cálculos e estratégias diferentes, fazendo emergir a estrutura urbana portuense como uma ordem virtual de relações transformadas e em transformação” (2000, s.p.).

No texto “Recomposição Espacial e Social do Tecido Urbano Portuense: O Bairro Cerco do Porto enquanto Espaço de Análise” (2000) que aborda a freguesia e o bairro localizado na fronteira da zona da Corujeira, a perspetiva de Guerra alinha-se e aprofunda o diagnóstico da câmara municipal, descrevendo a zona oriental do Porto como uma "zona-depósito" de bairros sociais, muitas vezes com populações vindas de programas de realojamento, com uma total desarticulação às políticas urbanas mais amplas.

A autora destaca os efeitos da redistribuição populacional resultante das políticas de realojamento, que deslocaram habitantes de zonas centrais, como as tradicionais "ilhas" do Porto, para bairros sociais situados em áreas periféricas, nomeadamente na freguesia

de Campanhã. Este processo, longe de mitigar as condições de vulnerabilidade, que se viviam, por exemplo, nas “ilhas” do Porto central, contribuiu na verdade para a intensificação e amplificação dessas dinâmicas de marginalização e exclusão social. Podemos até inferir o mesmo, pela conotação popular dada a estes novos conjuntos habitacionais - “novas ilhas”. Sublinhando a persistência e reinscrição de lógicas de segregação socioespacial, agora em territórios mais distantes do centro urbano, mas igualmente marcados por processos de estigmatização e desqualificação social.

As consequências desta periferização, tal como examinadas na obra de Guerra, são profundas para os residentes. Campanhã, e em particular o Bairro do Cerco, é percecionada como uma “Região ‘perigosa’, um território valorizado negativamente no contexto urbano da cidade” (Guerra, 2000). Esta territorialização da pobreza, significa, para os moradores destes bairros da cidade, ter de lidar com o preconceito diariamente, nomeadamente em termos mediáticos. Guerra sublinha o papel de Campanhã enquanto laboratório de diversas intervenções políticas, sociais e culturais (Guerra, 2002), evidenciando o seu estatuto de território preferencial para a experimentação de programas e políticas públicas. No entanto, importa reconhecer que esta sucessiva mobilização de populações vulneráveis para investigações (de todas as áreas científicas e académicas), candidaturas pontuais ou projetos “paraquedas” que frequentemente não têm continuidade, ou ligação de fundo ao território, pode gerar um efeito cumulativo de desgaste, ceticismo e descrença nas promessas de mudança. Assim, tal como a autora defende, torna-se necessária uma “mudança paradigmática” para a inclusão social (Guerra, 2012), assente em abordagens integradas que articulem diferentes dimensões de intervenção, parceiros institucionais e recursos duradouros.

A cidade é espaço de uma luta simbólica onde os diferentes grupos competem por recursos e status, a segregação urbana cria diferentes campos simbólicos dentro da cidade, onde os habitantes de áreas segregadas têm acesso limitado a instituições e espaços valorizados pela sociedade dominante, moldando um habitus dos habitantes que influencia as suas disposições, práticas e perceções, que permite o perpetuar da reprodução das desigualdades sociais ao longo do tempo. Esta segregação é mantida por meio da violência simbólica, onde as normas e valores da sociedade dominante são

impostos aos habitantes de áreas segregadas, reforçando a sua posição subordinada na hierarquia social.

Os contextos urbanos segregados são frequentemente vistos como um reflexo das desigualdades sociais e económicas subjacentes na sociedade, e são objeto de preocupação de políticas públicas voltadas para a promoção da inclusão, da justiça social e da coesão urbana. Estratégias para abordar a segregação urbana podem incluir políticas habitacionais inclusivas, investimento em infraestrutura e serviços em áreas desfavorecidas, promoção da diversidade e da mistura social nos espaços urbanos e combate à discriminação habitacional e racial (Garcia et al., 2023).

A segregação urbana é a manifestação das contradições inerentes ao modo de produção capitalista, por refletir as disparidades socioeconómicas entre a classe trabalhadora e a classe capitalista, uma vez que os trabalhadores são muitas vezes empurrados para bairros pobres e periféricos à cidade devido à falta de recursos e oportunidades (educacionais, culturais, de emprego e redes de contacto influentes). Além disso, está aliado ao desinvestimento estatal nessas zonas da cidade, resultando na falta de acesso a infraestruturas, o que pode gerar um sentimento de desenraizamento e isolamento (Queiróz & Gros, 2002).

2. Desenho metodológico: compreender para transformar

Ponto de partida: contextualização e recorte empírico “Os sociólogos não orbitam em um espaço vazio além da economia, mas cumprem suas missões em terrenos ideológico e político” (...) reconhecer esses terrenos é a primeira tarefa para qualquer engajamento crítico ou projeto político”

Burawoy, 2008, p.220

A investigação que aqui se apresenta parte deste pressuposto: o trabalho sociológico nunca é neutro, mas situado. Reconhecer os terrenos ideológicos, políticos e sociais em que se inscreve não é apenas uma tarefa epistemológica, mas também ética. No meu caso, o ponto de partida foi precisamente a consciência de que estudar a participação

juvenil em contextos periféricos envolve assumir a relevância pública e transformadora da investigação e os impactos diretos que a etnografia assume num contexto como este.

Esta investigação adota uma abordagem qualitativa, ancorada num paradigma construtivista e com uma intenção transformadora. Seguindo a conceptualização de Creswell (1994), o paradigma construtivista assume que a realidade é socialmente construída e que o conhecimento é o resultado da interpretação das experiências humanas. Esta posição filosófica foi fundamental para este estudo, uma vez que o seu interesse central residia precisamente nas representações, subjetividades, subtextos e interações que constituem o tecido social da participação juvenil no projeto em análise. A orientação transformadora decorre igualmente desta visão inicial: reconheço que a investigação não se esgota na produção de conhecimento, mas deve também procurar caminhos para a ação e para a mudança social. Por isso, a etnografia ao ser capaz de captar a complexidade dos contextos permite, a partir daí, propor recomendações concretas para a melhoria das práticas de intervenção social. O objetivo não foi medir fenómenos, mas compreender em profundidade os seus significados a partir do ponto de vista dos próprios atores sociais.

Além disso, a dimensão transformadora da abordagem decorre do seu objetivo final de, com base nos resultados empíricos, produzir recomendações concretas para a melhoria das práticas de intervenção social. Esta orientação para a ação e para a mudança social justifica a opção pela etnografia como principal abordagem pois permite uma mais ampla compreensão do contexto e um modo mais prático de pensar e desenhar propostas adequadas ao terreno.

Para tal, a estratégia de investigação assentou num desenho de estudo de caso etnográfico, utilizando um conjunto de técnicas complementares de recolha e análise de dados, detalhadas nas secções seguintes.

A investigação decorreu em fases distintas, desde uma fase exploratória inicial até uma fase de semi-imersão intensiva e análise. A preparação para a entrada no terreno foi metódica. Esta investigação, inserida no projeto Pericreativity que, tal como foi apresentado na introdução, procura compreender o papel das artes e da criatividade na

participação sociopolítica de jovens que crescem em territórios segregados, em articulação com a análise das políticas públicas para si desenhados, foi se definindo em diálogo com o projeto, tendo por isso iniciado com o enfoque sobre a cultura e as artes como veículo de participação juvenil. Nesta fase exploratória, fiz um levantamento de todos os projetos do Programa Escolhas da Área Metropolitana do Porto, a partir da informação disponibilizada online⁵ e participei em visitas a cinco deles, entre meados de outubro e finais de novembro. O objetivo era identificar um projeto que respondesse aos objetivos da minha dissertação, nomeadamente possuindo uma componente artística forte e mecanismos explícitos de promoção da participação juvenil. Através de entrevistas exploratórias com equipas de dois projetos, e de um mapeamento inicial das suas redes sociais, o Projeto Na Praça! destacou-se pela sua missão clara, pela centralidade da dimensão cultural na sua intervenção e pelo modelo participativo que informa a sua ação. Esta motivação inicial levou a que se fizessem mais encontros neste projeto, de modo a assegurar que o interesse da etnografia era mútuo e que a nossa pesquisa seria também útil para a equipa. Depois de confirmada a vontade do projeto em receber esta pesquisa, formalizou-se a seleção deste projeto como recorte empírico central para esta etnografia.

Estabeleci depois contacto formal com a entidade gestora para apresentar a investigação e solicitar autorização. Foi negociado e desenhado em conjunto um plano de visitas inicial, com datas combinadas, para dar início à entrada no terreno de forma não disruptiva.

Após a seleção, procedi a um levantamento exaustivo de materiais relativos ao “Na Praça!” e ao Programa Escolhas, tais como o site oficial do Programa Escolhas, página das redes sociais do projeto e relatórios de observação a projetos em Lisboa e no Porto, para compreender a sua autorrepresentação, conhecer melhor o contexto e preparar a chegada no terreno. A minha entrada oficial no campo deu-se a 29 de janeiro de 2024. A receção por parte da equipa técnica foi extremamente positiva, tendo-me sido concedida liberdade total para presenciar atividades e horários. Desde o primeiro dia,

⁵ O site oficial do Programa Escolhas entretanto ficou desativado.

pratiquei a observação participante, começando a construir relações, inicialmente com as crianças mais novas e, progressivamente, com os jovens mais velhos, que foram o grupo-alvo da pesquisa. A estratégia foi a de aumentar gradualmente a minha presença até estabilizar numa visita semanal focada nas Assembleias de Jovens, realizadas todas as sextas-feiras, momento crucial para o estudo da participação.

A integração foi facilitada pelo meu envolvimento em pequenas tarefas (vigilância de salas, acompanhamento de atividades), o que me permitiu rapidamente deixar de ser vista como um elemento externo e passar a ser considerada um membro indireto da equipa. Esta proximidade foi crucial para o acesso a informações e para a criação de um ambiente de confiança com os jovens, que depois se revelou essencial aquando da aplicação das outras técnicas de recolha de dados.

2.1. Bem-vindos ao “Na Praça!”

O “Na Praça!” é um projeto integrado na 9.ª Geração do Programa Escolhas, promovido pela Junta de Freguesia de Campanhã e gerido pelo Centro Social de Soutelo. A sua intervenção concretiza-se num território emblemático da freguesia de Campanhã, no Porto, na Praça da Corujeira, estendendo-se aos bairros sociais adjacentes do Falcão e Monte da Bela. Estes territórios, compostos por 797 fogos de habitação social que albergam pelo menos 1840 residentes, caracterizam-se por elevados índices de vulnerabilidade socioeconómica e segregação territorial.

O projeto dirige-se a crianças e jovens entre os 6 e os 25 anos em situação de vulnerabilidade, abrangendo problemáticas como absentismo, insucesso e abandono escolar precoce, desocupação juvenil, incluindo jovens “Nem-Nem” (Guerra, 2022), comportamentos de risco e medidas tutelares educativas. A sua missão vai além da ocupação de tempos livres, propondo-se ser um espaço de educação não formal, criação artística e exercício de cidadania ativa, intervindo com base nos eixos “Educação, Formação e Emprego” e “Dinamização Comunitária e Cidadania” do Programa Escolhas.

O “Na Praça!” opera num consórcio estratégico que inclui entidades como a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) do Porto Oriental, o Agrupamento de Escolas do Cerco do Porto, o Centro Juvenil de Campanhã, entre outras. Este ecossistema de

parcerias permite uma intervenção integrada face a problemas complexos e interligados como indisciplina escolar, baixas competências socioemocionais e parentais, e falta de hábitos de saúde identificados no diagnóstico social do território, pelo próprio Na Praça!.

A sua programação é diversificada, incluindo apoio escolar, oficinas artísticas (música, artes visuais) e desportivas (Kickboxing), saídas culturais e intervenção em contexto escolar. No entanto, o seu elemento mais distintivo é a estrutura de participação democrática: o projeto é concebido como uma comunidade de prática onde os jovens são incentivados a cocriar a programação, a gerir conflitos e a tomar decisões coletivas através de mecanismos formais, como assembleias de jovens.

Foi precisamente este carácter inovador e participativo, aliado à consistência no número de jovens que atraía e envolvia, que solidificou a escolha deste projeto como recorte empírico ideal para esta investigação.

Este segundo momento desta fase deu assim início a esta “segunda fase exploratória”, mais focada, em que procedi ao levantamento exaustivo de materiais para compreender a autorrepresentação do projeto: analisei as suas páginas disponíveis online e documentos públicos que os mencionavam para perceber como o projeto se apresentava. Paralelamente, aprofundei a documentação sobre o Programa Escolhas para melhor entender o seu enquadramento programático.

Um dos documentos que mais me interessou e mais rico para análise foi a própria candidatura do “Na Praça!” ao financiamento do Programa Escolhas, em que pude verificar o diagnóstico social realizado pela equipa do projeto, em ligação contínua com os participantes. Um dos eixos que mais sobressaiu foi sobre os problemas identificados pela equipa. Os elementos interessantes foram os problemas identificados, cada um com causas e necessidades específicas. Em primeiro lugar, “a indisciplina e o insucesso escolar” que, segundo o projeto, na candidatura, resultam da desvalorização da escola, desinteresse, desmotivação e baixas expectativas em relação ao futuro, exigindo a promoção de estratégias de competências escolares, apoio ao estudo e a construção de um projeto de vida com objetivos definidos. Em segundo lugar, “a falta de hábitos de

saúde física, mental e ambiental”, ligando-a ao “sedentarismo, alimentação pouco saudável, dificuldades de gestão emocional e normalização de comportamentos desadequados”, sendo crucial sensibilizar para práticas de vida saudável, criar espaços de desenvolvimento emocional e promover educação ambiental. Em terceiro lugar, as “baixas competências sociais, pessoais, de cidadania e TIC, relacionadas a um desajustamento social e cívico, fragilidades em literacia digital e financeira, e consumos desadequados”, necessitando de capacitação em literacia digital e financeira, promoção de respeito, inclusão e igualdade, e estímulo ao consumo sustentável. Por fim, “as baixas competências parentais decorrentes de negligência familiar, conflitos parentais, carência económica e falta de envolvimento no processo educativo, que requer intervenção na promoção de competências parentais, coresponsabilização e capacitação das famílias”.

A equipa era composta pelo coordenador e uma técnica a tempo integral e por uma outra técnica, que iniciou contrato neste período da minha entrada no terreno, a tempo parcial. Contavam ainda com uma jovem no papel de dinamizadora comunitária - figura exigida pelo Programa Escolhas – que deverá ser um jovem do território, com relações de proximidade ao contexto e aos participantes, que tenha 18 ou mais anos e que não tenha o ensino secundário concluído. A dinamizadora comunitária deve assegurar 20 horas de trabalho semanais, enquanto estuda para concluir o 12º ano, o que para o Programa Escolhas serve a lógica de emancipação socioprofissional juvenil, revelando-se, no entanto, um obstáculo no aproveitamento pleno do ensino escolar e motivo para não aceitar este lugar. Neste caso tratava-se de uma jovem local, que embora fosse próxima à equipa, tinha vindo de um outro projeto Escolhas em Campanhã.

2.2. Etnografia urbana: motivações, fontes e possibilidades

Como apontam Lígia Ferro e Renata de Sá Gonçalves “[o]s estudos urbanos têm-se vindo a construir com recurso a uma variedade de metodologias e técnicas de pesquisa, vivendo da investigação de temas e objetos partilhados por diversas áreas do conhecimento, tais como a sociologia, a antropologia, a história, a geografia, a arquitetura, o urbanismo, a psicologia, entre outras. Deste modo, a etnografia, fazendo

indiscutivelmente parte do património disciplinar da ‘antropologia moderna’, tornou-se uma ferramenta de trabalho para profissionais de uma diversidade de disciplinas das ciências sociais e humanas” (Ferro et al., 2012, p.306).

Recorri à observação participante, ao diário de campo e a contributos de especialistas, até porque a “etnografia não é um método por si só, é mais uma estratégia” (Scott, 2009, p. 193), tendo funcionado como base de toda a investigação. Visto que a maioria das atividades que pude observar foram dentro do local do projeto, a observação participante “assim como o nome sugere, significa participar nas atividades de um grupo, enquanto os observa” (Scott, 2009, p. 194), com recurso ao diário de campo para as anotações. Tal é feito sempre em conjugação com a literatura existente sobre a temática, de forma a perceber e compreender os comportamentos, assim como com os complementos trazidos pelas entrevistas individuais e em grupo.

A etnografia, que se enquadra nas metodologias qualitativas, implica uma sistematização em extensão dos dados recolhidos no terreno, assim como uma permanência em termos temporais, para que sejam criadas ligações de confiança com as pessoas e para que se obtenha uma análise mais fina da descrição da realidade social – onde interagem as leituras de quem observa, os discursos de quem “é observado” e as motivações teórico-metodológicas da pesquisa. É sabido, no entanto, que a etnografia também traz desafios próprios da sua especificidade, porque a presença constante do investigador no contexto tem implicações no modo como este lhe vai surgir, o que reforça a importância da vigilância epistemológica no decorrer de todo o processo de pesquisa.

A etnografia foi sendo reforçada com a mobilização de técnicas clássicas da sociologia qualitativa, tal como a descrição densa do quotidiano do projeto em diário de campo (mais de 60 páginas) e a realização de entrevistas semiestruturadas no período onde já se havia estabelecido relações mais sólidas entre mim, a equipa e os participantes. No total registam-se vinte e seis idas a campo e onze entrevistas (a oito jovens, ao coordenador, a uma técnica e à dinamizadora comunitária).

A observação participante permitiu essa semi-imersão na realidade, através da convivência semanal com os atores deste grupo, quer em momentos mais formais do projeto (atividades), quer em alturas mais informais onde pude ir conversando com cada um dos participantes, conhecendo as suas trajetórias e tornando a minha presença cada vez mais natural no projeto. A par desta proximidade, as entrevistas permitiram aprofundar e compreender as representações dos jovens e da equipa técnica, focando determinados temas preponderantes para a investigação. Ao longo de todo o processo, o diário de campo foi imprescindível na sistematização de toda a informação recolhida, ajudando-me a organizar os dados, tendo entradas sobre momentos de observação direta - registos etnográficos, contributos teóricos, questionamentos da investigadora, assim como preocupações com o rumo da investigação - de certa forma, permitiu ser o controlo do estado da investigação, da subjetividade, dos procedimentos e das relações estabelecidas no terreno.

O trabalho etnográfico distingue-se de outros principalmente pela sua abordagem e objetivos, não se propõe a relatar eventos e histórias com rapidez e objetividade, mas sim a uma observação sistemática e prolongada no campo, exigindo várias visitas ao local. A escrita etnográfica é mais do que a sistematização dos dados recolhidos, mas funciona como grelha de “tradução” de noções de cultura (Geertz, 1989) que amplia os riscos da simplificação na apreensão da realidade social. As “teorias etnográficas”, como lembra Goldman (2006, p.170) “não se confundem com uma teoria nativa (...) nem com uma teoria científica”, produzindo novas leituras sobre os subtextos, sobre as contradições entre prática e discurso e sobre os códigos socioculturais locais mobilizados para decifrar as subjetividades do quotidiano observado.

O confronto entre os dados obtidos no campo e os códigos socioculturais locais que se revelam nas “teorias etnográficas” possibilitam ao investigador uma compressão e interpretação mais holística da realidade social, e desse modo, um encontro mais adequado aos diferentes discursos – nativo e académico (Goldman, 2006).

Nesse sentido é essencial ler e reler a redação sistemática das notas de campo que define a maneira como elas, enquanto corpus completo, serão interpretadas e analisadas minuciosamente, conjuntamente com uma codificação analítica, linha por

linha, das observações, para que as notas, as pessoas e os eventos sejam tratados como objetos textuais a serem analisados.

Além disso, neste caso concreto podemos falar que houve uma semi-imersão e proximidade tão grande com a organização que permitiram uma investigação-ação fundamentada na etnografia, uma vez que existiu uma produção contínua de conhecimento sobre a condução de atividades, assim como reflexões e compreensões de formas de as potencializar. A partir desta permanência, fiquei a conhecer melhor os participantes no terreno e as suas interações com o Projeto, facilitando a adaptação das atividades com base na investigação.

O meu papel enquanto investigadora, e fruto da entrega etnográfica, foi sendo articulado com papéis de intervenção e mediação seguindo um ciclo contínuo: observar e participar, registrar e sistematizar, analisar e questionar, planejar e intervir, e de novo, observar e participar. Nessa lógica de vaivém entre a teoria e a prática, foi-se privilegiando a promoção dos saberes locais: a partilha das minhas reflexões ao longo do tempo e o seu confronto com o valioso conhecimento dos participantes do Projeto, foi uma das principais motivações para que a etnografia fosse o *chapéu* da pesquisa.

A etnografia, além de oferecer instrumentos rigorosos para a compreensão dos grupos sociais em redes e fluxos interligados entre si (Flick, 2002, p. 12), numa lógica holística, hermenêutica e construtivista (Idem, p.6), também opera sob princípios de reciprocidade, incluindo e valorizando as perspectivas dos atores do campo, na própria atualização e interpretação da sua realidade (Geertz, 1989).

Contrariando algumas visões mais positivistas que pensam a etnografia (e outras abordagens qualitativas) no lado dos “soft methods” em oposição aos quantitativos “hard methods” (Lincoln & Denzin, 1998), Fernandes (2002, p. 39), vê na prática etnográfica “a arte de obter respostas sem fazer perguntas”, o que pressupõe uma ampla e profunda compreensão do contexto estudado e uma postura flexível na interpretação do vocábulo e subtexto cultural, a partir das próprias interações no campo. Para esta dissertação, elaborei assim uma pesquisa etnográfica, dentro dos ambientes que podia observar, de acordo com a tradição de “Glaser and Strauss (1967)

and their approach consisting of building empirically Grounded theories” (Flick, 2002, p. 10).

Como já fui referindo, o uso do diário de campo foi a ferramenta central para me guiar durante os seis meses de etnografia no Projeto. Assumindo os princípios da reciprocidade, transparência e reflexividade etnográficas, como foram sendo mencionados acima, o diário de campo foi mais do que a soma das minhas descrições, e operou como grelha interpretativa em constante adaptação, tendo funcionado como um instrumento polifónico, servindo para “descrições densas” (Geertz, 1989) do quotidiano do projeto, e as interações vividas; notas teóricas com ligações conceptuais; notas metodológicas sobre o processo de investigação; e notas reflexivas sobre o posicionamento e subjetividade da investigadora. Esta prática permitiu uma relação mais vigilante entre as minhas subjetividades e aquelas encontradas em campo, através da documentação minuciosa de todos os procedimentos (atividades e ações), das relações que se foram estabelecendo no terreno e as reflexões semanais sobre expectativas e tensões, diferenças e regularidades, e sobre o impacto da minha presença no grupo, que se foi modificando ao longo do tempo, para que pudesse no final ter uma visão mais integrada, porque “escrever notas de campo é disciplinar o acontecer simultâneo das várias memórias que se cruzam na rememoração dos factos” (Fernandes, 2002, p. 27).

Por fim, na reflexão sobre a prática etnográfica cabem também as considerações dos seus desafios e limites. Ao longo do tempo foi sendo mais presente a importância do envolvimento pessoal e afetivo com os participantes (em especial por se tratar de um grupo segregado e composto maioritariamente por crianças e jovens) e do cuidado na construção das relações de confiança para aceder e compreender os seus discursos e práticas. Esta entrega exige ainda mais que se mantenha uma postura sistematicamente vigilante e reflexiva acerca do nosso papel e interferência, da autenticidade das relações socioafetivas, das expectativas que podemos involuntariamente ampliar, da familiaridade emocional que podem trazer dificuldades na leitura crítica e abrangente da realidade social. É por isso importante manter uma posição crítica e consciente das próprias limitações a que estamos sujeitos, mantendo o equilíbrio entre ser um “insider”

(alguém que compartilha as experiências com o restante grupo) e um “outsider” (com uma postura crítica, reflexiva e de distância analítica) (Velho, 1987, p.124).

O próximo capítulo será dedicado à prática etnográfica durante a minha permanência no “Na Praça!” e será dividido em quatro fases distintas - Exploração (11/23 - 01/24); Aproximação (01/24 - 02/24); Familiarização (02/24 - 04/24); e Confiança (04/24 - 06/24) -, cada uma caracterizada por um papel específico e um aprofundamento progressivo da relação com o campo. Esta segmentação não foi premeditada, mas sim uma categorização à posteriori que descreve melhor a evolução do meu papel ao longo da etnografia, como se poderá entender nos próximos capítulos.

2.3. Roteiro da prática etnográfica

2.3.1. Primeira fase - “Exploração”: Definir o contexto

A definição do objeto de estudo e a sua seleção foram processos metódicos e estrategicamente enquadrados, nomeadamente com o acesso privilegiado ao projeto de investigação Pericreativity, que, embora mais focado em analisar o papel das artes e da criatividade como veículos de participação cívica de jovens em contextos periféricos, reforçou o quadro teórico e temático inicial que orientou a minha dissertação⁶. Esta proximidade ao projeto de investigação permitiu-me estar a par e realizar um levantamento e visitas exploratórias, muito mais vasto a vários projetos do Programa Escolhas com implementação na cidade do Porto. O meu objetivo era identificar um caso paradigmático que articulasse três questões centrais: arte, periferia e participação.

Nesta fase, realizei quatro entrevistas exploratórias e visitas informais com equipas técnicas de vários projetos. Foi neste contexto que conheci o Projeto “Na Praça!”, em novembro de 2023. Durante a primeira conversa com o seu responsável, ficou claro que este não era apenas mais um projeto social. A forma como trabalhavam e viam a sua missão dentro de um quadro maior - profundamente enraizado na comunidade local, que utilizava as artes performativas (música, dança), visuais, o desporto e reuniões

⁶ A equipa do Pericreativity tem levado a cabo uma análise longitudinal e discursiva do Programa Escolhas, que foi sistematizada num artigo que será brevemente publicado e que terá como primeiro autor Pedro Abrantes. Ao longo da minha pesquisa fui tendo acesso às discussões e materiais produzidos pelo projeto.

(assembleias) semanais como ferramentas centrais para fomentar o espírito crítico, a autoestima e a participação ativa dos jovens. A menção a um modelo de gestão participativa, que incluía assembleias semanais onde estes podiam decidir sobre rumos e atividades, refletir sobre comportamentos e participar em momentos chave, como o próprio diagnóstico local, foi decisiva. A minha motivação inicial, fortemente orientada para a cultura e para as artes, encontrou aqui um terreno fértil, embora, mais tarde, como irei demonstrar, foi perdendo protagonismo em relação às questões da participação.

Por este projeto responder aos critérios do que queria estudar, e também pelo modo positivo e aberto com que demonstraram interesse em colaborar com o Pericreativity, foi fácil escolher o “Na Praça!” para realizar esta etnografia e pesquisa que decorreu entre os meses de janeiro e junho de 2024. O passo seguinte foi o contacto formal com a entidade gestora do projeto para apresentar os objetivos da investigação, o enquadramento no projeto Pericreativity, e solicitar a sua autorização e colaboração. A receptividade foi imediata e positiva. Num clima de grande abertura, desenhamos em conjunto um plano de visitas inicial, com datas combinadas, para garantir que a minha entrada se faria de forma harmoniosa e não disruptiva do funcionamento do projeto.

2.3.2. Segunda Fase - “Aproximação”: Entrar em campo e integrar o projeto

A minha entrada oficial no terreno ocorreu a 29 de janeiro de 2024 e, desde o primeiro momento, foi-me concedida liberdade total para circular por todos os espaços, presenciar todas as atividades e definir os meus horários de acordo com as necessidades da investigação. Como anotei no meu diário de campo, uma das primeiras sensações foi a de estranhamento do familiar, romper com o que estava habituada: eu já tinha passado inúmeras vezes naquele local, mas só então realmente o “vi” e percebi a sua dinâmica, a movimentação constante de jovens e as sinergias que se formam em torno daquele espaço. Adotei conscientemente uma postura de observadora participante, iniciando o processo de construção de relações.

Tal como todos os novos começos, também esta entrada no campo foi um processo dinâmico e iterativo, onde o plano inicial se confronta com a complexidade da realidade

social. Os primeiros quinze dias foram dedicados a uma estratégia consciente de "ganhar terreno" através de uma presença discreta e não impositiva. A minha permanência no espaço nunca era igual, mas de maneira geral quando chegava, por volta das 17h, cumprimentava a equipa técnica à entrada, questionava sobre as atividades do dia e em que podia ajudar e a partir daí ou participava em atividades, junto das crianças e jovens ou dirigia-me a um sofá junto à entrada e abria o diário de campo, para fazer anotações durante as sessões. Esta postura física tinha a intenção de não perturbar o normal funcionamento das atividades, enquanto me ia dando a conhecer. Aí os objetivos e o que escrevia no diário de campo, ou transcrevia em casa, a partir de notas de áudio que gravava a caminho de casa depois das atividades, tinham o objetivo clássico de captar as dinâmicas naturais de interação do grupo, rituais, hierarquias formais e informais e os fluxos de atividade, tentando sempre que a minha presença fosse o menos notória possível.

Nesta fase, o meu foco analítico inicial estava nas atividades de cariz artístico que tinham motivado a seleção do projeto, como caso de estudo. No entanto, rapidamente através da observação participante nas duas primeiras semanas percebi que, ao contrário do que a apresentação institucional me sugerira, as artes e a cultura não eram o cerne operativo da atividade quotidiana do projeto naquele momento específico. A programação era dominada pelo apoio ao estudo, pelas brincadeiras e recreio supervisionado e por atividades de socialização e formação. As oficinas artísticas, quando existiam, eram eventos pontuais, não a espinha dorsal da intervenção. Já o desporto apareceu como uma dimensão mais chave em torno destas capacidades do projeto.

Foi então aqui, em meados de fevereiro de 2024, que se deu uma mudança e adaptação ao terreno, que necessitou de nova reflexividade metodológica e teórica, flexibilizando o meu foco de investigação, deslocando-o conceptualmente da arte e cultura como atividades específicas para a participação, mas sim, compreender, independentemente do meio, como é que a participação se expressava nos jovens. Assim, o objeto de estudo tornou-se mais rico e complexo: como é que a participação e o empoderamento são construídos no dia-a-dia do projeto?

Esta reorientação, longe de ser um fracasso, foi o primeiro verdadeiro sucesso analítico da imersão, demonstrando a vantagem da etnografia em captar a diferença entre o discurso programático e a prática efetiva.

Após o período inicial de reconhecimento, consciente da necessidade de me tornar uma presença mais previsível e tirando a conotação que podia estar a ser gerada, até pela equipa técnica, de investigação enquanto avaliação, estabeleci uma rotina de três visitas por semana, sempre no período das 17h às 19h, tornando-me assim um elemento regular do projeto.

A escolha dos dias foi informada pela reorientação da etnografia para a questão da participação: os momentos mais importantes passaram a ser o das Assembleias de Jovens, por me possibilitarem a integração nestas dinâmicas de ação participativa. As assembleias eram sempre às sextas-feiras, e para complementar a minha etnografia e manter a minha presença cada vez mais natural, comecei a ir também às segundas e quartas-feiras.

2.3.3. Terceira fase - “Familiarização”: Pertencer ao grupo e participar nas assembleias

O meu papel evoluiu organicamente de observadora para participante-auxiliar. Esta transição foi catalisada por pequenos gestos: comecei a arrumar as cadeiras após as atividades, a distribuir os lanches, a ajudar os mais pequenos com os trabalhos de casa, a mediar um desentendimento ou outro e esta postura de apoio foi fundamental para construir laços e legitimidade perante o grupo, sobretudo criando confiança junto da equipa. Através destas pequenas tarefas, fui conhecendo também verdadeiramente os miúdos, as suas personalidades, histórias de vida (partilhadas informalmente pela equipa) e as dinâmicas do grupo.

Esta semi-imersão permitiu-me compreender em maior profundidade os desafios práticos da equipa: a dificuldade em gerir a disparidade etária (dos 6 aos 18 anos) num mesmo espaço, a dificuldade de manter um ambiente calmo e sem sobressaltos que desafiavam as atividades planificadas, e a complexidade de fomentar uma participação genuína para além da mera adesão física. Foi nesta fase que, através da observação

participante, comecei a captar as motivações profundas e muitas vezes não articuladas que levavam aqueles jovens a regressar, todos os dias ao projeto: procuravam menos uma "atividade" específica e mais um espaço seguro e relacional, com enorme sentido de pertença a um grupo de pares e um refúgio do quotidiano, da escola ou de casa. O projeto era, acima de tudo, um lugar de pertença.

Também foi este o período de me familiarizar mais com o diário de campo: os registos tornaram-se cada vez mais densos, analíticos e reflexivos. Além das descrições, incluía secções de “Reflexões Pessoais” e “Questões teóricas a explorar”.

A recolha de dados era, no entanto, realizada de forma quase furtiva. Utilizava o diário de campo ou as notas no telemóvel para registar palavras-chave, frases soltas, esboços de interações ou comportamentos significativos. Além disso, as gravações áudio mais descritivas que fazia no fim de cada observação, funcionavam como auxiliares de memória para uma transcrição expandida e aprofundada que fazia sempre no final do dia num diário de campo “digital”. Em complemento com o diário de campo, fui fazendo registo audiovisual e ainda acumulei fotografias e documentos que recebi por parte da organização do Projeto e que contribuíram para uma solidificação dos dados.

A estratégia de integração foi bastante fácil e orgânica. Inicialmente, as relações de maior confiança apresentaram-se nas crianças mais novas, naturalmente curiosas e recetivas. Através de brincadeiras, de ajuda nos trabalhos de casa ou na ajuda da resolução de pequenos conflitos, fui ganhando a sua confiança.

Progressivamente, e com o apoio da equipa que me colocava, a meu pedido, deliberadamente junto dos jovens, fui formando laços com o grupo-alvo da minha investigação (neste caso, jovens entre os 14 e os 18 anos). A relação com os três técnicos foi sempre extremamente frutífera; partilhavam comigo informações contextuais cruciais, histórias de vida dos participantes e faziam-me sentir parte integrante da equipa. Esta confiança foi tão sólida que, ao fim de um mês e meio, foi-me explicitamente solicitado que co-concebesse e facilitasse o processo de avaliação intercalar participada do projeto. Este convite foi a confirmação máxima da minha integração: que era vista como um membro "indireto" da equipa, suficientemente

“dentro” para conhecer profundamente o projeto, mas suficientemente “fora” para poder recolher opiniões mais genuínas e menos enviesadas dos jovens.

Desta forma, a entrada, aproximação e familiarização ao terreno aconteceu sem sobressaltos, com todos os intervenientes, equipa técnica, jovens e crianças, a compreenderem e aceitarem o meu papel de investigadora, o que criou as condições ideais para uma recolha de dados rica e profundamente contextualizada.

A observação participante foi a técnica aliada nesta investigação, para que conseguisse solidificar as relações de proximidade com este ritmo. Tal como Velho (1987) sugere, esta técnica envolve o investigador diretamente nas atividades para compreender a realidade a partir da perspetiva dos próprios participantes, no meu caso, tanto do lado dos jovens como dos técnicos do projeto, como *“insider”*, presenciando as diferentes tensões e conflitos e a necessidade de proximidade aos sujeitos para captar até as mais simples subtilezas sociais.

Estes princípios fundamentais permitiram que esta fosse uma técnica bem conseguida porque houve uma aproximação grande na realidade estudada através da estadia prolongada no terreno, uma convivência com os atores de diferentes grupos (técnicos e jovens) até conquistar a relação de confiança, assente na compreensão do “outro”, fazendo uso das conversas informais (David & Sutton, 2004).

Através da observação participante, foi-me permitido estranhar o familiar e reconhecer que o que “sempre vemos e encontramos pode ser familiar mas não é necessariamente conhecido e o que não vemos e encontramos pode ser exótico, mas, até certo ponto, conhecido” (Velho, 1987, p.126) e que o familiar é, sem dúvida, um campo de investigação rico para compreender a mudança social “não apenas ao nível das grandes transformações históricas mas como resultado acumulado e progressivo de decisões e interações cotidianas” (Velho, 1987, p.132).

2.3.3.1. Assembleias juvenis - participação em direto?

Para além de se alinharem formalmente com os objetivos do Programa Escolhas de promover a participação cívica, as assembleias de jovens no projeto “Na Praça” constituíam a espinha dorsal do seu modelo de gestão participativa e a expressão

máxima do seu compromisso com uma participação genuína dos participantes do projeto nas ações concretas do seu dia-a-dia. Realizadas semanalmente às sextas-feiras, estas assembleias iam muito além de meros momentos de reflexão e avaliação das atividades desenvolvidas durante a semana e pistas sobre os temas a serem trabalhados na semana seguinte: eram a expressão máxima de responsabilização, onde os jovens exercitavam, de forma lúdica, mas consequente, mecanismos de participação e cidadania ativa.

Inspiradas no formato do programa de televisão "*Big Brother*", que era assistido e referenciado pelos participantes, as assembleias do "Na Praça" eram conhecidas como "Galas do *Big* na Praça" e permitiam que os jovens e crianças expressassem as suas opiniões e contribuíssem ativamente para o projeto. Esta apropriação criativa partia dos referenciais dos jovens para os envolver nos processos deliberativos que guiavam o projeto. Claro que, e crucialmente, o projeto subverteu a lógica original do programa de televisão e, em vez de votarem para eliminar alguém, os participantes valorizavam colegas que se destacavam pela participação, envolvimento e comportamento que consideravam mais merecedor. Esta inversão transformou um mecanismo de competição individual num instrumento de fortalecimento do grupo e reforço de comportamentos, promovendo um ambiente de cooperação e de reconhecimento dos valores defendidos pelo projeto, com o objetivo de obter boas classificações não só por si, mas por todos.

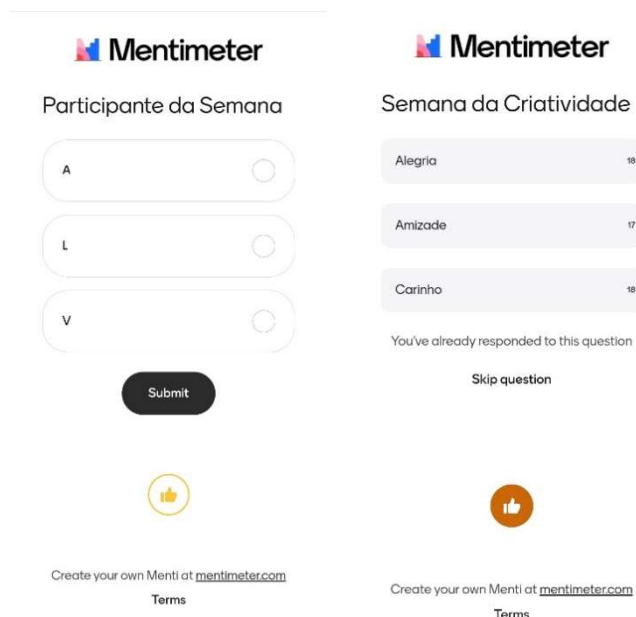
Com uma presença regular de cerca de 15 participantes, e chegando em alguns dias a mais de 30, as assembleias promoviam um ambiente dinâmico e inclusivo. Três jovens ou crianças eram indicados pela equipa técnica a cada semana, e os votos dos colegas determinavam os "vencedores" da semana, promovendo um ambiente onde a cooperação e o reconhecimento mútuo eram valorizados. Este formato lúdico incluía também o uso de um *QR Code* para avaliar a semana e as atividades, com escalas de Likert e questões abertas de resposta curta que apareciam no ecrã formando uma nuvem de palavras, resumindo as experiências e fornecendo pistas para melhorias e temas futuros - ver imagem 2. Os dados recolhidos permitiam discutir o que os participantes tinham gostado mais e menos e o que podia ser melhorado. Os jovens e

crianças que não tinham acesso a um telemóvel para responder ao *QR Code* recebiam tablets da equipa, garantindo que todos pudessem contribuir. Ao longo do período de janeiro a maio, os quatro mais votados tiveram a oportunidade de participar numa fase final, em que os restantes participantes votavam para eleger um vencedor, oferecendo uma prenda desejada por todos - uma *hoverboard*.

Os pontos acumulados por participação semanal e ao longo do tempo (1 ponto por cada participação) eram exibidos numa tabela no ecrã, funcionando como incentivo à assiduidade e ao envolvimento. Ao atingirem 20, 40 e 60 pontos, os participantes recebiam pequenas lembranças, escolhidas de acordo com a idade e os seus gostos pessoais. Essa atenção aos interesses individuais, procurando oferecer algo de que realmente precisavam ou que desejavam muito, fazia toda a diferença. Recordo-me, por exemplo, de uma criança que recebeu um caderno com cadeado, algo que queria há muito tempo para poder escrever os seus sentimentos de forma privada, e a alegria dela foi enorme.

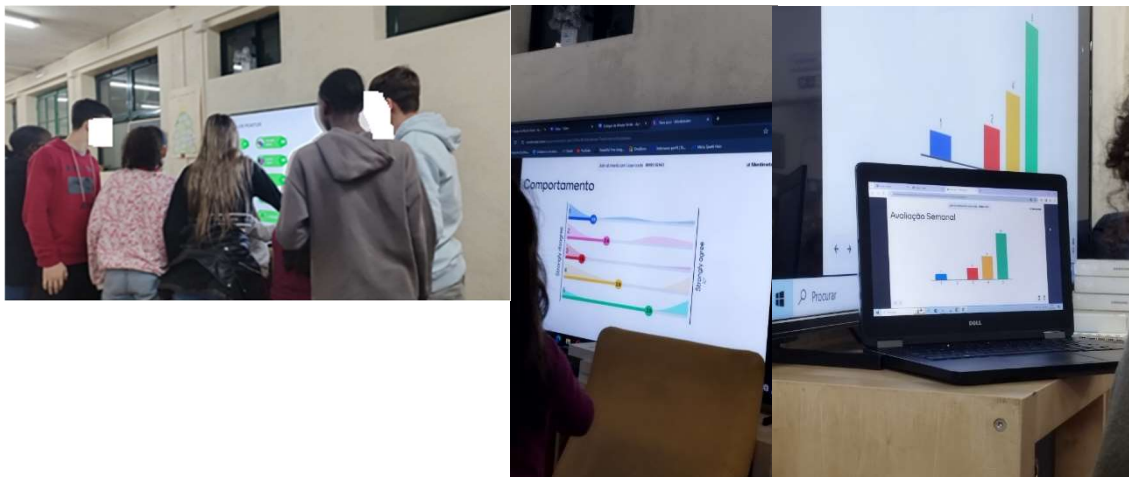
A estrutura das assembleias evoluiu ao longo do tempo, incorporando diferentes métodos de reflexão e participação. Além do uso de *QR Codes* para avaliação semanal das atividades, os jovens foram convidados a participar em discussões e dinâmicas variadas, como votação secreta, posicionamento na sala, construção de mapas mentais e dinâmicas como a "árvore de problemas". Estas abordagens diversificadas ajudaram a estimular a expressão e o pensamento crítico dos participantes, e incluíram a possibilidade de equipas de três jovens ou crianças desenharem o formato da assembleia da semana seguinte. Esses métodos proporcionaram uma plataforma para os jovens expressarem as suas ideias e contribuírem para a formulação dos planos de atividades, refletindo o princípio das Assembleias de Jovens Locais de incorporar as avaliações dos participantes nos relatórios de autoavaliação do projeto.

Imagem 2 - Representação visual da plataforma de votação



Todos tinham a oportunidade de avaliar a semana e discutir as pontuações de comportamento de 1 a 5, que eram fundamentais para garantir a participação em atividades fora do projeto durante as férias. Os jovens precisavam acumular um número específico de pontos até à Páscoa e outro até ao verão para garantir essas "férias". Muitas vezes, era interessante observar que o valor atribuído pela equipa técnica diferia daquele dado pelos jovens, geralmente para melhor, com os jovens dando, por exemplo, um 3, enquanto a equipa atribuía um 4. Isso gerava um momento de negociação, onde todos tinham a oportunidade de justificar suas escolhas, e houve situações em que a equipa aceitou a avaliação dos jovens, mesmo que inferior à por eles proposta, reforçando a autonomia e a responsabilidade dos participantes em todo o processo. Por fim, uma das mais recentes alterações foi a possibilidade dos vencedores semanais atribuírem dois colares em forma de coração para reconhecer colegas que os surpreenderam ou que desejavam conhecer melhor, promovendo um espírito de comunidade e valorização mútua. Essas assembleias, pelo carácter participativo, procuraram desenvolver nas crianças e jovens competências de participação, cidadania, cooperação, autonomia e reflexão crítica.

Imagem 3 - Dia de assembleia - momento de análise das pontuações semanais de participação e comportamento



2.3.4. Quarta fase - “Confiança”: Realização das entrevistas e preparação da saída de campo

A última fase do trabalho de campo foi marcada pelo amadurecimento das relações de confiança e pela transição para uma recolha de dados mais dirigida. Após três meses de presença consistente e apoio, a minha posição foi-se ajustando não estando só no papel de investigadora, mas que contribuía ativamente para as atividades. Nomeadamente, posso ressaltar um momento em que a equipa do projeto, formalmente, solicitou o meu apoio para o processo de avaliação intercalar participada do projeto, uma vez que me consideravam suficientemente “dentro” para ter confiança e resultados reais, mas suficientemente “fora”, para que os jovens e crianças pudessem dizer o que realmente percecionavam, sem receio de magoar sentimentos da equipa, que consideravam como família. Vi aqui uma oportunidade única de triangular dados e de recolher perceções de impacto de forma contextualizada. Para não sobrecarregar os participantes, desenhei um modelo de focus group que integrava os meus objetivos de investigação com as necessidades de avaliação da equipa. Preparei dois guiões, um para os jovens e outro para as crianças, e marquei duas sessões para conversar com eles.

No entanto, o modelo de grupo focal não funcionou como esperado no grupo dos jovens, que se mostraram renitentes e desmotivados face a esta atividade, além de, em

grupo, sabotarem a possibilidade, não só de gravação, como de permitir que fosse um espaço seguro para alguém falar. Esta "falha" foi, paradoxalmente, um dos momentos mais ricos metodologicamente, uma vez que me demonstrou que, apesar da confiança relacional que julgava ter com os jovens, esta não funcionava em grupo, era vista como mais uma técnica/professora ou outra figura mais institucional. Foi de certa forma uma nota que a tentativa de extração de dados assim não funcionaria e teria de tentar que fosse uma escuta ativa, individual, mais abrangente e que lhes permitisse falar mais tempo sobre questões importantes para eles antes de informação mais institucional.

Segui então para entrevistas individuais semiestruturadas, tendo por base um guião informado não apenas pelas motivações teórico-metodológicas, mas acima de tudo pela prática etnográfica, que foram realizadas num gabinete tranquilo inserido no projeto, e conduzidas com bastante informalidade e flexibilidade, dando sempre primazia ao entrevistado para guiar o ritmo e o caminho das temáticas. Todas as oito entrevistas aos jovens foram marcadas individualmente, com o apoio do coordenador do projeto, e em cada ocasião foram explicados os objetivos da pesquisa e da entrevista, o contexto da minha presença no projeto, as questões da confidencialidade ("o que me disserem fica entre nós, não vou contar à equipa que foi x ou y que disse"⁷) e o seu direito de participação voluntária e da possibilidade de desistir a qualquer momento - reforçando as salvaguardas éticas. A aceitação por parte do grupo de jovens que tinham maior taxa de participação foi unânime. Mas foi sempre garantido o respeito pelos entrevistados, pela certeza e respeito pela sua vontade individual, assim como o acesso privilegiado aos dados e informação recolhida, através de explicação dos seus direitos e do armazenamento e tratamento dos dados recolhidos de forma oral.

Através de algumas conversas pós-entrevistas com a equipa técnica, senti que houve algum entusiasmo da parte dos jovens em se sentirem ouvidos e com alguém muito interessado em saber sobre as suas perspetivas individuais, até porque falaram de assuntos que a equipa desconhecia ou que não achava que seriam tão recetivos a falar. As entrevistas, que duraram em média uma hora e representaram o pico da recolha de

⁷ A anonimização é assegurada dentro do possível.

dados, foram o culminar de meses de observação, que permitiram aprofundar, validar e contextualizar tudo o que tinha visto, ouvido e anotado.

O recorte empírico dos participantes a investigar mais próximo foi decidido junto dos técnicos do Projeto ainda na sua fase exploratória através do recorte pela participação, de jovens entre os 13 e 18 anos, para que conseguisse ter um grupo coeso e assíduo para acompanhar durante o período de recolha de dados. O grupo inquirido foi então composto por um total de oito indivíduos, sendo quatro deles do género feminino e quatro do género masculino. As suas idades variam entre os 14 e os 18 anos, evidenciando que este grupo é composto por adolescentes em idade escolar. Em termos de naturalidade, a maioria dos jovens é originária do Porto, com a exceção de um elemento natural de um dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

Após as entrevistas aos jovens participantes, realizei ainda duas entrevistas com os membros da equipa técnica, com o objetivo de recolher o lado institucional e pessoal destes trabalhadores.

Com os objetivos da investigação amplamente cumpridos, iniciei um processo de saída gradual e consciente do campo. A minha despedida foi anunciada com duas semanas de antecedência e marcada para a festa final de ano. Apesar desta rutura, natural da conclusão de um ciclo, deixei sempre portas abertas para a equipa, com quem mantenho contacto regular, não só para acompanhamento e ajuda no que esta investigação lhes poderá fornecer, mas também para a devolução dos resultados finais. Após esta saída continuo a acompanhar as atividades do projeto e a participar, sempre que possível, nas atividades abertas ao público como a “gala” final que voltaram a realizar em 2025, onde muitos dos jovens se lembravam de mim e da minha participação e aguardavam com entusiasmo os resultados desta dissertação.

2.4. Ouvir discursos de “dentro” e de “perto”: desenho e implementação das entrevistas

As entrevistas semiestruturadas trouxeram várias vantagens ao estudo e compreensão das trajetórias e experiências destes jovens, explorando com maior profundidade os seus percursos, identificando os contextos de origem, compreendendo a influência de

certos eventos ou instituições e possibilitando uma visão mais completa e rica da sua experiência pessoal e da importância do Projeto nas suas vidas.

O facto de serem semiestruturadas permite que o guião seja flexível o suficiente para se adequar a cada contexto e entrevistado, abrindo espaço para mais respostas abertas e longas, que se verificou ser uma mais-valia com este grupo-alvo. Apesar dos guiões elaborados (Anexos I, II e III) não terem questões “inteiramente abertas”, também não encaminhavam para perguntas precisas (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 192), dada a necessidade de deixar as questões fluir e que os entrevistados dessem a sua perspetiva subjetiva sobre o assunto.

As entrevistas foram desenhadas em sete principais dimensões, sendo estas: i. caracterização socio-demográfica; ii. Trajetórias educativas e formativas e Aspirações/percursos profissionais; iii. Usos do tempo livre; iv. Experiências e Relações interpessoais no “Na Praça!”; v. Definições sobre participação e empoderamento; vi. Assembleias de jovens; vii. Representações sociais e Ideias de futuro.

A definição destas secções prendeu-se com a forma como podemos depois analisar estes percursos, para compreender os contextos sociais de onde partem, quais as ferramentas que adquirem, assim como o estado atual e aspirações futuras.

Além disso, importa destacar que não foi necessário colocar todas as questões programadas: muitas vezes o entrevistado, apenas com a introdução da secção respondia às diversas questões, sendo apenas necessário guiar ou aprofundar algumas partes em concreto, o que reforça o carácter da entrevista semiestruturada com perguntas abertas. Apesar dos guiões (Anexos I, II e III) e dos temas terem sido introduzidos numa determinada ordem, esta foi muitas vezes passível de alteração. Importa ressaltar que as condições de realização das entrevistas cumpriram os requisitos para uma entrevista ideal. O espaço tinha pouco ruído de fundo, o que beneficiou a transcrição. Através da transcrição das entrevistas e das notas de terreno em diário de campo foi possível fazer uma escuta mais atenta e repetida, podendo analisar com outro detalhe as características do discurso do entrevistado, as palavras e termos que utiliza com frequência, algum tópico a que regressa, mesmo fora do

contexto direto onde a questão foi colocada (Schmidt, 2004, p. 255). Posto isto, o passo seguinte foi a criação de uma grelha de análise, que sofreu ajustes ao longo do tempo, e que foi ordenada por categorias. Além disso, foi dividida em dimensões de análise, de acordo com os temas a trabalhar em cada categoria, em concordância com o enquadramento teórico previamente apresentado. Por sua vez, cada uma destas tem os seus indicadores. Junto destes acompanham exemplos explicativos de cada um ou recortes de entrevistas (Silva & Fossá, 2015, p. 4). Deste modo, as categorias e os instrumentos de análise foram desenvolvidos ao longo da investigação no espírito da investigação qualitativa, em resposta àquilo que foi recolhido nas entrevistas e nos momentos de observação participante (Schmidt, 2004, p. 253).

As entrevistas permitiram assim apreender e compreender as representações dos vários atores sociais, aflorar outros temas e informações, nomeadamente relacionadas com sentimentos e emoções, sobretudo devido ao seu cariz semiestruturado que focava essencialmente nas representações e experiências dos participantes (Albarello et al., 1997, pp. 88–89).

Realizei 11 entrevistas individuais, 8 com jovens e uma à dinamizadora comunitária do Projeto, assim como a 2 técnicos do projeto, de forma a compreender representações, impactos do Projeto na sua vida, biografias, relações de cooperação, solidariedade, aprendizagem e repercussões (escola, família); relações interpessoais e questões organizacionais do projeto e do Programa Escolhas.

As entrevistas semiestruturadas representaram uma parte substancial do trabalho analítico de recolha de dados desta investigação, constituindo um momento privilegiado onde os conceitos teóricos de participação, empoderamento e pertença foram operacionalizados em narrativas de vida e contextualizados pelos próprios intervenientes e protagonistas desta dissertação. Esta técnica, pela sua natureza dialógica e intersubjetiva, permitiu não só complementar os dados da observação participante, mas sobretudo transcender o comportamento observável para aceder aos quadros de significado, motivações e perceções que os próprios atores sociais constroem sobre a sua experiência no projeto “Na Praça!”. A opção pela entrevista individual, em detrimento de formatos de grupo, foi decisiva para o sucesso deste

desígnio, dada a experiência passada com o grupo focal, com os mesmos intervenientes. Ao trabalhar com uma população adolescente, onde as dinâmicas de grupo e a pressão dos pares são onnipresentes, era imperativo criar um espaço de confidencialidade e de segurança emocional. Assim, preferi manter-me no local do projeto, num gabinete dos técnicos, em que o ambiente familiar permitiu que fossem partilhadas opiniões, críticas, frustrações e narrativas pessoais que, num grupo focal, seriam muito provavelmente, e por experiência, silenciadas ou reprimidas pelo receio do julgamento ou pelo desejo de conformidade com o restante grupo. Desta forma consegui garantir uma maior autenticidade e profundidade dos testemunhos.

2.4.1. Condições de realização das entrevistas

A fiabilidade e a profundidade dos dados qualitativos estão intrinsecamente ligadas ao contexto da sua produção. Reconhecendo este princípio fundamental, a implementação das entrevistas foi guiada por um meticuloso cuidado com o ambiente, a logística e, acima de tudo, com as premissas éticas que devem fundamentar qualquer investigação que envolva seres humanos, e, sobretudo, menores⁸.

O processo iniciou-se com uma seleção intencional dos participantes, que visou assegurar uma representatividade diversificada do universo do projeto. Foram entrevistados oito jovens, procurando equilibrar a representatividade de género (quatro raparigas e quatro rapazes), abranger uma variedade de idades (dos catorze aos dezoito anos), com diferentes tempos de envolvimento no projeto (de seis meses a três anos), ao mesmo tempo que tinham em comum a assiduidade e participação, sendo o grupo mais ativo que vinha a acompanhar durante toda a etnografia. Esta diversidade foi crucial para captar um espectro alargado de experiências e perceções. As entrevistas decorreram entre 18 de abril e 17 de maio, nas instalações do próprio projeto, aproveitando a familiaridade do espaço para minimizar constrangimentos, além disso, e para evitar uma dinâmica de interrogatório, ou de postura de hierarquia de poder,

⁸ A investigação seguiu os princípios éticos e garantiu o anonimato (sempre que possível) e confidencialidade dos participantes, de acordo com o Código Deontológico da Associação Portuguesa de Sociologia (1992a), assim como questões de identidade de género, orientação sexual, etnia, questões linguísticas e armazenamento da informação estão garantidas.

mesmo que sempre presente porque era inevitável que me vissem como investigadora, mais velha, da universidade, mas tentar que fosse o mais possível próximo de uma conversa lado a lado, coloquei dois cadeirões confortáveis para que pudéssemos estar sem formalidades, descontraídos, durante o momento da entrevista.

Cada sessão, com uma duração de sessenta minutos, foi integralmente gravada em áudio com equipamento dedicado, assegurando a captação fidedigna. Paralelamente, no final das mesmas, realizei pequenas notas de campo focadas em aspetos não-verbais, como hesitações, entusiasmos ou silêncios significativos, que também surgiram nos pós entrevistas com os participantes, à conversa com a equipa técnica. O cerne de todo o processo, no entanto, residiu no estrito cumprimento de um protocolo ético robusto. Antes de cada entrevista, o propósito académico da investigação e os direitos do participante eram reiterados com clareza. Garantia-se a confidencialidade absoluta, explicando o uso de pseudónimos (alguns até foram eles que escolheram) e que nenhuma opinião seria partilhada com a equipa de forma identificada, nem que teriam represálias de algum tipo, e o direito à voluntariedade e à saída a qualquer momento sem consequências. Acho que todos compreenderam bem o que lhes pedia e estiveram disponíveis para me ajudar: foi sempre esse o sentimento que lhes quis passar, de que me iriam fazer um favor, só participavam e só falavam do que quisessem e que queria que fosse mesmo uma situação tranquila, de conversa, como já vínhamos a ter durante os meses da minha presença. O consentimento informado foi obtido oralmente e gravado no início de cada sessão, criando um registo auditivo transparente deste acordo fundamental. Este rigor não foi uma mera formalidade, mas foi a base sobre a qual se construiu uma relação de confiança, essencial para que os participantes se percebessem como agentes voluntários e respeitados num processo de cocriação de conhecimento.

A atmosfera geral das sessões refletiu positivamente esta preparação. A familiaridade prévia construída durante meses de observação participante mostrou-se um trunfo inestimável. Os jovens mostraram-se recetivos, reflexivos e genuínos na partilha das suas experiências. A sensação global foi a de que as condições criadas, de segurança, confidencialidade e respeito, foram decisivas para colher narrativas autênticas e ricas em complexidade, que de outra forma poderiam ter permanecido encerradas.

2.4.2. Guiões e dimensões em análise

A construção dos guiões foi um exercício metódico de tradução dos conceitos teóricos que orientaram a investigação e foram operacionalizados em questões acessíveis, abertas e capazes de suscitar narrativas extensas. Os guiões funcionaram não como questionários rígidos, mas como bússolas temáticas garantindo a cobertura dos tópicos centrais, para que não me esquecesse de nada, mas permitindo a flexibilidade necessária para seguir a partir das narrativas interessantes e inesperadas que emergissem no fluxo da conversa.

O Guião para Jovens (Anexo 1) foi desenhado como uma ferramenta para responder a várias motivações que pretendia compreender a narrativa biográfica dos próprios, conduzindo o participante numa jornada discursiva desde o seu contexto de vida mais amplo até ao seu envolvimento específico no projeto. Esta estrutura, organizada em sete dimensões interligadas, permitiu uma contextualização holística do participante:

1. Caracterização Sociodemográfica: Iniciando com questões aparentemente simples sobre identidade, família e território, esta secção funcionou como um quebra-gelo eficaz, validando a experiência e conhecimento do jovem sobre a sua própria vida e traçando o seu prisma sociofamiliar, crucial para compreender, nomeadamente a sua pertença de classe.
2. Escolaridade e Tempos Livres: Ao mapear o seu dia - dia, estas perguntas permitiram situar o projeto “Na Praça!” no universo mais vasto do jovem, percebendo a sua importância relativa face a outros contextos como a escola, a família e o grupo de amigos.
3. Experiência e Trajetória no Projeto: Focada nas motivações iniciais e numa avaliação global, que abriu caminho para o cerne da entrevista.
4. Participação e Empoderamento (Núcleo Central): Aqui, as questões foram concebidas para ir além da avaliação superficial ("gosto/não gosto") e aceder à perceção de agência e significado.

5. Relações Intra e Intergrupais: Explorou a dinâmica social do projeto, crucial para entender o ambiente em que a participação se desenrola.
6. Impacto e Aprendizagens: Procurou identificar competências adquiridas e mudanças percebidas, ligando a experiência do projeto ao desenvolvimento pessoal.
7. Futuro e Expectativas: Particularmente importante para captar não só sugestões, mas também frustrações e expectativas não correspondidas, sendo fundamental para uma análise crítica.

Os guiões para a Dinamizadora comunitária (Anexo 2) e para a Equipa Técnica (Anexo 3) foram desenhados com um duplo propósito estratégico. Em primeiro lugar, visaram a triangulação de perspetivas, ao colocar questões paralelas às dos jovens que permitiram contrastar a experiência vivida dos participantes com a intencionalidade pedagógica e a autoavaliação dos técnicos. Esta confrontação é metodologicamente preciosa para identificar dissonâncias e convergências entre o discurso programático e a realidade experienciada. Em segundo lugar, estes guiões procuraram contextualizar operacionalmente o projeto, com perguntas direcionadas sobre a distribuição de tarefas, a deliberação interna, os desafios e, crucialmente as limitações sentidas. Esta contextualização é vital para garantir que a análise final e as recomendações do estudo sejam exequíveis, ancoradas na realidade prática da intervenção social e sensíveis aos constrangimentos que esta enfrenta.

Em síntese, o processo de entrevistas semiestruturadas representou amadurecer, reconceitualizar e contextualizar a imersão etnográfica prévia. Os dados ricos assim obtidos, que ecoam as múltiplas e por vezes contraditórias perspetivas sobre os mesmos processos, exigem agora uma análise sistemática, crítica e reflexiva. O capítulo que se segue dedicar-se-á, portanto, à análise e discussão deste corpus narrativo, cruzando-o inteligentemente com os resultados gerados pela observação participante. Este exercício interpretativo visa iluminar as formas concretas como a participação juvenil é concebida, praticada, vivida e, por vezes contestada no projeto “Na Praça!”, procurando responder às questões da investigação e contribuir para um debate mais alargado sobre a cidadania ativa na juventude.

3. “Sou Praça”: Resultados da recolha de dados

O presente capítulo tem como objetivo central ampliar as vozes dos principais protagonistas desta investigação: os jovens participantes do projeto “Na Praça!”. Através da análise narrativa das oito entrevistas semiestruturadas realizadas, procura-se aqui expor, de forma descritiva e sistemática, os sentidos que estes atribuem à sua experiência no projeto, contextualizando-a nas suas trajetórias de vida, aspirações e perceções do mundo que os rodeia.

Através das variadas técnicas foi possível compreender de forma detalhada a estrutura organizacional e dinâmica(s) do Projeto. Este processo levou a um retrato qualitativo da participação juvenil, que descreve as experiências dos jovens nas atividades e impactos percebidos. Tornou-se possível analisar a relação jovem-projeto através da análise das relações de cooperação, solidariedade e aprendizagem entre jovens e técnicos. Para tal, apresentou-se como crucial compreender a dinâmica de participação nas Assembleias de jovens, com vista a perceber como os jovens exercem sua participação cidadã. Por outro lado, compreender as perspetivas dos técnicos acerca da juventude e do Programa também foi determinante para a caracterização do território urbano segregado em que este se insere.

A organização dos dados segue a estrutura das sete dimensões analíticas pré-definidas no guião de entrevista, que funcionam como um guião para percorrer as diferentes faces da realidade estudada. Cada secção será ilustrada com excertos significativos das entrevistas dos jovens, garantindo que as suas palavras, na sua autenticidade, permanecem no centro da análise. De modo a proteger a identidade e a garantir a confidencialidade de todos os participantes, os seus nomes foram substituídos por pseudónimos escolhidos pela investigadora ou pelos próprios participantes, aquando da explicação do consentimento informado da entrevista.

É importante salientar que este capítulo se foca predominantemente na exposição dos resultados. A interpretação crítica, o cruzamento com os dados etnográficos e a discussão à luz do quadro teórico serão desenvolvidos no capítulo subsequente, que se

organizará em torno dos eixos "Na Praça", "Participação" e "Futuro e Transformação Social".

Demarca-se aqui então a importância de conhecer este grupo, quem são estes jovens participantes, com idades entre os 14 e 18, que durante a semana, e por vezes ao final da semana, já depois de uma longa jornada na escola, escolhem estar no projeto “Na Praça!”.

Começo por tentar traçar um retrato do grupo, situando cada jovem no seu contexto sociofamiliar e na sua relação com o território de Campanhã. Compreender de onde vêm e como se relacionam com o seu bairro, de forma a contextualizar o lugar que o “Na Praça!” ocupa nas suas vidas.

3.1. Quem são e onde vivem os jovens do “Na Praça!”?

Tabela 1 - Perfil Sociodemográfico e de Contexto Territorial

Idade	Género	Composição do agregado familiar	Campanhã
14 – 16 anos	Feminino	Vive com o pai, madrasta e irmãos. Até 2023 vivia noutro país.	Bairro do Falcão
14 – 16 anos	Masculino	Vive com o pai e os avós. Tem irmãos.	Bairro do Falcão
14 – 16 anos	Feminino	Vive com os pais e irmãos mais novos.	Bairro do Falcão
16 – 18 anos	Masculino	Vive com os pais e uma irmã.	Bairro Monte da Bela
14 – 16 anos	Masculino	Vive com a mãe e o pai.	Bairro Monte da Bela

14 – 16 anos	Masculino	Vive com o pai, irmãos e madrasta.	Bairro Monte da Bela
14 – 16 anos	Feminino	Vive com os pais.	Bairro do Ilhéu
14 – 16 anos	Feminino	Vive com a mãe, tia e irmã.	Corujeira

A análise desta tabela de dados revela um grupo de oito jovens com idades diversas, maioritariamente nascidos em Portugal. A composição dos agregados familiares é diversificada, predominando famílias nucleares.

As situações familiares variam, com alguns jovens vivendo com ambos os pais, outros com apenas um dos progenitores, famílias recompostas ou irmãos. No que se refere à escolaridade, os indivíduos frequentam diferentes níveis do ensino básico e secundário, variando entre o 7º e o 12º ano. Quanto às suas residências, estão distribuídas por diversos bairros da cidade do Porto, como Falcão, Monte da Bela, Corujeira e Lagarteiro, todos pertencentes à freguesia de Campanhã. As ocupações dos encarregados de educação incluem áreas como transportes, serviços, comércio e restauração. Na presente investigação, a amostra foi selecionada por conveniência, com base na assiduidade e participação registada nas visitas e no diário de campo, garantindo que os participantes tinham um envolvimento consistente nas atividades observadas.

A relação com Campanhã é marcada por uma dualidade frequente em contextos periféricos: um forte sentido de pertença e familiaridade convive com uma perceção clara das carências. Daniel diz que “Gosto de ajudar as pessoas e conheço quase toda a gente daqui (...) gosto de viver nesta zona” (Excerto da entrevista, 19 de abril de 2024, em sede do Projeto, Porto), Tomás complementa sobre o bairro onde vive “O bairro, por acaso, é uma coisa que aceita tudo” (Excerto da entrevista, 20 de abril de 2024, em sede do Projeto, Porto), refletindo uma sensação de inclusão e segurança social dentro da comunidade. Sofia, apesar de concordar com os colegas, adiciona a dimensão da insegurança: “Do que menos gosto? Os roubos. [...] Jesus, é o pior sítio. (...) já não podemos sair à rua sozinhas à noite e essas cenas” (Excerto da entrevista, 5 de maio de 2024, em sede do Projeto, Porto). Daniel, fala também dos aspetos negativos, sobretudo

em relação à mobilidade: “Os transportes públicos às vezes são complicados, e há alguns bairros mais conflituosos. E também há algumas pessoas com problemas de drogas, mas já estou habituado” (Excerto da entrevista, 19 de abril de 2024, em sede do Projeto, Porto). Contudo, todos eles apresentam esta dualidade de, por um lado, refletir um grande sentimento de pertença, das relações com os outros e alguma tranquilidade; mas também falam de carências que os afetam no dia-a-dia, sobretudo relacionado com tensões e violência, que temem pelos irmãos mais novos e por estes não poderem ter a liberdade de andar na rua, como eles tiveram.

Esta próxima dimensão explora dois contextos fundamentais na vida dos jovens: a escola, enquanto instituição formal de socialização e projeto futuro, e os tempos livres, onde as suas escolhas revelam preferências e oportunidades (ou a falta delas).

3.2. Como é que os jovens do “Na Praça!” pensam a escola e o emprego?

Tabela 2 - Trajetória escolar e aspiração profissional

Escola	Aspiração profissional
Cerco	Gosta de ajudar as pessoas e quer trabalhar com idosos, talvez numa área de saúde ou apoio social. Expressa também o desejo de ser professora.
Augusto Gil	Inscreveu-se num curso profissional de informática, mas o sonho é ser meteorologista.
Cerco	Fazer um curso profissional de Manicure.
Cerco	Entrar para o Exército, nas Forças Especiais para os Paraquedistas.
António Nobre	Está focado no futebol, para já.
António Nobre	Pretende seguir mecatrónica num curso profissional do secundário.
Cerco	Pretende seguir Línguas e Humanidades no secundário para ir para a faculdade estudar Criminologia. Mas também gostava de ser professora de dança, prosseguindo desporto no ensino superior.

Cerco	Tirar o curso de Ação Educativa, para trabalhar como auxiliar numa creche ou infantário.
-------	--

A atitude face à escola varia significativamente no seio do grupo. Enquanto alguns expressam desmotivação e um sentimento de desconexão com o currículo, outros revelam uma postura mais empenhada e uma perceção clara da escola como um meio para um fim. No que concerne às aspirações profissionais, destaca-se que apenas dois jovens referiram explicitamente a ambição de frequentar o ensino universitário. As profissões mencionadas incluem áreas vocacionais específicas como mecânica, estética, ou áreas que não requerem formação superior, refletindo influências familiares de reprodução.

Muitos referem que “não gosto da escola”, sobretudo por não se identificarem com os currículos: “Eu acho que há muita coisa que nos ensinam que não vai servir para o futuro (...) que não vai fazer diferença nenhuma para nós”. No entanto, reconhecem a escola como um pilar essencial para o sucesso futuro, valorizando-a pelas oportunidades sociais que oferece - “a escola é sempre fundamental para o futuro, é uma peça fundamental para o futuro” (Excerto da entrevista a Daniel, 19 de abril de 2024, em sede do Projeto, Porto).

3.3. Como é que os jovens do “Na Praça!” passam o tempo livre?

Tabela 3 - Uso dos tempos livres

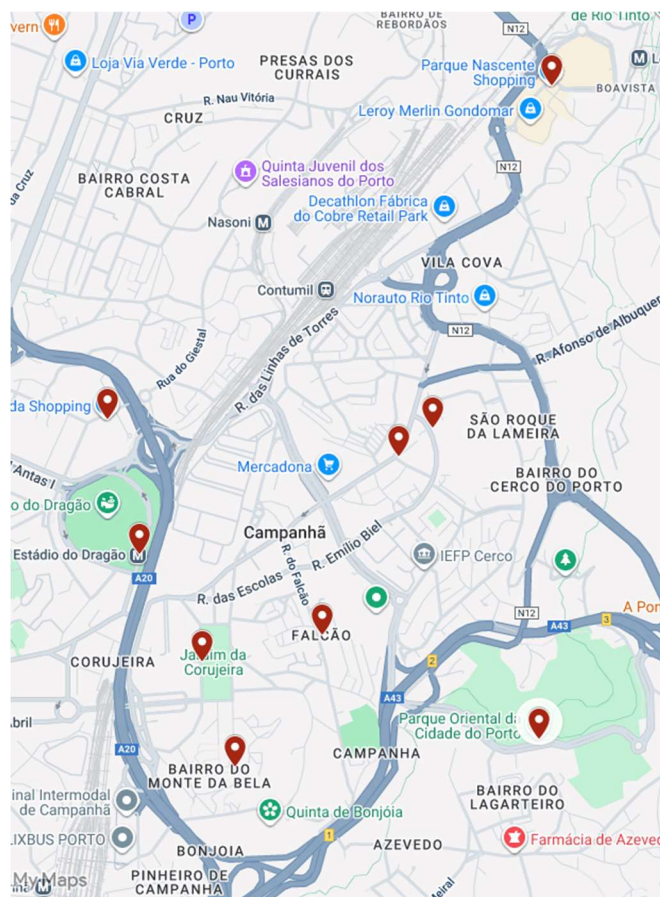
Uso dos tempos livres
Gosta de ouvir música, mexer no telemóvel, ver séries ou filmes, fazer TikTok, dançar e cantar (em casa). Sair com a família, ir ao shopping para passear, comer fora ou ver um filme. Gosta de estar com as amigas. Faz teatro noutra projeto.
Gosta de andar de bicicleta, jogar à bola e online com os amigos, fazer atividades no computador e desenvolver jogos. Gosta de fazer desenhos e construir coisas.

Gosta de estar com a família, ver filmes, ir ao parque. Com as amigas, vai ao shopping para comer, ver filmes ou experimentar roupas. Pratica ginástica acrobática na escola, pratica futsal no projeto e gosta de kickboxing. Quando está em casa, fica no telemóvel a ver vídeos no YouTube e TikTok.
Vai jogar à bola no campo do bairro. Treina no ginásio (parte do estágio do curso profissional que está a fazer). Está a ganhar interesse no boxe. Tem dois grupos de amigos: um do “Na Praça” (com quem convive e joga à bola) e outro da sua idade (saem mais à noite e vão ao shopping). Todos os sábados passa tempo em família.
Está focado no futebol e é capitão da equipa de futsal. Sai com os amigos, vão a shoppings e à praia. Almoça com a família nos fins de semana e feriados. Ajuda no trabalho dos pais nas tardes livres.
Gosta de estar com os amigos. Convive em família (em casa e fora). Passa os fins de semana com a mãe e convive com o irmão mais velho e os amigos dele. Gosta de surf. Toca guitarra (mas quer aperfeiçoar). Quer começar a praticar boxe.
Gosta de dançar, jogar futsal no projeto. Vai ao shopping com os amigos do “Na Praça!”. Visita a Quinta do Covelo ou vai a festas populares (para as atrações). Também gosta de simplesmente passar tempo em casa.
Leva os cães à rua. Participa nos escoteiros (embora pretenda sair). Grava vídeos sozinha. Com os amigos, que são os da “Praça”, costumam sair aos domingos (ir ao Shopping Parque Nascente, ver jogos de futebol, ir a jardins). Gosta de cozinhar (por iniciativa própria) e já aprendeu a fazer inúmeros pratos.

Os tempos livres são maioritariamente preenchidos com atividades informais como estar com amigos, utilizar redes sociais ou jogar videojogos. A participação em atividades estruturadas fora do “Na Praça!” é limitada, com apenas um ou dois jovens a referirem a prática desportiva federada, o que sugere que o projeto constitui uma das principais, senão a principal, oferta organizada para este grupo etário no território. Para além das tecnologias, como estar no telemóvel e no computador, também os consumos,

no centro comercial, aparecem com destaque nas atividades dos tempos livres dos jovens: 6 dos 8 referem essa atividade como fundamental para o convívio com a família e os amigos, que, como se pode ver no mapa abaixo, não se afasta muito da freguesia onde moram.

Imagem 4 - Representação visual dos principais espaços de convívio e uso do tempo livre



Em relação às motivações que estiveram na origem da participação, a trajetória ao longo do tempo e uma avaliação global das atividades permite compreender o que os atrai e mantém no projeto.

3.4. Porque é que os jovens do “Na Praça!” frequentam o projeto?

Tabela 4 - Participação no Projeto “Na Praça!”

Tempo participação no projeto	Motivação	Atividade preferida	Atividade menos interessante
Regularmente desde fevereiro	A madraستا incentivou-a ir para não ficar em casa. Gosta de estar com os amigos e das atividades. Considera o espaço a sua "segunda casa".	Dança e pinturas/artes	Não tem "coisas más" a apontar
Quase um ano	Amigos recomendaram. É um sítio seguro. Ajuda-o a ultrapassar problemas que tem “lá fora” e a sentir-se mais feliz. Gosta de estar com as pessoas. É a sua "segunda casa"	Voluntariado (ajudar os outros). Atividades práticas. Construir coisas/Informática	O tempo das atividades ser curto.
Desde o início do projeto, há quase três anos.	O irmão achou "muito fixe", apesar de ela achar inicialmente que seria "uma seca". Os monitores, técnicos e amigos convenceram-na a ficar. Distrai-a de ficar em casa no telemóvel. É uma "segunda família"	Passeios fora. Futsal (para "relaxar a cabeça")	As reuniões (consideradas "uma seca") e as galas que não envolvem futsal.

Um ano e meio, quase dois anos.	Foi incentivado a ficar pelo técnico (Luís). O projeto tirou-o de casa. É um "sítio seguro" e uma "segunda casa"/"família". Ajudou-o a resolver problemas pessoais e emocionais.	Boxe. Futsal (como presidente e árbitro).	Nenhuma; considera que todas são "fixes" ao seu nível.
Desde novembro	É calmo, aconchegante e divertido. É a sua "segunda ou terceira família". Gosta de estar com os monitores e de fazer atividades.	Futebol/Futsal. Atividades dinâmicas que o fazem "levantar". Temáticas sobre a atualidade e o passado (história/geopolítica).	Atividades consideradas "mais para crianças".
Desde janeiro	Inicialmente veio para estudar. Ficou por causa das pessoas com quem socializa. Sente-se seguro e considera o espaço uma "família".	Atividades com música.	Nenhuma; considera que "tudo tem os seus altos e baixos".
Desde novembro	O acolhimento do Luís e da Bruna. As atividades, e o facto de ser gratuito. É um local para estar com os amigos.	Futsal (treinos e discussão sobre o tema). Galas (por permitirem reflexão).	Reflexões sobre os erros (especialmente falar e escrever sobre o que aconteceu, embora

			saiba que é necessário).
Regularmente desde outubro/novembro	O ambiente e as pessoas. O espaço "contagia a felicidade" e permite-lhe esquecer os problemas.	Atividades práticas. Futsal. Semana das Profissões.	Palestras (porque já as ouve na escola e em casa).

As motivações para integrar o projeto são diversas. Para alguns, a entrada deu-se por convite direto de amigos já participantes, para outros por sugestão de um familiar. O fator "não havia mais nada para fazer", "melhor do que estar em casa ou na rua" também surge como uma motivação relevante, indicando uma certa carência de alternativas e desejo de fazer algo, contrastando as ideias do senso comum da apatia juvenil. Além disso, revelam o valor social e emocional que o espaço representa, pois continuam a frequentar não primariamente pelas atividades, mas pelas pessoas e pelos laços criados.

Sobre participação e empoderamento, para focar na percepção dos jovens sobre a sua própria voz, agência e poder de decisão dentro do projeto, tentarei perceber os seus próprios conceitos e noções, assim como exemplos concretos do mesmo.

3.5. Como é que os jovens do “Na Praça!” definem a participação?

Tabela 5 - Definição do conceito de participação e envolvimento em atividades

Participação	Capacitação	Exemplos de atividades do projeto que os fizeram sentir assim
“Participar numa atividade é envolvermo-nos e ajudar na atividade	“É ter poder de decisão sobre as nossas vidas; é crescer, tornando-me mais adulta e autónoma”.	Na Dança e no Teatro, onde sentiu confiança e responsabilidade; na atividade de Voluntariado que escolheu fazer; nas Galas (assembleias), que são um momento

e a produzir alguma coisa.”		de discussão e reflexão sobre a participação.
“Estar em atividades, ajudar pessoas e participar no voluntariado.”	“Ter capacidade para fazer algo, uma capacidade individual. Ganhar mais controlo sobre os sentimentos e expressar o que se sente.”	O <i>bootcamp</i> de voluntariado, que exigiu responsabilidade e maturidade; sentiu que o projeto o ajudou a ultrapassar problemas e a sentir-se mais feliz.
“Envolver-se em atividades e produzir algo.”	“Relacionado com as capacidades que se desenvolvem ao longo do tempo”; desenvolveu a capacidade de confiar mais nas pessoas e de tomar decisões melhores.	O Futsal (atividade escolhida pelo grupo).
Participar em conjunto com outras pessoas para uma atividade; “é o envolvimento e estar presente”	“Desenvolver competências.”	a atividade de Empatia (caracterização de personagens); na votação em grupo das galas, que permite a discussão e argumentação sobre a nota.
Participar, associado ao sistema de pontos	“Por exemplo, ser capaz de refletir nas	A avaliação do grupo nas galas.

do projeto, “número de vezes que venho e participo”	galas sobre o comportamento”.	
“É o ato de nos envolvermos em algo, contribuir e produzir”	“Poder tomar decisões mais informadas.”	O projeto deu-lhe coragem para tomar decisões; na avaliação em grupo das galas, que é um momento de reflexão para melhorar; no sentimento de segurança e de estar numa família.
“Estar presente e ser empenhada no que está a ser realizado”	“sentir que se consegue fazer algo sozinha e ser independente.”	O projeto deu-lhe responsabilidade ao permitir que conduzisse atividades ("sentiu-se como o Luís e a Bruna"); nas conversas em grupo; no Futsal, através da decisão conjunta de melhorarem o comportamento nos jogos; na influência que têm na escolha das atividades de férias.
“É estar envolvida; é mais do que só observar, é expressar o que é importante.”	“ser organizada e tomar decisões”	A Semana das Profissões, que lhe deu maturidade; a discussão sobre o que fazer nas férias (deu responsabilidade); o Futsal, pelas discussões; ter aprendido a respeitar mais o outro.

De uma forma geral, a grande maioria dos jovens afirma sentir que a sua opinião é tida em conta pelos técnicos. No entanto, quando solicitados a concretizar esta perceção com exemplos específicos de decisões em que a sua voz foi determinante, as respostas tornam-se mais vagas ou relacionadas com escolhas de baixa consequência, como a

seleção de pequenas atividades. Isto sugere uma distinção entre uma percepção de "ser ouvido" e uma prática efetiva de "influenciar decisões" substantivas. O conceito de "participação" é entendido pela maioria como "estar presente", "fazer atividades", enquanto o termo "empoderamento" se revela mais abstrato e menos familiar, sendo muitas vezes associado a "ganhar poder".

Para além da dimensão lúdica e relacional, importa compreender que competências os jovens acreditam ter desenvolvido e que impacto atribuem ao projeto no seu percurso pessoal. Os jovens identificam um leque de competências que associam à sua participação no "Na Praça!". Entre as mais mencionadas encontram-se competências sociais ("saber trabalhar em grupo"), criativas ("aprendi a pintar") ou de comunicação ("perdi a vergonha de falar em público"). Em termos de mudanças pessoais, vários participantes referem, "ter mais confiança", "sair mais de casa".

A qualidade do ambiente social é um fator crucial para o sucesso de qualquer intervenção com jovens. Esta dimensão analisa as dinâmicas entre pares e a relação com a equipa técnica.

3.6. Qual a relação dos jovens do "Na Praça!" com a equipa técnica?

Tabela 6 - Relação com outros participantes

Relação outros participantes	Relação com a equipa técnica
A relação é "boa com algumas pessoas", foi no projeto que fez mais amigos.	Gosta muito dos técnicos (Luís, Bruna, Rita, estagiárias). Confia neles se tiver um problema
Conheceu amigos no projeto; tem o seu grupo. Relação boa, embora "às vezes haja um problema ou outro, mas é normal". Está habituado a crianças e gosta de brincar com os mais novos.	Vê os técnicos como "psicólogos" e "pais", que cuidam de todos, sendo o espaço como uma família. O Luís e a Bruna ajudam a resolver conflitos e dão "broncas" para o seu bem. É ouvido e apoiado

Tem boa relação com alguns, mas com outros "não vou muito com a cara deles". Continua a vir para o projeto por si e não pelos outros	Vê os técnicos e monitores como uma "segunda família". São a sua motivação para continuar a vir. Ajudaram-na muito a lidar com problemas familiares mais difíceis.
A relação com os participantes é "muito fixe" e "com todos". É o mais velho e tem uma relação carinhosa com os mais pequenos. Gosta muito de crianças	Descreve o Luís como um "psicólogo" e "caixinha de segredos". Recorre a ele para falar sobre as suas preocupações. O Luís ajudou-o a resolver problemas emocionais
Dá-se bem com toda a gente, sem chatices. Sente que tem o papel de apoiar e cuidar dos mais novos	Tem uma relação boa com Luís, Bruna e Rita. Recorreu ao Luís para falar quando estava mal. Os técnicos "conseguem ler-nos"
A relação com os participantes (mais novos ou mais velhos) é boa/normal. Gosta de socializar com os amigos porque vê o projeto como uma "família"	A relação com a equipa é boa, "normal". Confia no Luís para contar momentos menos bons e ele ajuda-o a melhorar.
Conheceu os seus amigos atuais na Praça. Vê o grupo como a "família da Praça" e sente que a equipa os motiva a serem unidos, mesmo com falhas.	O Acolhimento do Luís e da Bruna motivou-a ficar. O Luís percebe quando ela está mal. São um porto de confiança. Prefere discutir temas sensíveis com eles, dada a intimidade e confiança.
Os seus amigos são os da Praça. O convívio nem sempre é fácil, mas tenta separar as confusões entre os participantes.	Gosta do Luís (relação próxima, de confiança). Gosta dos técnicos, mas não se sente tão confortável com algumas estagiárias.

O ambiente relacional no “Na Praça!” é descrito de forma positiva. As relações entre pares são caracterizadas como “de amizade”, “de apoio”. A relação com os técnicos é frequentemente descrita em termos que transcendem a mera relação profissional, aproximando-se de uma dinâmica familiar sendo valorizada a proximidade, a abertura para ouvir problemas pessoais e o não julgamento. Este clima de confiança é identificado como um dos pilares mais valorizados do projeto.

A última dimensão olha para a frente, explorando as aspirações dos jovens para as suas próprias vidas e as suas sugestões críticas para o futuro do “Na Praça!”, revelando o seu grau de apropriação e cuidado com o projeto.

3.7. Quais as preocupações de futuro dos jovens do “Na Praça!”?

Tabela 7 - Preocupações com o futuro e sugestões de melhoria para o projeto

Preocupações com o futuro	Sugestões de melhoria do projeto no futuro
Direitos humanos, segurança e perigos na internet, e discriminação (racismo e homofobia)	Gostaria de atividades mais adequadas à sua idade. Sugere mais momentos em que os jovens possam escolher o que fazer. Deseja que continuem a falar sobre sexualidade e direitos humanos
Alterações climáticas, e problemas sociais e políticos como a falta de emprego, salários baixos e a habitação	Pede mais atividades fora da cidade (ex: Lisboa, para conhecer cidades). Sugere que a Gala e a avaliação sejam mais concretas e sérias. Quer que sejam abordados temas como respeito nas redes sociais, segurança, e relações sexuais/tabagismo
Roubos e violências domésticas. O aumento de locais com toxicodependentes e o maltrato de animais e natureza	Propõe que se convide alguém com experiência em adição ou violência para palestras de sensibilização. Não gosta das reuniões. Sugere que a escolha do "Participante da Semana" seja feita pelos

	jovens (em vez dos técnicos). Prefere que o formato das semanas temáticas seja menos previsível
O impacto negativo do mundo digital e das redes sociais. A falta de empatia entre as pessoas e problemas sociais e políticos como a habitação e salários baixos	Pede para introduzir temas de literacia financeira (finanças, IRS, pagar contas) para a vida adulta. Deseja atividades culturais sobre a diversidade das etnias negra e cigana. Gostaria de ser consultado na escolha dos temas das semanas temáticas
O uso excessivo de telemóveis pelas crianças. A inflação e a agressividade/violência entre jovens.	Pede mais atividades direcionadas apenas para a sua idade (separação maior entre crianças e adolescentes). Sugere atividades dinâmicas e temas sobre a atualidade (guerras, geopolítica) e o passado (história/décadas 80/90)
A violência e a criminalidade. Preocupa-se com a poluição do mar	Propõe a criação de uma caixa de sugestões onde os participantes possam escrever as suas ideias
A maldade e atitudes das pessoas na sociedade. Problemas globais como guerras e desastres naturais.	Sugere uma semana dedicada só aos adolescentes para discutir temas relevantes à idade (sexualidade, violência, problemas psicológicos). Preferiria o formato de conversa íntima com os técnicos de confiança, em vez de palestras de pessoas de fora. Não gosta das atividades que exigem reflexão escrita sobre os erros
O perigo de a guerra chegar a Portugal e a violência na rua,	Gostaria de mais poder de escolha nas atividades. Sugere ter dois temas por semana. Pede atividades mais práticas e

sobretudo para as gerações mais novas	dinâmicas (ex: ser "enfermeira" por um dia) em vez de palestras. Acha que a escolha dos nomeados da Gala deveria ser feita pelos jovens
---------------------------------------	---

As visões de futuro são mais ou menos definidas, otimistas ou cautelosas. As sugestões para melhorar o projeto são um indicador valioso para o aumento do seu interesse e participação e centram-se sobretudo em "ter mais atividades fora do espaço do projeto", "fazer mais saídas" ou "abordar temas diferentes". A existência de sugestões concretas demonstra que os jovens pensam criticamente sobre o projeto e desejam vê-lo evoluir.

Em suma, este capítulo procedeu à exposição sistemática dos resultados das entrevistas, organizando a pluralidade de vozes em sete dimensões analíticas interligadas. No seu conjunto, os dados revelam um grupo heterogéneo, mas unido pela partilha de um espaço comum que é significativo nas suas vidas. O “Na Praça!” é descrito como um porto seguro, um espaço de sociabilidade e de desenvolvimento de competências, onde a qualidade das relações humanas se sobrepõe a tudo. Foram identificadas regularidades marcantes, como a valorização unânime do ambiente relacional, mas também singularidades, nomeadamente na forma como é vivida e entendida a participação efetiva.

Os dados aqui descritos, pela sua riqueza e complexidade, constituem a base empírica fundamental para a fase seguinte da investigação. No próximo capítulo, estes resultados serão problematizados e discutidos em profundidade, sendo cruzados com os dados da observação etnográfica e com o quadro teórico da investigação, numa discussão tripartida que visa compreender o “Na Praça!” enquanto espaço de socialização, arena de participação e potencial catalisador de transformação.

4. Discussão

Este capítulo constitui o centro analítico desta dissertação, onde se procede à discussão crítica e integrada dos resultados empíricos, confrontando-os com os dados da observação etnográfica e com o quadro teórico previamente estabelecido. O objetivo é transcender a mera descrição para alcançar uma interpretação substantiva que identifique complexidades, contradições e potencialidades da participação juvenil no contexto estudado.

A análise estrutura-se em torno de três eixos fundamentais, que correspondem a dimensões ontologicamente interligadas da experiência dos jovens:

1. “Na Praça!” enquanto Espaço Seguro e de Pertença - onde se discute a função primordial do projeto como um refúgio socioemocional e um território de afirmação identitária, contrastante com outros espaços urbanos;
2. Os Sentidos e os Limites da Participação - onde se analisa a dissonância entre o discurso programático da participação e as percepções e práticas dos jovens, explorando as tensões entre a agência e a estrutura;
3. Horizontes de Futuro e o Potencial Transformador - onde se examina as representações de futuro dos jovens, o papel do projeto na ampliação dos seus horizontes de possibilidade e o seu potencial como ferramenta de transformação social.

Através desta tríade analítica procura-se não apenas responder à questão de investigação central, “De que forma os jovens experienciam e percecionam a sua participação”, mas também contribuir para um debate teórico e político mais amplo sobre a efetividade das políticas de juventude e os desafios de promover uma cidadania ativa e significativa em contextos marcados por desigualdades estruturais, deixando algumas recomendações e exemplos de sucesso.

4.1. “Na Praça!” – uma segunda casa

A investigação revela, de forma incontornável, que a principal função do projeto “Na Praça!” e o seu significado mais profundo para os jovens reside na sua condição de espaço seguro, de segunda casa. Este conceito, longe de ser uma mera metáfora,

configura-se como uma realidade material e simbolicamente produzida através de práticas relacionais. A etnografia permitiu captar a materialidade deste porto seguro.

"A Praça é como uma segunda família para mim. Podemos contar sempre com eles para o que precisarmos" (Excerto da entrevista a Carla, 10 de maio de 2024, em sede do Projeto, Porto). De forma semelhante, Tomás descreve o espaço como "Uma segunda casa. Uma família. Sítio seguro, exatamente. Não há outras palavras para descrever para casa" (Excerto da entrevista, 20 de abril de 2024, em sede do Projeto, Porto). Paulo reitera esta ideia, salientando que "É mesmo uma segunda casa, é uma família, estamos todos uns para os outros" (Excerto da entrevista, 6 de maio de 2024, em sede do Projeto, Porto). E Miguel corrobora esta visão, ao descrever o projeto como "Calmo, aconchegante, divertido. É como se fosse a minha segunda ou terceira família" (Excerto da entrevista, 3 de maio de 2024, em sede do Projeto, Porto), e mais tarde Sofia reforça a ideia de que "A Praça" é "Uma família" na qual se sente "acolhida" (Excertos da entrevista, 5 de maio de 2024, em sede do Projeto, Porto).

Num espaço da cidade onde os equipamentos coletivos são escassos e o espaço público é, por vezes, disputado ou abandonado, o projeto oferece um interior demarcado, com regras claras, afetos cultivados e uma lógica de funcionamento previsível. Este ambiente contrasta radicalmente com a experiência da escola, frequentemente descrita e observada como um espaço de disciplina, hierarquia rígida e, por vezes, de fracasso. Da mesma forma, opõe-se ao território da rua, espaço de imprevisibilidade, possíveis asneiras, tentações de consumo, violência simbólica ou física, relatada pelos jovens. Esta análise corrobora a tese de Alexandra Castro (2002) sobre a crise do laço social e a fragmentação do espaço público, na qual o projeto se ergue como um antídoto, criando um espaço de sociabilidade. Como afirmou um dos jovens, "aqui não nos sentimos presos e podemos ser quem somos, mesmo que às vezes nos deem na cabeça".

"Gosto muito de estar aqui, como se fosse a minha segunda casa" e que é "um lugar para passar o tempo com outras pessoas, para estar bem, não estar só no telemóvel ou sozinho" (Excerto da entrevista a Daniel, 19 de abril de 2024, em sede do Projeto, Porto). A consistência desta linguagem entre os entrevistados sugere que o projeto preenche uma lacuna importante na vida destes jovens, oferecendo um porto seguro para além

do ambiente familiar tradicional ou da escola. A noção de "família da Praça", como refere Carla, ilustra a coesão do grupo, onde "se desistirmos ou falharmos, continuamos a ser a 'família da Praça'. Estamos sempre lá uns para os outros" (Excerto da entrevista, 10 de maio de 2024, em sede do Projeto, Porto). Este sentimento de pertença é fundamental para o empoderamento social dos jovens, uma vez que se sentem apoiados e integrados num grupo coeso, o que fomenta a sua capacidade de enfrentar desafios e desenvolverem-se coletivamente.

Da mesma forma, opõe-se ao território da rua, espaço de imprevisibilidade, possíveis consumos e violência simbólica ou física. O "Na Praça!" opera, assim, sob uma lógica relacional distinta, que o coordenador resumiu na expressão "aprender através dos afetos e cuidados". Esta dinâmica materializa-se num ambiente onde os jovens se sentem aceites na sua totalidade, podendo estar "inteiros", sem terem de fingir ser quem não são ou esconder partes da sua identidade para se protegerem.

A importância deste espaço seguro transcende em muito a função de ocupação de tempos livres. Ele desempenha um papel crucial no sistema de apoio aos jovens e às famílias. Um espaço com portas abertas, onde "se pode bater", crianças, jovens e até os pais, numa paisagem urbana que, muitas vezes, segrega e exclui. Ele funciona como um suporte socioeducativo vital, uma âncora de estabilidade que mitiga os efeitos da "crise do laço social" (Castro, 2002), criando um espaço público de sociabilidade que contraria a fragmentação comunitária.

Contudo, é crucial problematizar criticamente esta noção. O espaço seguro do "Na Praça!" existe dentro de uma fronteira invisível, mas real, que o separa do exterior. Lá dentro, constrói-se uma certa "bolha protetora" onde os conflitos são mediados e as vulnerabilidades podem ser mostradas. Lá fora, persistem os desafios estruturais inalterados: a segregação territorial, a precariedade económica familiar entre outras questões como o consumo de conteúdos no telemóvel até às dinâmicas de grupo que podem levar a comportamentos de risco. Esta separação levanta questões prementes sobre a transferibilidade das competências e da resiliência ali desenvolvidas para outros contextos da vida dos jovens. Relacionando com a teoria de Loïc Wacquant (2017) sobre as barreiras simbólicas e materiais difíceis de transpor.

A sustentabilidade deste porto seguro é, além disso, constantemente ameaçada por condicionantes estruturais que a investigação identificou. A rotatividade de técnicos, uma realidade comum em projetos de financiamento precário, fragiliza a construção de relações de confiança duradouras. O pouco tempo de intervenção qualificada com cada jovem, resultante da necessidade de gerir uma vasta amplitude etária (dos 6 aos 18 anos) com recursos humanos limitados, é outra limitação severa. A precariedade dos financiamentos de curto prazo põe em causa a própria continuidade do projeto. A grande contradição que aqui se evidencia é que, para muitos jovens, este é o único espaço onde experienciam esta sensação de segurança e pertença, tornando a sua existência tanto mais vital quanto mais precária. Como defendeu o coordenador técnico, “É preciso mais financiamento e tornar isto uma resposta social urgente. Estamos com 'projetinhos' que acabam em 2026. Se isto acabar, vai ser um stress enorme para todas estas crianças” (Excerto da entrevista a Luís, 17 de maio de 2024, em sede do Projeto, Porto).

A atmosfera de segurança e confiança, especialmente em relação à equipa técnica, é um pilar fundamental da perceção dos jovens sobre o projeto. Os entrevistados destacam a capacidade dos técnicos em oferecer apoio emocional e psicológico, funcionando como figuras de referência. Sandra expressa esta relação ao afirmar que os técnicos são “como se fossem uns psicólogos, mas também como se fossem uns pais, cuidando de todos nós” (Excerto da entrevista, 10 de maio de 2024, em sede do Projeto, Porto). Esta dualidade de papéis, entre o profissional e afetivo, demonstra a profundidade do vínculo criado. Tomás partilha uma experiência pessoal, revelando que, num momento de dificuldade, recorreu ao Luís: “Liguei logo para o Luís. O Luís falou que estava aqui no projeto (...) E disse que eu podia vir aqui (...) e falar com ele” (Excerto da entrevista, 20 de abril de 2024, em sede do Projeto, Porto). Este testemunho sublinha a Praça como um espaço de refúgio em situações de vulnerabilidade pessoal, um “sítio seguro”. Contudo, esta responsabilidade relacional e emocional que os técnicos carregam nem sempre é fácil: “Eles procuram-me por tudo. Eles têm problemas na vida deles, eles mandam mensagem... E assustam-me às vezes. Porque eu penso, quem é que eu sou para dar conselhos a estes miúdos? A responsabilidade assusta-me”.

A abertura dos técnicos para ouvir as opiniões dos jovens sobre as atividades é também um ponto de convergência. Maria afirma: "Eles perguntam sempre o que a gente acha, se gostamos, o que podemos melhorar. Acho que isso é muito bom porque dá aos jovens a sensação de que a nossa opinião importa" (Excerto da entrevista, 18 de abril de 2024, em sede do Projeto, Porto). Embora nem sempre participem ativamente na decisão dos temas ou atividades, como menciona o Paulo: "temos espaço, mas acho que não falamos" (Excerto da entrevista, 6 de maio de 2024, em sede do Projeto, Porto), a percepção de que são ouvidos é valorizada. Esta dinâmica está ligada ao conceito de participação, que não se restringe apenas à ação, mas também à voz e à possibilidade de influência.

Neste sentido, os resultados desta investigação permitem-nos reivindicar, com clareza empírica, a necessidade premente de mais e melhores espaços juvenis seguros na cidade. Estes não são um acessório ou um luxo no panorama das políticas públicas; são uma infraestrutura social fundamental para o desenvolvimento saudável, a inclusão social e a construção de capital relacional de uma juventude que, de outra forma, é sistematicamente negligenciada e empurrada para as margens. Negar a importância estratégica destes espaços é ignorar a evidência dos seus impactos tangíveis na vida quotidiana e no bem-estar psicossocial dos jovens, fundamental para garantir que se formam homens e mulheres críticos, participativos na cidadania e na democracia. Esta conclusão ecoa a defesa de Pais (2005) da "cidadania que se cumpre globalmente quando localmente é exercida" e da "magia da cidade" que "vem de baixo", da rua e dos espaços de socialização orgânicos fundamentais para contrariar a segregação.

Para Luís, "O desafio da inovação é fundamental e o maior desafio é não perder esta lógica de participação com eles... Outro dos desafios é ter um espaço nosso. Eu quero muito ter um espaço nosso... era importante as famílias terem casa e nós não temos uma casa" (Excerto da entrevista, 17 de maio de 2024, em sede do Projeto, Porto).

E esta importância do projeto é reconhecida não só pelos jovens, mas também pelas suas famílias e pela comunidade, reforçando a sua relevância social na comunidade. As famílias valorizam o projeto como um espaço seguro e construtivo para os seus filhos, como pude conversar com vários pais no momento em que vinham buscar os filhos ao

projeto. O pai de Paulo, por exemplo, "gosta muito deste projeto, porque sei que o meu filho está seguro e bem acompanhado" (Excerto diário de campo, 18 de maio de 2024) e Daniel relata que os seus avós "gostam que eu venha para aqui, para não ficar sempre preso em casa".

A reputação do projeto como um espaço de cuidado e desenvolvimento é consistente. Sofia refere que a sua família vê a Praça como diferente de outros projetos: "Aqui, eles recebem-nos bem e tratam-nos com muito cuidado. A minha família gosta muito" (Excerto da entrevista, 5 de maio de 2024, em sede do Projeto, Porto). O projeto é percebido como uma alternativa positiva à rua, onde os jovens podem "não andar a fazer asneiras" e, para as crianças, "ajudam nos trabalhos de casa, têm ensinamentos", refere Carla (Excertos da entrevista, 10 de maio de 2024, em sede do Projeto, Porto). Esta perspetiva familiar e comunitária solidifica o papel da Praça como um interveniente de relevo, alinhado com o objetivo de promover o bem-estar e o desenvolvimento dos jovens na comunidade.

Este sentimento é também partilhado pela equipa técnica, como Luís descreve: "A Praça para mim é uma família. É uma família que eu vi crescer desde o início, dou muito de mim a esta família, que eu sinto que faço parte e que faz parte da minha vida, aliás é muito a minha vida neste momento" (Excerto da entrevista, 17 de maio de 2024, em sede do Projeto, Porto).

4.2. Participação – dissociação entre discursos e práticas

O segundo eixo de discussão incide sobre o conceito nuclear da investigação, revelando uma das suas descobertas mais significativas: a clara dissociação entre o discurso programático sobre participação, veiculado pelo Programa Escolhas e incorporado na retórica do próprio "Na Praça!", e a forma como os jovens a entendem, praticam e conceptualizam.

A literatura especializada e os documentos orientadores dos projetos falam uma linguagem de empoderamento, capacitação, voz ativa, cocriação e influência na tomada de decisão. No entanto, o entendimento maioritário entre os jovens entrevistados é significativamente mais modesto, pragmático e situado. Para eles, a participação é,

sobretudo, "estar presente", "fazer atividades" e usufruir da sociabilidade do espaço. Conceitos como "empoderamento" ou "capacitação" surgem como abstratos, distantes do seu léxico cotidiano e não ressoam com a sua experiência imediata. Esta rutura semântica não é inocente; ela reforça subtis, mas poderosas lógicas de infantilização inerentes a uma abordagem *top-down*, onde os adultos (técnicos, financiadores, académicos) definem, a partir de seus quadros de referência, o que é "bom", "libertador" e "participativo" para os jovens, sem que estes se revejam necessariamente ou se apropriem dessas concepções. Esta dissonância semântica ilustra precisamente a crítica de Hugo Cruz (2023) à instrumentalização do conceito de participação.

A observação etnográfica permitiu desvendar como esta dissonância conceptual se traduz numa tensão prática constante e por vezes desconfortável. Por um lado, os jovens demonstram, através de uma leitura atenta dos seus comportamentos, um subtil sentimento de obrigatoriedade em participar e em agradecer a oportunidade, num gesto de gratidão que pode, paradoxalmente, limitar a expressão de uma crítica genuína e construtiva. Por outro, a equipa técnica, sensível a esta dinâmica, tenta conscientemente "aligeirar e tirar o peso" das estruturas formais de participação, tornando-as mais informais, relacionais e integradas no fluxo das atividades. A assembleia semanal é o exemplo paradigmático desta contradição. As minhas anotações etnográficas registaram inúmeros momentos em que os jovens, durante a assembleia, efetivamente exerciam poder de deliberação sobre regras de convivência, planeamento de atividades e processos de avaliação, demonstrando um entendimento prático de processos democráticos. Contudo, no discurso reflexivo das entrevistas, estes mesmos momentos eram frequentemente desvalorizados ("ah, isso é só a assembleia") ou nem sequer mencionados como exemplos de "participação".

Esta intrigante desconexão entre a prática incorporada e a narrativa reflexiva da participação levou-me a um questionamento central: porque é que estes jovens não reconhecem, nomeiam e valorizam a sua própria agência quando ela é exercida? A resposta, sugere a análise, parece residir na profunda desconexão entre as formas de participação promovidas e cultivadas dentro do projeto e os reais circuitos de poder, influência e transformação fora dele. Os jovens podem decidir coletivamente sobre

atividades e essas decisões são, de facto, respeitadas. No entanto, essa experiência concreta de agência não se traduz necessariamente numa percepção de que podem influenciar as decisões que verdadeiramente moldam as suas vidas e o seu futuro, seja nas políticas educativas que os excluem, o mercado de trabalho que os marginaliza, ou a visão do seu próprio futuro. A participação fica, assim, confinada a uma "arena circunscrita" e protegida, uma simulação de poder que, apesar dos seus benefícios relacionais e pedagógicos, acaba por limitar profundamente o seu potencial empoderador ao não estabelecer pontes claras com a esfera política mais vasta. Se aplicarmos a escala de participação cívica de Sherry Arnstein (1969), poderíamos situar esta prática num patamar intermédio de consultoria, onde os jovens são ouvidos, mas o poder final de agenda e decisão estratégica permanece nas mãos dos técnicos, explicando assim a sua desvalorização no discurso sobre efetiva participação.

Uma exceção notável foi o discurso da Maria, uma jovem migrante que explicitamente e com clareza argumentativa demonstrou os benefícios de um lugar como o "Na Praça!" para quem chega de um país diferente, que embora partilhe a mesma língua oficial, não permite uma integração plena na vida social. "A Praça foi um lugar que eu fiz a amizade em primeiro lugar", e onde aprendeu a "comunicar com as pessoas". A sua experiência revela um ganho de independência e superação de medos, afirmando que o projeto ajudou a "integrar-se mais em Portugal e através da arte, no caso do teatro, livrar-se um bocadinho de alguns medos ou de algumas inseguranças que tinha, sobretudo em falar português" (Excertos da entrevista, 18 de abril de 2024, em sede do Projeto, Porto).

Esta análise convida-nos a uma revisão crítica profunda do próprio conceito de participação que orienta as políticas de juventude. Em vez de impor modelos pré-definidos e muitas vezes desenraizados, importa partir de uma escuta genuína das formas de participação que já fazem sentido para os jovens nos seus quotidianos, frequentemente informais, não institucionais, relacionais, culturais e artísticas e construir a partir daí. O grande desafio é criar mecanismos e pontes que liguem a participação dentro do projeto, no âmbito do lúdico e do relacional, com a possibilidade de uma cidadania ativa e de uma intervenção crítica para além dessas paredes, no espaço público mais amplo da cidade, do país, da política e da democracia. Esta

perspetiva alinha-se com a defesa de Pais (2005) por uma abordagem *bottom-up*, de baixo para cima, que valorize outras formas de cidadania cultural que emergem das margens.

Contudo, podemos verificar que a participação no projeto promoveu maior confiança e tratamento de questões relacionadas com o foro social e psicológico/afetivo. Daniel aponta para o projeto como um meio de "ultrapassar os problemas que tenho lá fora" e de sentir "mais controlo sobre os meus sentimentos. Antes era mais sensível, mas agora consigo conversar mais e expressar o que sinto". Esta melhoria na inteligência emocional e na capacidade de comunicação é um aspeto direto do desenvolvimento de capacidades, que se alinha com o conceito de capacitação.

A Praça oferece uma plataforma para os jovens interagirem com diferentes faixas etárias e culturas. Tomás, sendo um dos mais velhos, menciona que "Gosto muito de estar com crianças também, é uma coisa que adoro", e o projeto "tirou-me de casa basicamente", o que o ajudou a sair do isolamento, sobretudo depois da pandemia de Covid-19 (Excertos da entrevista, 20 de abril de 2024, em sede do Projeto, Porto). Sofia destaca que a sua participação no projeto a tornou "uma pessoa mais forte" e a "confiar mais nas pessoas e a não ser mal-educada" (Excertos da entrevista, 5 de maio de 2024, em sede do Projeto, Porto). Sandra, por sua vez, afirma ter aprendido a "respeitar quem trabalha e a pôr-me no meu lugar", e a "lidar com pessoas diferentes", o que é crucial num contexto de diversidade das sociedades contemporâneas (Excertos da entrevista, 10 de maio de 2024, em sede do Projeto, Porto).

Também através das atividades preferidas oferecidas pelo Projeto, que são, normalmente, as atividades mais práticas, desportivas e que promovem a interação e o trabalho em equipa, são as que espelham mais a sua participação. A equipa técnica sente que: "O futsal só faz sentido porque eles querem... Outro dia estavam já todos de um lado para o outro e eu perguntei, mas afinal porque é que vamos fazer isto? Ao que me respondem 'Porque nós quisemos.' E eu, eu juro-te, fiquei mesmo emocionado na altura, porque olhar para ele, o meu trabalho está feito. O meu trabalho é isto, é promover, eles sonharem, construirmos juntos e ajudá-los a tornar estes sonhos

realidade" (Excerto da entrevista a Bruna, 8 de maio de 2024, na Praça da Corujeira, Porto).

Paulo, por exemplo, manifesta a sua preferência por "atividades práticas": "Gosto de ir para fora fazer atividades, coisas alegres. Gosto de dinâmicas, jogos em grupo" (Excerto da entrevista, 6 de maio de 2024, em sede do Projeto, Porto). Sandra gosta de "ir dar passeios fora e fazer coisas diferentes" (Excerto da entrevista, 10 de maio de 2024, em sede do Projeto, Porto), e Sofia salienta o futsal como uma atividade que "dá para relaxar a cabeça e distrair-me" (Excerto da entrevista, 5 de maio de 2024, em sede do Projeto, Porto). Miguel destaca o boxe e o futsal, referindo que no boxe "conseguimos muito controlar a nossa raiva, os nossos sentimentos emocionais e isso" (Excerto da entrevista, 3 de maio de 2024, em sede do Projeto, Porto).

Apesar do reconhecimento das atividades existentes, surge por parte dos jovens um desejo de maior autonomia e poder de decisão na programação das atividades do projeto. Maria, ao ser questionada sobre ter poder de decisão, refere que "se eu quero fazer uma coisa, eu penso, eu falo com eles e eles me ouvem", embora saiba que "são eles que decidem". Sofia, por um lado, valoriza o facto de os jovens não terem total liberdade de decisão, pois "andavam aí à balda, faziam o que queriam e não se entendiam uns com os outros", mas por outro lado, gostou de ter "poder" em escolher o futsal e em participar nas reuniões relacionadas com isso (Excertos da entrevista, 18 de abril de 2024, em sede do Projeto, Porto).

Carla sugere a criação de uma "semana dedicada só aos adolescentes" para discutir temas relevantes para a sua idade, como "Liberdade, sexualidade, namoro, violência", num formato de "conversa entre todos, em que o Luís e a Bruna apenas nos dissessem como as coisas são" (Excertos da entrevista, 10 de maio de 2024, em sede do Projeto, Porto). Esta perspetiva realça a necessidade de um espaço onde os jovens se sintam confortáveis para debater assuntos sensíveis, sem a formalidade de palestras. Como Paulo sugere uma "caixa de sugestões" para "escrever o que gostaríamos de fazer" (Excerto da entrevista, 6 de maio de 2024, em sede do Projeto, Porto).

Estas nuances nas respostas revelam uma tensão entre o desejo de autonomia e a necessidade de estrutura, característica da fase adolescente. A possibilidade de sugerir atividades, de serem ouvidos e de "terem esse poder" de escolha, contribui diretamente para a participação ativa e o empoderamento dos jovens, permitindo-lhes assumir responsabilidades e influenciar diretamente o ambiente do projeto.

4.3. Representações sociais dos jovens sobre o futuro

“Sente-se uma insatisfação, sobretudo dos jovens, perante um mundo que já não oferece nada, só vende!”

José Saramago, Visão (2004)

Este terceiro e último eixo de discussão incide sobre as representações de futuro e o potencial transformador do projeto. Quando confrontados com os seus sonhos, medos e expectativas, os discursos dos jovens revelam horizontes visivelmente condicionados e constrangidos pelas suas condições de classe, pela herança e reprodução familiar e por um contexto socioeconómico de incerteza.

As suas maiores preocupações refletem um mal-estar geracional amplificado pela sua posição social: o medo da guerra, da precariedade económica, da violência urbana, do desemprego e de um futuro geralmente percebido como incerto e ameaçador. Percebe-se que, mesmo num espaço de alegria, acolhimento e certa proteção como o “Na Praça!”, a consciência de um futuro frágil e ameaçado está sempre presente, pairando como um pano de fundo sobre as suas vivências quotidianas. Esta perceção é brutalmente reforçada pelas suas aspirações profissionais, onde predominam trajetórias vocacionais e de curta duração (mecânica, estética, etc.) e onde apenas dois jovens vislumbram a possibilidade, ainda que ténue, de frequentar o ensino universitário. Este panorama é um claro indicador de reprodução social das desigualdades, onde o capital cultural, económico e social familiar continua a ditar, em grande medida, o leque de possibilidades percecionadas.

Crucialmente, os jovens tendem a expressar, de forma mais ou menos explícita, um sentimento generalizado de que "ninguém quer saber da opinião deles" sobre os grandes temas que estruturam a sociedade. Esta profunda perceção de invisibilidade

política, de falta de agência e de irrelevância no mundo adulto das decisões, contrasta violentamente com o espaço de voz, escuta e valorização que lhes é concedido dentro do projeto. É precisamente nesta fricção que reside um dos papéis mais cruciais e ambíguos do “Na Praça!”: ele funciona como o "único espaço onde podem ser outra coisa", onde não estão limitados pelas expectativas baixas, pelos estigmas e pelos rótulos que a sociedade lhes atribui. O projeto oferece um intervalo, uma suspensão temporária na reprodução das trajetórias previsíveis, permitindo-lhes experimentar identidades diferentes, desenvolver competências sociais, criativas, de comunicação, de trabalho em equipa e construir autoconfiança, alargando os seus horizontes de possibilidade e o seu sentido de autoeficácia.

No entanto, o potencial transformador do projeto esbarra na sua própria escala diminuta e nos seus limites operacionais intrínsecos. Os próprios jovens identificam com lucidez esta limitação, referindo nas entrevistas que o projeto é "pouco", poucas horas de abertura, poucos técnicos para tantos jovens, poucos recursos financeiros, pouca capacidade de resposta para fazer face à enormidade e complexidade dos desafios que eles e as suas comunidades enfrentam. A transformação social almejada pelas diretrizes do Programa Escolhas exige uma intervenção mais ousada, estrutural, intersectorial e prolongada no tempo, que um único projeto, por mais bem-intencionado que seja, não pode sustentar sozinho.

Assim, a reflexão inicial de Saramago traduz com força a percepção de desencanto que atravessa a geração aqui também em representação. Um mal-estar profundo face ao futuro, onde se apresentam horizontes estreitos, marcado pela incerteza, pelo medo da guerra e da precariedade, sonhos condicionados. O mundo só lhes oferece, “vende” precariedade, dificuldade em ter uma habitação e um bom trabalho para sustentar a família e há poucos espaços que não sejam só para o consumo, como os centros comerciais, que sejam espaços para jovens, onde se podem reinventar possibilidades e experimentar formas alternativas de ser e de estar.

O projeto, portanto, opera numa tensão constitutiva e incontornável: é simultaneamente um potente catalisador de mudança a nível individual, relacional e comunitário imediato e um recurso claramente insuficiente e desproporcionado para

gerar transformação estrutural. O seu verdadeiro impacto talvez não resida em alterar drasticamente os destinos de classe destes jovens, uma ambição provavelmente ingênua face à força dos mecanismos de reprodução social, mas sim em fortalecê-los com ferramentas relacionais, emocionais e críticas para navegarem num futuro incerto e adverso com maior resiliência, autonomia e sentido de comunidade. O projeto planta sementes de possibilidade e dignidade num solo marcado pelo constrangimento estrutural, lembrando-nos que a transformação social começa pela transformação do próprio e pela criação de comunidades de apoio e de cuidado que desafiam, local e quotidianamente, a lógica implacável da exclusão, mas talvez também se esteja a cair na crítica de Raposo (2022) e Wetering (2023) aos programas de juventude que, sob este discurso emancipatório, não vai alterar substancialmente as situações, vai colocar os jovens como detentores de ferramentas para a transformação, mas será que se vai quebrar o ciclo de reprodução de problemas e desigualdades?

Em conclusão, esta discussão tripartida permite uma compreensão crítica da experiência dos jovens no “Na Praça!”. O projeto destaca-se fundamentalmente como um espaço de refúgio, pertença e contra narrativa identitária, um antídoto crucial contra a segregação territorial e a invisibilidade. Contudo, os seus mecanismos de participação, embora bem-intencionados e por vezes eficazes a um nível micro, revelam uma dissonância profunda com as concepções dos jovens, permanecendo muitas vezes confinados a uma arena circunscrita que, ao não se conectar com esferas mais amplas de poder, limita o seu potencial empoderador. Finalmente, face ao futuro, o projeto atua mais como um amortecedor dos impactos da desigualdade e um promotor de resiliência individual e comunitária do que como um motor de mudança estrutural, evidenciando a desproporção entre a escala dos problemas e a dos recursos disponíveis.

Esta análise evidencia a complexidade e a ambiguidade de intervir em contextos de exclusão multidimensional, sugerindo que o caminho a seguir não passa por abandonar estes projetos, que são, provavelmente, mais necessários do que nunca, mas antes por reforçá-los significativamente do ponto de vista político e financeiro, garantindo equipas estáveis, intervenções de longo prazo e uma articulação mais efetiva com outras políticas públicas. Paralelamente, é imperativo repensar criticamente os seus modelos

de participação, tornando-os mais genuínos, significativos, culturalmente relevantes e articulados com uma agenda mais ampla de justiça social e de agência juvenil. Só assim poderão estes espaços cumprir plenamente o seu potencial duplo: o de serem portos seguros indispensáveis no presente, e o de se tornarem, verdadeiramente, rampas de lançamento para futuros mais dignos, plenos e democraticamente vividos.

5. Conclusões

Voltando à questão inicial que motivou este trabalho - De que forma os jovens envolvidos no projeto “Na Praça!” experienciam e percebem a sua participação?”, é agora possível afirmar que a resposta é, antes de tudo, complexa.

Importa, por isso, regressar aos objetivos da investigação para entender a relação com as respostas obtidas no trabalho de campo:

A análise das dinâmicas de participação juvenil no projeto revelou que esta é interpretada pela maioria dos jovens de forma pragmática e situada, primariamente como "estar presente" ou "execução de atividades". As dinâmicas participativas existem, nomeadamente nas Assembleias Semanais (Galas do Big na Praça), onde os jovens exercem, na prática, momentos de deliberação democrática. Contudo, esta participação é marcadamente situada tanto espacial como temporalmente, contribuindo para uma reflexão futura acerca do potencial empoderador do projeto para o confronto destes jovens com outras esferas e dinâmicas de poder.

Acerca do segundo objetivo, que passou pela compreensão das motivações e expectativas dos jovens, identificou-se um sentimento de pertença por parte dos jovens, relacionando o Na Praça! a um "espaço seguro" e uma "segunda casa" ou "família". As motivações para a frequência transcendem as atividades específicas (como a arte, cultura ou desporto) e centram-se na lógica relacional baseada nos afetos e no cuidado proporcionados pela equipa técnica e na oportunidade de construção de redes sociais e de pertença com outros participantes.

Os discursos dos técnicos permitem identificar os principais desafios enfrentados na promoção da participação, sendo possível cruzar com alguns aspetos que os jovens denunciam como menos positivos. Ou seja, os desafios não se encontram apenas na mobilização dos jovens, mas sim nas condicionantes estruturais que limitam o potencial de intervenção, já que falamos de um número significativo de jovens com assiduidade regular. Os desafios identificados incluem a precariedade e os financiamentos curtos, que fragilizam a estabilidade das equipas (rotatividade de técnicos), bem como a escala diminuta do projeto face à enormidade e complexidade dos desafios sociais. A título de

exemplo, regista-se a dificuldade de gerir a vasta amplitude etária (dos 6 aos 18 anos) com recursos humanos e materiais limitados, o que requer arranjos constantes do espaço e impede a divisão ideal entre grupos mais novos e mais velhos.

Apesar disso, convocados a refletir sobre o impacto da participação no desenvolvimento pessoal e social dos jovens, foi possível identificar que o projeto promoveu ganhos significativos a nível individual e relacional. O Na Praça! atua como um amortecedor crucial contra os estigmas e as desigualdades, fortalecendo os jovens com ferramentas de resiliência, autonomia e sentido de comunidade. Os jovens relatam ter desenvolvido competências sociais (saber trabalhar em grupo), criativas e, sobretudo, emocionais e de comunicação ("ganhar mais controlo sobre os sentimentos", "perder a vergonha de falar em público"). O projeto pode revelar-se também como uma mais-valia para a integração de jovens migrantes, já que se destacou um caso particular onde o Na Praça! foi descrito como um espaço fundamental para a integração.

O Na Praça! desempenha um papel central na construção de capital social e simbólico dos jovens. No entanto, o seu papel na promoção da cidadania ativa é limitado. Embora o projeto estimule a cidadania interna (nas assembleias e em pequenos projetos de voluntariado), a desconexão com os circuitos de poder externos faz com que os jovens não sintam de forma completa o poder efetivo que a sua participação pode gerar na sociedade. O potencial emancipatório existe, mas a sua sustentação requer um reforço de estratégias que liguem o micro ao macro.

Em todo o caso, através da semi-imersão realizada no Na Praça!, assim como pela análise narrativa das vozes dos jovens, a investigação permitiu chegar a três conclusões centrais, que se reforçam e complementam mutuamente:

5.1. Projeto como segunda casa: efeito “Na Praça!”

Em primeiro lugar, reafirma-se de forma clara que a principal conquista e o significado mais profundo do “Na Praça!” reside na sua função de espaço seguro. O projeto configura-se não como um mero equipamento social, mas como um porto de abrigo fundamental, um antídoto contra a segregação e a invisibilidade. É um espaço distinto da escola e da rua, onde numa lógica relacional baseada nos afetos e no cuidado permite

aos jovens sentirem-se aceites na sua integralidade - é o efeito “Na Praça!”. Esta casa, no entanto, é precária devido a condicionantes como a rotatividade de técnicos e financiamentos curtos, deixando as suas potencialidades e eficácia limitada pela dificuldade em transferir para o exterior a resiliência nela construída, assim como pelo facto de ser um espaço partilhado para outras atividade (centro de dia para séniores), não permite o arranjar do espaço para um lugar mais acolhedor para os jovens, necessitando de arrumação e arranjos constantes, além de não permitir a divisão entre um grupo de mais novos e mais velhos.

5.2. As encruzilhadas no caminho para a participação juvenil

Em segundo lugar, identificou-se uma dissociação crítica entre o discurso programático da participação e a experiência vivida pelos jovens. Enquanto a retórica institucional fala em empoderamento e cocriação, o entendimento maioritário dos jovens é mais pragmático: participação é "estar presente" e "dar opiniões". Esta dissonância revela a perpetuação de lógicas de infantilização, onde os modelos são definidos de cima para baixo. A assembleia semanal é o exemplo paradigmático: nela os jovens exercem, na prática, momentos de deliberação democrática, mas falham em reconhecer e narrar essas experiências como formas de participação válida, pois estas não se conectam com esferas de poder reais fora do projeto. A participação, assim, tende a ficar confinada a uma arena circunscrita, limitando o seu potencial transformador.

5.3. O efeito “Na Praça!” não supera todos os obstáculos

Em terceiro lugar, a análise das perceções de futuro revela horizontes condicionados pela sensação de desesperança e pelo foco na praticidade. As aspirações profissionais são maioritariamente vocacionais, reproduzindo trajetórias sociais e o sentimento de que "ninguém quer saber da sua opinião" sobre o rumo da sociedade é generalizado. Perante isto, o projeto atua como um amortecedor crucial, um espaço onde os jovens podem "ser outra coisa" e desenvolver competências de resiliência. Contudo, o seu impacto, ainda que significativo a nível individual e relacional, é insuficiente para alterar, por si só, os determinismos estruturais que condicionam os seus futuros. O projeto mitiga efeitos, mas não transforma causas.

Recomendações e pistas de investigação para o futuro

Com base nestas conclusões, é possível formular um conjunto de recomendações concretas dirigidas a decisores políticos, técnicos de intervenção social e entidades gestoras de programas como o Escolhas.

Apostar na criação e consolidação de espaços seguros autónomos e com autonomia financeira. Espaços como o “Na Praça!” não são um luxo, são uma necessidade social urgente, sendo necessário promover e financiar uma rede de espaços juvenis autónomos, que não se confundam com a escola ou com ATL’s. Estes espaços devem privilegiar a livre circulação, o brincar, o ócio criativo e o contacto entre pares, tal como foi observado nos próprios jovens que, nestes contextos, mostram-se menos propensos ao uso do telemóvel, privilegiando a interação real.

Garantir financiamento plurianual e estável que permita a consolidação de equipas técnicas e o desenvolvimento de projetos de longo prazo, ultrapassando a lógica precária de projetos anuais/bienais. Os municípios e as freguesias devem ter a autonomia e os recursos financeiros para poder cofinanciar e estabilizar estes projetos, assegurando a sua sustentabilidade para além dos ciclos de financiamento nacionais. Explorar modelos de autogestão comunitária, onde a participação dos jovens na governança do espaço (orçamento, regras, programação) seja real e substantiva, aumentando o seu sentimento de pertença e corresponsabilização.

Repensar as estratégias de participação: da retórica à prática significativa - o discurso da participação apesar da boa vontade, não cresce nos seus beneficiários; eles não acreditam nele porque ele não se corporiza de forma tangível e significativa. É necessário abandonar modelos formais e excessivamente estruturados de participação que são mais uma imposição adulta do que uma resposta às necessidades e linguagens juvenis. Em vez de assembleias com formatos rígidos, privilegiar processos deliberativos informais, integrados em atividades (conversas durante uma atividade, debates após um filme), que são percebidos como mais genuínos, tal como o “Na Praça!” faz, ao trazer o modelo do programa de televisão “*Big Brother*”, programa assistido por muitos nas suas casas, para uma lógica de participação e recompensa pela participação. Retirar a

autoridade e fomentar a co-responsabilização real. Isto significa que os técnicos devem assumir um papel de facilitadores e não de diretores, criando condições para que os jovens tomem decisões com consequências reais (mesmo que isso implique cometer erros). Isto promove uma participação voluntária e autónoma, e não uma participação "para agradar" ou por obrigação. Ligar a participação interna a causas e questões externas que façam sentido no universo dos jovens. Se a participação no projeto se circunscrever a decidir sobre as suas próprias atividades, o seu impacto será sempre limitado. É crucial abrir janelas de oportunidade para que os jovens usem a sua voz coletiva para intervir em questões da comunidade mais alargada (ex.: melhorar um parque, organizar um evento cultural no bairro), criando pontes entre a agência exercida no espaço seguro e uma cidadania ativa no espaço público.

Esta investigação não revela uma história de sucesso absoluto nem de fracasso, mas sim a história complexa e realista de uma tentativa valiosa de criar um espaço de dignidade e possibilidade num contexto de profunda desigualdade. O “Na Praça!” é, acima de tudo, um testemunho da resiliência dos jovens e da dedicação dos técnicos. As suas limitações são, em grande medida, os sintomas das limitações das nossas políticas sociais: fragmentadas, precárias e por vezes desconectadas da vida real daqueles a quem se destinam.

Conclui-se, portanto, que o caminho para uma participação juvenil significativa não passa por mais retórica ou por impor modelos idealizados. Passa antes pela escuta dos jovens, por valorizar e financiar os espaços seguros que eles próprios elegem como importantes, e por ter a humildade de repensar as nossas práticas para que a participação deixe de ser uma palavra bonita num relatório e se torne uma experiência tangível de poder, pertença e transformação na vida destes jovens. O seu futuro, e o futuro de uma sociedade mais coesa e justa, depende desta aposta clara e corajosa.

Por fim, deixo uma nota metodológica sobre o compromisso ético que assumi com os jovens e a equipa técnica de devolver os resultados de investigação, assim como garantir os seus direitos. Apesar de terem estado sempre informados sobre a minha presença e os interesses da investigação, até porque se deu um envolvimento psicoafetivo bastante grande entre todos, fundamental para o sucesso da pesquisa, há a necessidade de fazer

cumprir este compromisso de retorno ao projeto, com devolução da forma que puder ser útil de tudo aquilo que por eles me foi dado - “social research requires ethical consideration at all stages” (David & Sutton, 2004, p. 81).

Para além das recomendações práticas anteriormente elencadas, esta investigação abre caminho a várias linhas de investigação futura: 1) um estudo longitudinal – que acompanhasse as trajetórias de vida destes jovens a médio e longo prazo, para aferir de que modo a passagem pelo projeto influenciou efetivamente as suas transições para a vida adulta, o seu percurso profissional ou a sua participação cívica; 2) uma análise comparativa, com outros projetos semelhantes, noutros lugares, que permitisse identificar mais boas práticas transferíveis, ou fragilidades noutros projetos que o Na Praça! consegue mitigar de forma mais eficaz; 3) um projeto de investigação-ação que acompanhasse de perto estes jovens e pudesse conceber e implementar estratégias concretas para ligar a participação interna do projeto a instâncias externas de decisão, baseadas nos interesses dos jovens.

Referências Bibliográficas

- Abrantes, P., Roldão, C., Amaral, P., & Mauritti, R. (2013). Born to fail? Some lessons from a national programme to improve education in poor districts. *International Studies in Sociology of Education*, 23(1), 17-38. <https://doi.org/10.1080/09620214.2013.770206>
- Albarello, L., Digneffe, F., Hiernaux, J.-P., Maroy, C., Ruquoy, D., & Saint-Georges, P. de. (1997). *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais*. Gradiva.
- Alves, A. R. (2013). Para uma compreensão da segregação residencial: O Plano Especial de Realojamento e o (anti-)racismo [Dissertação de Mestrado]. Universidade Nova de Lisboa.
- Andrade, L. T. de, & Baptista, L. V. (2015). Espaços públicos: Interações, apropriações e conflitos. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 29, 129–146.
- Arnstein, S. R. (1969). A ladder of citizen participation. *Journal of the American Institute of Planners*, 35(4), 216–224. <https://doi.org/10.1080/01944366908977225>
- Associação Portuguesa de Sociologia. (1992). Código Deontológico. Disponível em: <https://aps.pt/codigo-deontologico/>
- Barbosa, I., Rodrigues, A., & Mendes, T. (2015). Cidadania em tempos de crise: Experiências de aprendizagem na ação coletiva e em contexto associativo. *Journal of Studies in Citizenship and Sustainability*, 1, 48–66. <http://civemorum.com.pt>
- Bauman, Z. (2001). Identity in the globalising world. *Social Anthropology*, 9(2), 121-129.
- Beck, U. (2001). Freedom's children. In U. Beck & E. Beck-Gensheim (Eds.), *Individualisation* (pp. 156–171). Sage.
- Blackman, S. (2005). Youth subcultural theory: A critical engagement with the concept, its origins and politics, from the Chicago School to postmodernism. *Journal of Youth Studies*, 8(1), 1-20. <https://doi.org/10.1080/13676260500063629>

Boghossian, C. O., & Minayo, M. C. de S. (2009). Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos. *Saúde e Sociedade*, 18(3), 411–423. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902009000300006>

Burawoy, M. (2009). Cultivando sociologias públicas nos terrenos nacional, regional e global. *Revista Sociologia Política*, 17(34), 219–230.

Câmara Municipal do Porto. (2023). Plano de Urbanização de Campanhã. Disponível em: <https://portaldomunicpe.cm-porto.pt/pt/-/plano-de-urbaniza%C3%A7%C3%A3o-de-campanh%C3%A3>

Campos, R., & Sarrouy, A. (2020). Juventude, criatividade e agência política. *Revista TOMO*, 37, 7–42. <https://doi.org/10.21669/tomo.vi37.13371>

Carrano, P. (2012). A participação social e política de jovens no Brasil: Considerações sobre estudos recentes. *O Social em Questão*, 27, 83–99. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Castro, A. (2002). Espaços públicos, coexistência social e civilidade: Contributos para uma reflexão sobre os espaços públicos urbanos. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 5, 53–67.

Cohen, S. (1999). Moral panics and folk concepts. *Paedagogica Historica*, 35(3), 585–591.

Constituição da República Portuguesa. (2005). Artigo 70.º. Assembleia da República. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Legislacao/paginas/constituicaorepublicaportuguesa.aspx>

Costa, A. C. G. (1999). O adolescente como protagonista. *Cadernos Juventude, Saúde e Desenvolvimento*, 1, 75–79.

Costa, A. C. G. (2000). Protagonismo juvenil: Adolescência, educação e participação democrática. Fundação Odebrecht.

Costa, A. F. da. (1999). Sociedade de bairro: Dinâmicas sociais de identidade. Celta Editora.

Creswell, J. W. (1994). *Research design: Qualitative & quantitative approaches*. Sage Publications.

Cruz, H. (2023). Participação e cidadania: O caso das práticas artísticas participativas e comunitárias. *Cadernos IS-UP – Cadernos do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto*, 4, 12–19. <https://doi.org/10.21747/2975-8033/cad4a2>

David, M., & Sutton, C. (2004). *Social research: The basics*. Sage.

Fernandes, L. (2002). Um diário de campo nos territórios psicotrópicos: As facetas da escrita etnográfica. In T. H. Caria (Ed.), *Experiências etnográficas em ciências sociais* (pp. 150–159). Afrontamento.

Fernandes, J. L. (1995). O sítio das drogas: Etnografia urbana dos territórios psicotrópicos.

Ferreira, V. S. (Ed.). (2020). *Youth Studies and Generations: Values, Practices and Discourses on Generations*. MDPI. <https://doi.org/10.3390/books978-3-03928-327-9>

Ferro, L., & de Sá Gonçalves, R. (2018). Etnografias urbanas: Explorando as cidades contemporâneas – introdução. *Etnográfica*, 22(2). <https://doi.org/10.4000/etnografica.5360>

Flick, U. (2002). Qualitative research - state of the art. *Social Science Information*, 41(1), 5–24.

Foracchi, M. (1977). *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. Companhia Editora Nacional.

Freire Filho, J. (2005). Das subculturas às pós-subculturas juvenis: música, estilo e ativismo político. *Contemporanea | Revista de Comunicação e Cultura (PósCom-UFBA)*, 3(1). <https://doi.org/10.9771/contemporanea.v3i1.3451>

Freire, P. (1989). *A importância do ato de ler*. Cortez.

Garcia, A. D., Macedo, E., & Queirós, J. (2019). Routes of construction of knowledge, expression and participation: How do young people (re)create citizenship? *Praxis Educativa*, 14(3), 1230–1250.

Garcia, A. D., Macedo, E., & Queirós, J. (2023). "If I had power, I would stop injustices in the world": Photovoice's experiences with young people from disadvantaged urban communities. *Community Development*, 1-18.

Geertz, C. (1989). *A interpretação das culturas* (R. C. de S. e Silva, Trad.). LTC.

Giddens, A. (2002). *Modernidade e identidade*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.

Goldman, M. (2006). Alteridade e experiência: antropologia e teoria etnográfica. *Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, 10(1), 159-173. <https://doi.org/10.4000/etnografica.3012>

Guerra, P. (2000). Recomposição espacial e social do tecido urbano portuense: O bairro Cerco do Porto enquanto espaço de análise. In *Atas do III Congresso Português de Sociologia: Práticas e Processos de Mudança Social*. Associação Portuguesa de Sociologia.

Guerra, P. (2002). *A cidade na encruzilhada do urbano – Algumas modalidades de relação e um estudo de caso acerca do processo de recomposição social e espacial do tecido urbano portuense na década de 90 [Tese de mestrado]*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Guerra, P. (2012). Da exclusão social à inclusão social: Eixos de uma mudança paradigmática. *Revista Angolana de Sociologia*, 10, 91–110.

Guerra, P. (2017). O Bairro do Cerco do Porto: Cenário de pertenças, de afetividade e de simbologias. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 12, 65-144. <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2493>

Guerra, P. (2022). Romper com a fragilidade: Do bairro para o mundo. *CesContexto Debates*, 32, 36-50. <https://hdl.handle.net/10216/141393>

Guerra, P., & Quintela, P. (2016). Culturas urbanas e sociabilidades juvenis contemporâneas: Um (breve) roteiro teórico. *Revista de Ciências Sociais*, 47(1), 193–217. <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/21200>

Harvey, D. (2012). O direito à cidade. *Lutas Sociais*, 29, 73–89. <https://doi.org/10.23925/lis.v0i29.18497>

Instituto Nacional de Estatística. (2021). Censos 2021 [Conjunto de dados]. Disponível em:

https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos21_dados_finais&xpid=CENSOS21&lang=pt

Instituto Português do Desporto e Juventude. (2025). Programa Escolhas. Disponível em: <https://ipdj.gov.pt/programa-escolhas>

Le Borgne, S. (2023). Re-scaling territorial stigmatization: The construction and negotiation of ‘declining medium-sized cities’ as a stigmatizing imaginary in France. *International Journal of Urban and Regional Research*, 47(6), 975-994. <https://doi.org/10.1111/1468-2427.13206>

Lincoln, Y. S., & Denzin, N. K. (1998). *Strategies of qualitative inquiry*. Sage.

Malafaia, C., Neves, T., & Menezes, I. (2021). The Gap Between Youth and Politics: Youngsters Outside the Regular School System Assessing the Conditions for Be(com)ing Political Subjects. *YOUNG*, 29(5), 437-455. <https://doi.org/10.1177/1103308820987996>

Malafaia, C., Ferreira, P. D., & Menezes, I. (2021). Democratic citizenship-in-the-making: Dis/engagement profiles of Portuguese youth. *Frontiers in Political Science*, 3. <https://doi.org/10.3389/fpos.2021.743428>

Mannheim, K. (1973). Funções das gerações novas. In L. Pereira & M. Foracchi (Orgs.), *Educação e sociedade* (pp. 91–97). Companhia Editora Nacional.

Martins, J. C., & Campos, R. (2024). Jovens ativistas e partidos políticos: Convergências e divergências. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 104, 69–88. <https://doi.org/10.7458/SPP202410428820>

Menezes, I. (2011). Da (inter)acção como alma da política: Para uma crítica da retórica “participatória” nos discursos sobre jovens. In J. M. Pais, R. Ben-dit, & V. S. Ferreira (Orgs.), *Jovens e rumos* (pp. 333–354). Imprensa de Ciências Sociais. https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10451/38167/1/ICS_JMPais_Jovens.pdf

Oliveira, H. S., & Oliveira, E. F. R. (2019). Juventudes, periferias e o debate teórico acerca dessa temática no campo da educação. *Ensaio Filosóficos*, 19, 37–54.

Pais, J. M. (1990). A construção sociológica da juventude - alguns contributos. *Análise Social*, 25(105-106), 139–165.

Pais, J. M. (2003). *Culturas juvenis*. Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Pais, J. M. (2005). Jovens e cidadania. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 49, 53–70.

Pappámikail, L. (2010). Juventude(s), autonomia e Sociologia: Questionando conceitos a partir do debate acerca das transições para a vida adulta. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 20, 395–410.

Pereira, B. (2018). Urban distinctions: Class, culture and sociability in the city of Porto. *International Journal of Urban and Regional Research*, 42(1), 126–137. <https://doi.org/10.1111/1468-2427.12532>

Pericreativity. (2023–2026). *Peripheral Creativities: Youth, Art and Public Policies in Segregated Territories* [Projeto de investigação - 10.54499/2022.08993.PTDC]. Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Disponível em: <https://Pericreativity.iscte-iul.pt/pt/>

Porto quer modernizar Campanhã à boleia da alta velocidade. (2023, fevereiro 2). *Expresso*. Disponível em: https://expresso.pt/economia/economia_imobiliario/2023-02-02-Porto-quer-modernizar-Campanha-a-boleia-da-alta-velocidade-2f499679

Putnam, R. (2000). Bowling alone: America's declining social capital. In L. Crothers & C. Lockhart (Eds.), *Culture and politics* (pp. 223–234). Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1007/978-1-349-62397-6_12

Queirós, J. (2022). Efeitos de lugar, (in)ação do Estado e dissolução da vida comunitária num bairro do Porto. *Configurações. Revista Ciências Sociais*, 29, 15–38. <https://doi.org/10.4000/configuracoes.15064>

Queiróz, M., & Gros, M. (2002). Ser jovem num bairro de habitação social: Especificidades dos processos de transição para a vida adulta. *Campo das Letras*.

Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais* (2.^a ed.). Gradiva.

- Raposo, O. (2022). The art of governing youth: Empowerment, protagonism, and citizen participation. *Social Inclusion*, 10(2), 95–105. <https://doi.org/10.17645/si.v10i2.5080>
- Roldão, C. (2013). Educação não formal no sucesso escolar das classes populares. In J. A. Palhares & A. J. Afonso (Orgs.), *O não-formal e o informal em educação: Centralidades e periferias. Atas do I colóquio internacional de ciências sociais da educação / III encontro de sociologia da educação* (Vol. 1, pp. 150–159). Centro de Investigação em Educação, Universidade do Minho. <https://hdl.handle.net/1822/37711>
- Saramago, J. (2004). Citação publicada na revista *Visão*.
- Schmidt, C. (2004). The analysis of semi-structured interviews. In U. Flick, E. von Kardoff, & I. Steinke (Eds.), *A companion to qualitative research* (pp. 253–258). Sage.
- Scott, S. (2009). *Making sense of everyday life*. Polity Press.
- Silva, A. H., & Fossá, M. I. (2015). Análise de conteúdo: Exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. *Qualit@s Revista Eletrônica*, 16(1), 1–14.
- Singly, F. d. (2005). “Las formas de terminar y de no terminar la juventud”. In S. Gaviria (Ed.), *Autonomía de la juventud en Europa* (pp. 111-121). INJUVE. https://www.researchgate.net/publication/28110318_Las_formas_de_terminar_y_de_no_terminar_la_juventud
- Sociedade Portuguesa de Inovação. (2018). R02. Caracterização e Diagnóstico: Definição da Operação de Reabilitação Urbana, de tipo sistemático, para o território a delimitar como Área de Reabilitação Urbana da Corujeira (Relatório No. PR-02981). Câmara Municipal do Porto. Disponível em: https://portaldomunicpe.cm-porto.pt/documents/20122/258663/R01_0Relat%C3%B3rio_caracteriza%C3%A7%C3%A3o_diagn%C3%B3stico.pdf/1499d71e-b894-addd-aac6-c1e86a101948?t=1611232836106
- Sposito, M. T. (2000). Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação. *Revista Brasileira de Educação*, (13), 73-94. <http://ensinosociologia.milharal.org/files/2010/09/Sposito2000.pdf>

Velho, G. (1987). Observando o familiar. In *Individualismo e cultura: Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea* (pp. 123–132). Jorge Zahar.

Wacquant, L. (2004). Que é gueto? Construindo um conceito sociológico. *Revista de Sociologia e Política*, 23, 155–164. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782004000200014>

Wacquant, L. (2017). A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 16, 27–39. <https://ojs.letras.up.pt/ojs/index.php/Sociologia/article/view/2365>

Weber, F. (1995). L’ethnographie armée par les statistiques. *Enquête*, 1, 153–165. <https://doi.org/10.4000/enquete.272>

Wetering, S. (2023). Facilitating citizen participation in marginalised neighbourhoods: Selective empowerment in between vulnerability and active citizenship. *Local Government Studies*, 50(3), 498–520.

Woodman, D., & Bennett, A. (2015). *Youth cultures, transitions, and generations*. Palgrave Macmillan.

Anexos

Anexo 1 - Guião entrevista jovens

Apresentação sobre o propósito da entrevista, esclarecer o uso dos dados e afirmação da confidencialidade e voluntariedade da sua participação.

Identificação

- Quantos anos tens?
- Qual é o género com que te identificas?
- Onde nasceste?
- De onde és?
- Onde vives atualmente? Com quem? Como é a vossa casa?
- Como é viver em Campanhã? O que mais e menos gostas?
- O que é que os teus pais/encarregados de educação fazem?
- Têm alguma prática ou costume que consideras importante no teu dia - dia em família?

Escolaridade

- Estás em que ano/curso? Em que escola?
- Gostas da escola? Porquê?
- O que é que queres fazer quando acabares a escola? Que profissão gostavas de ter?

Uso do tempo livre

- O que é que mais gostas de fazer nos teus tempos livres?
- Como é o teu grupo de amigos? O que é que costumam fazer?
- Participas em alguma atividade artística ou cultural ou estás em alguma associação cultural/artística ou noutro Projeto? Praticas algum desporto?

Experiência no Projeto Escolhas/Na Praça

- Quando é que começaste a vir para A Praça? Porque é que vieste?
- Quais são as atividades do projeto que mais gostas e porquê?

- Quais são as atividades do projeto que menos gostas e porquê?
- O que é que te motiva a continuar a participar nas atividades propostas pelo Projeto?
- Como são as tuas relações com os outros participantes do Projeto? Têm um bom relacionamento? Porquê?
- Como é a tua relação com os técnicos do Projeto? Sentes que és ouvido/a e apoiado/a? Tens espaço para expressar preocupações ou pedir ajuda à equipa técnica quando necessário?
- Como descreves este espaço?
- O que é que significa para ti A Praça?
- O que é que achas que a tua família, comunidade, o bairro, a escola e Campanhã, acha do Projeto? Porque é importante?

Participação e Empoderamento/Capacitação

- Achas que as atividades do Na Praça podem contribuir para esses aspetos da tua vida? Porquê? Em que medida?
- Lembras-te de alguma experiência específica de participação em que desenvolveram essas competências? Quais? Sentiste que tiveste/tiveram poder de decisão, responsabilidade..., por exemplo? O que sentiste ao ter essa participação?
- Como vês o papel dos jovens dentro das atividades do Projeto? Sentes que têm voz e influência?
- O que é que entendes por participação? Já ouviste falar deste termo? E empoderamento/capacitação juvenil?

(Explicar, se necessário)

- O que achas que era importante para melhorar as atividades do Projeto e torná-lo mais envolvente/cativante para vocês? O que é que não fazem e que gostavas que fosse abordado no projeto?

Assembleias

- O que achas do formato das semanas temáticas e das galas semanais?
- Em relação à avaliação que é feita, o que achas do formato? O que mudarias?
- Que sentimentos tens em relação a essa atividade?
- O que é que mudou na tua vida depois de participar no projeto?
- A participação nas Assembleias fez-te participar mais noutros contextos? Quais?

(Se não for às assembleias)

- Porque optas por não participar nessa atividade?

Perceções sobre a Sociedade e o Futuro

- Quais são as tuas maiores preocupações em relação à sociedade atual? Sentes que tens oportunidades para fazer a diferença?
- Como imaginas o futuro e o papel dos jovens na comunidade?
- O que é que esperas do futuro? Como é que achas que vai ser a tua vida no futuro? E como é que gostavas que fosse?

Anexo 2 - Guião entrevista dinamizadora comunitária

Apresentação sobre o propósito da entrevista, esclarecer o uso dos dados da entrevista e afirmação da confidencialidade e voluntariedade da participação.

Identificação

- Quantos anos tens?
- Qual é o género com que te identificas?
- Onde nasceste?
- Onde vives atualmente? Com quem? Como é a vossa casa?
- Como é viver em Campanhã? O que mais e menos gostas?
- O que é que os teus pais/encarregados de educação fazem?
- Têm alguma prática ou costume que consideras importante no teu dia - dia em família?

Escolaridade

- Estás em que ano/curso? Em que escola?
- Gostas da escola? Porquê?
- O que é que queres fazer quando acabares a escola? Que profissão gostavas de ter? Porquê?

Uso do tempo livre

- O que é que mais gostas de fazer nos teus tempos livres?
- Como é o teu grupo de amigos? O que é que costumam fazer?
- Fazes algum desporto ou estás em alguma associação cultural ou noutro Projeto?

Experiência no Programa Escolhas

- Estiveste em algum Programa Escolhas ao longo da tua vida? Qual? Quando é que começaste a ir? Porque é que foste?
- Quais eram as atividades do projeto que mais gostavas e porquê?
- Quais eram as atividades do projeto que menos gostavas e porquê?

- Até quando participaste no projeto? Porquê?

Motivações e Significado do Trabalho

- Porque é que escolheste ser uma dinamizadora comunitária no Projeto Escolhas? Como surgiu essa oportunidade?
- Quais são as tuas tarefas no projeto?
- O que é que este trabalho significa para ti em termos pessoais? E profissionais?
- Como são as tuas relações com os participantes do Projeto? Porquê?
- Como é a tua relação com os técnicos do Projeto? Tens espaço para expressar preocupações ou pedir ajuda à equipa técnica quando necessário?
- Tens poder de decisão, responsabilidade..., por exemplo - Lembras-te de alguma experiência específica de participação em que desenvolveram essas competências? O que sentes ao ter essa participação? O que mudarias em termos de decisão e responsabilidade?
- Quais são os principais desafios que enfrentas na tua posição como dinamizadora comunitária?
- Quais aspetos do trabalho consideras mais gratificantes?
- Como descreves este espaço, o que é que significa para ti A Praça?
- O que é que achas que a tua família, as famílias dos participantes, a comunidade, o bairro, a escola e Campanhã, acha do Projeto? Porque é importante?

Participação e Empoderamento/Capacitação

- O que é que entendes por participação? Já ouviste falar deste termo? E empoderamento/capacitação juvenil?

(Explicar, se necessário)

- Achas que as atividades do Na Praça podem contribuir para esses aspetos da tua vida? Porquê? Em que medida? E na vida dos participantes?

- Como vês o papel dos jovens dentro das atividades do Projeto? Sentes que têm voz e influência?

- O que achas que era importante para melhorar as atividades do Projeto e torná-lo mais envolvente/cativante para os jovens? O que é que não fazem (atividades, temas) e que gostavas que fosse abordado no projeto?

Assembleias

- O que achas do formato das semanas temáticas e das galas semanais?

- Em relação à avaliação que é feita, o que achas do formato? Participas nesse processo? O que mudarias?

- Que sentimentos tens em relação a essa atividade?

Perceções sobre a Sociedade e o Futuro

- Quais são as tuas maiores preocupações em relação à sociedade atual? Sentes que tens oportunidades para fazer a diferença?

- Como imaginas o futuro e o papel dos jovens na comunidade?

- O que é que esperas do futuro? Como é que achas que vai ser a tua vida no futuro? E como é que gostavas que fosse?

- Como vês o teu futuro dentro do campo das atividades culturais e comunitárias?

- Quais são tuas aspirações e planos de desenvolvimento profissional?

Gostarias de acrescentar mais alguma coisa sobre a tua experiência como dinamizadora comunitária no Projeto Escolhas?

Anexo 3 - Guião entrevista equipa técnica

Apresentação sobre o propósito da entrevista, esclarecer o uso dos dados da entrevista e afirmação da confidencialidade e voluntariedade da participação.

Identificação

- Quantos anos tens?
- Qual é o género com que te identificas?
- Onde nasceste?
- Onde vives atualmente?
- Qual é a tua relação com Campanhã?
- Qual é a tua escolaridade? Que curso tiraste? Porquê? Como se relaciona com teu trabalho neste projeto?

Experiência no Programa Escolhas

- Como é que te envolvereste no Programa Escolhas (e no Na Praça) e qual é o teu papel dentro do projeto?
- Quais são as tuas tarefas no projeto?
- O que é que este trabalho significa para ti em termos pessoais? E profissionais?
- Estiveste em algum Programa Escolhas ao longo da tua vida?
- O que é que te motivou a trabalhar neste projeto?
- Quais são os principais desafios que enfrentas no teu trabalho com os jovens?
- Quais foram alguns dos contributos que tiveste a trabalhar no Projeto?
- Como são as tuas relações com os participantes do Projeto? Porquê?
- Como é a tua relação com os restantes técnicos do Projeto?
- Como distribuem os papéis dentro da organização do trabalho?

- Quais são tuas percepções sobre o impacto do projeto na comunidade? O que é que achas que as famílias dos participantes, a comunidade, o bairro, a escola e Campanhã, acha do Projeto? Porque é importante?

- Como descreves este espaço, o que é que significa para ti A Praça?

Participação e Empoderamento/Capacitação

- O que é que entendes por participação? E empoderamento/capacitação juvenil?

- Achas que as atividades do Na Praça podem contribuir para esses aspetos da vida dos jovens? Porquê? Em que medida?

- Lembras-te de alguma experiência específica de participação em que desenvolveram essas competências? Quais?

- Como vês o papel dos jovens dentro das atividades do Projeto? De que forma tentam promover que tenham voz e influência?

- O que achas que era importante para melhorar as atividades do Projeto e torná-lo mais envolvente/cativante para os jovens? O que é que não fazem (atividades, temas) e que gostavas que fosse abordado no projeto?

Assembleias

- De onde surgiu a ideia das semanas temáticas e das galas semanais?

- De que forma a equipa técnica delibera sobre a avaliação da semana? Como te relacionas com a avaliação que é feita?

- Que sentimentos tens em relação a essa atividade? Em que medida consideras que pode contribuir para a capacitação dos jovens?

Percepções sobre a Sociedade e o Futuro

- Como imaginas o futuro e o papel dos jovens na comunidade?

- O que é que esperas do futuro? Como é que achas que vai ser a vida destes jovens no futuro? E como é que gostavas que fosse?

- Como vês o teu futuro dentro do campo das atividades culturais e comunitárias?

- Quais são tuas aspirações e planos de desenvolvimento profissional
- Tens algumas pistas para melhorar o programa Escolhas? Limitações (controlo, financiamento, relatórios)

Gostavas de partilhar algo mais sobre a tua experiência no Projeto Escolhas?

Anexo 4 - Guião Focus Group

1. Introdução e Contexto

- Como descreveriam a vossa experiência até agora no Projeto?
- O que vos motiva a participar nas atividades propostas pelo Projeto?

2. Participação e Empoderamento

- Podem partilhar alguma experiência específica de participação em que desenvolveram competências?

Quais?

Sentiram que tiveram poder de decisão, responsabilidade..., por exemplo?

O que sentiram ao ter essa participação?

- Como veem o vosso papel dentro das atividades do Projeto?

Sentem que têm voz e influência?

3. Impacto das Atividades

- Quais foram as atividades que mais gostaram e porquê?
- Em que é que as atividades contribuíram?

Para fortalecer o grupo ou promover o vosso empoderamento (no sentido da vossa responsabilidade, à - vontade, etc.) por exemplo?

Se sim, porquê e como?

Se não, porquê?

4. Perceções sobre a Sociedade e o Futuro

- Quais são as vossas maiores preocupações em relação à sociedade atual?

Sentem que têm oportunidades para fazer a diferença?

- Como imaginam o vosso futuro e o vosso papel na comunidade?

5. Relações com Outros Participantes e equipa técnica

- Como descreveriam as vossas relações com os outros participantes do Projeto?

Sentem que têm um bom relacionamento?

- Como é a vossa relação com os técnicos do Projeto?

Sentem que são ouvidos e apoiados?

- Como descrevem este espaço, o que é que significa para vocês a Praça?

Têm espaço para expressar preocupações ou pedir ajuda à equipa técnica quando necessário?

6. Feedback sobre o Projeto e Sugestões de Melhoria

- O que acharam do formato das semanas temáticas e das galas?

- Em relação à avaliação que é feita, concordam com o formato?

Se sim, porquê?

Se não, porquê e o que preferiam?

- O que gostam mais e menos no Projeto?

- Que sugestões têm para melhorar as atividades do Projeto e torná-lo mais envolvente para vocês?

Anexo 5 – Declaração de consentimento informado

Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) - Mestrado em Sociologia

1. Enquadramento e Responsáveis Este pedido de colaboração insere-se no âmbito da realização de uma dissertação de Mestrado em Sociologia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. A investigação é conduzida pela mestranda Leonor Medon, sob a orientação científica da Professora Doutora Lígia Ferro.

2. Objetivo do Estudo O estudo (que se encontra em fase de desenvolvimento) tem como objetivo principal compreender as dinâmicas de participação juvenil, explorando as experiências e perspetivas dos jovens no contexto do projeto Na Praça! – E9G. Pretende-se dar voz aos jovens e entender a importância deste espaço nas suas vidas.

3. O que implica a participação? A participação consistirá na realização de uma entrevista (conversa individual), com uma duração prevista de aproximadamente 45 a 60 minutos. Para garantir a fidelidade das informações e facilitar a análise posterior pela investigadora, a entrevista será gravada em áudio. Estas gravações destinam-se exclusivamente ao trabalho de investigação.

4. Caráter Voluntário e Direito de Desistência A participação neste estudo é totalmente voluntária. O jovem pode recusar-se a responder a qualquer questão. Pode interromper a entrevista ou desistir do estudo a qualquer momento, sem que isso traga qualquer consequência negativa, penalização ou prejuízo na sua relação com o projeto ou com a equipa de investigação.

5. Confidencialidade e Anonimato Todos os dados recolhidos serão tratados com estrita confidencialidade. O nome do participante não será divulgado. Serão utilizados pseudónimos (nomes fictícios) ou códigos na dissertação e em quaisquer publicações resultantes, garantindo que a identidade do menor não seja revelada.

As gravações de áudio serão guardadas em local seguro, a que apenas a investigadora terá acesso, e serão eliminadas/destruídas após a conclusão e avaliação da dissertação.

ASSINATURAS

Declaro que fui informado(a) dos objetivos e procedimentos deste estudo e autorizo a participação. Compreendi que a participação é voluntária e que os dados serão confidenciais.

Nome: _____

Assinatura do entrevistado: _____

Assinatura da entrevistadora: _____

Data: __/__/__